



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE MARÇO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António José Carlos Pinho
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 30 minutos

Antes da ordem do dia — Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n^o 143/VIII e 145 a 148/VIII, do projecto de deliberação n^o 8/VIII, de requerimentos e da resposta a alguns outros

Em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Fernando Seara (PSD) condenou uma notícia publicada por um semanário relativa ao funcionamento do Plenário da Assembleia da República, tendo também usado da palavra, além do Sr Presidente, os Srs Deputados Manuel dos Santos (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Octávio Teixeira (PCP) e Basílio Horta (CDS-PP)

Em declaração política, o Sr Deputado David Justino (PSD) acusou o Ministério da Educação de ter divulgado à imprensa excertos do relatório da Grupamento de Missão para a avaliação do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, cujo conteúdo acusou de desacreditar aquele ensino. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Silvio Rui Cervan (CDS-PP), António Braga (PS), Bernardino Soares (PCP), Rosado Fernandes (CDS-PP) e Ana Catarina Mendonça (PS)

Ainda sobre o mesmo assunto, e em interpelação, o Sr Deputado Álvaro Amaro (PSD) solicitou à Mesa que lhe fosse facultada uma lista das universidades privadas ajudadas financeiramente pelo Governo, ao que o Sr Deputado António Braga (PS) deu esclarecimentos

Procedeu-se aos debates de urgência requeridos, um, pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a situação de seca grave na Península Ibérica e os possíveis efeitos sobre os recursos

hidricos e a economia nacional, e, outro, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre a situação de seca grave que neste momento atinge o País e a ausência de medidas necessárias por parte do Governo. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Capoulas Santos), os Srs Deputados João Maçãs (PSD), Rosado Fernandes (CDS-PP), Lino de Carvalho (PCP), Miguel Ginestal (PS) e Fernando Pésinho (Os Verdes)

Ordem do dia. — Foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n^o 18/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasse, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr Ministro da Justiça (António Costa), os Srs Deputados Odete Santos (PCP), António Montalvão Machado (PSD), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) e Nuno Baltazar Mendes e Jorge Lacão (PS)

Entretanto, foi rejeitado o projecto de resolução n^o 38/VIII — Promove medidas de combate à violência no meio escolar (CDS-PP) e foi aprovado o projecto de deliberação n^o 8/VIII — Composição da Comissão Eventual para a Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004 (Presidente da AR)

Foi, ainda, aprovada, na generalidade, a proposta de lei n^o 14/VIII — Transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Directiva 96/71/CF, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 1996, relativa ao Destacamento de Trabalhadores no Âmbito de uma Prestação de Serviços, e foram rejeitados, também na generalidade, os projectos de lei n^o 111/VIII — Altera o Código Penal e o Decreto-Lei n^o 15/

93, de 22 de Janeiro (*Agravamento das penas por crimes praticados em ambiente escolar e estudantil ou nas imediações de estabelecimentos de ensino*) (CDS-PP), 60/VIII — Melhoria do acesso dos cidadãos aos meios auxiliares de diagnóstico (PSD) e 63/VIII — Estabelece o processo de sujeição à confirmação de actos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos (PCP)

A Câmara aprovou ainda um parecer da Comissão de Ética autorizando um Deputado do PS a depor em tribunal

Finalmente, a Câmara apreciou a proposta de resolução n.º 11/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado de Proibi-

ção Total de Ensaios Nucleares Adoptado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996. Além do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (José Lello), que procedeu à apresentação do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Herculano Gonçalves (CDS-PP), Luís Cirilo (PSD), Rosa Albernaz (PS), Fernando Pésinho (Os Verdes), Luís Fazenda (BE) e João Amaral (PCP)

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 05 minutos

O Sr Presidente — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monterro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto

José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armindo Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino

Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Nátilia Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Molero
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azereedo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Ana Margarida Lopes Botelho
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias

Lino António Marques de Carvalho
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas projectos de lei n.º 143/VIII — Garante iguais condições de acesso ao trabalho de estrangeiros em território nacional (Revoga a Lei n.º 20/98, de 18 de Maio) (Os Verdes), que baixou às 1.ª e 9.ª Comissões, 145/VIII — Reduz para 35 horas por semana o tempo de trabalho (PCP), que baixou à 9.ª Comissão; 146/VIII — Altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo, combatendo a precariedade no emprego (PCP), que baixou à 9.ª Comissão, 147/VIII — Assegura os direitos dos trabalhadores no caso de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento (PCP), que baixou à 9.ª Comissão, e 148/VIII — Actualização das pensões degradadas da função pública (PCP), que baixou à 9.ª Comissão, projecto de deliberação n.º 8/VIII — Composição da Comissão Eventual para a Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do Euro 2004 (Presidente da AR)

Deram, ainda, entrada na Mesa diversos requerimentos

No dia 6 de Março e na reunião plenária de 14 de Março ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Maria do Carmo Borges; ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pelos Srs Deputados Fernando Santos Pereira e Francisco Louçã, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Mota Amaral, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelos Srs Deputados António Nazaré Pereira e Paulo Portas; ao Sr Ministro Adjunto, formulado pelo Sr Deputado António Filipe, aos Ministérios do Planeamento e do Ambiente e do

Ordenamento do Território, formulados pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, ao Governo e ao Ministério da Educação, formulados pela Sr^a Deputada Margarida Botelho, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Narana Coissoró, ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr Deputado Luis Fazenda

Na reunião plenária de 15 de Março ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Zorrinho, Zelinda Marouço Semedo e Rosado Fernandes; a diversas Secretarias de Estado, formulados pelo Sr Deputado Francisco Torres, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado José Reis, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr Deputado Bernardino Soares, aos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Trabalho e da Solidariedade, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério do Equipamento Social e à Câmara Municipal de Viseu, formulados pelo Sr Deputado Joaquim Matias, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado João Amaral, aos Ministérios da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Cultura, formulados pelo Sr Deputado Telmo Correia, ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã

Na reunião plenária de 16 de Março ao Governo, formulados pelos Srs Deputados António Braga e Mota Amaral; ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado Francisco Torres, à Secretaria de Estado das Pescas, formulado pela Sr^a Deputada Maria do Céu Lourenço, à Secretaria de Estado da Administração Marítima e Portuária, formulado pela Sr.^a Deputada Maria Teresa Coimbra, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e à Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, formulados pelo Sr Deputado Ricardo Castanheira, a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Carlos Martins, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Joaquim Matias, ao Ministério da Cultura, formulado pela Sr^a Deputada Luisa Mesquita, ao Governo e ao Ministério para a Igualdade, formulados pela Sr^a Deputada Margarida Botelho, ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Saúde, formulados pela Sr^a Deputada Natália Filipe, ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr Deputado Basilio Horta, ao Ministro Adjunto e ao Ministério da Administração Interna, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda, ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã

O Governo respondeu a requerimentos formulados por diversos Srs Deputados

No dia 17 de Março Bernardino Soares, no dia 30 de Setembro de 1999 e na sessão de 6 de Janeiro de 2000. Mota Amaral, nas sessões de 10 de Novembro, 3 e 14 de Dezembro de 1999. Agostinho Lopes, nas sessões de 18 de Novembro de 1999, 19 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 2000, Honório Novo, nas sessões de 24 de Novembro de 1999, 20 de Janeiro e no dia 15 de Fevereiro de 2000, Fernando Costa, na sessão de 2 de Dezembro de 1999; Pedro Mota Soares, no dia 6 de Dezembro de 1999. José Junqueiro, Vicente Merendas, Anacoreta Correia e Francisco Louçã, nas sessões de 9 e 17 de Dezembro de 1999, Rui Gomes da Silva, na sessão de 22 de Dezembro de 1999, Isabel Castro, na sessão de 12 de Janeiro de 2000, Herculano Gonçalves e Nuno Teixeira de Melo, na sessão de 13 de Janeiro de 2000, Isabel Barata, na sessão de 26 de Janeiro de 2000, Fátima Amaral, na sessão de 27 de Janeiro de 2000. Paulo Portas, na sessão de 3 de

Fevereiro de 2000. João Amaral e Luísa Mesquita, no dia 14 de Fevereiro de 2000. Barbosa Oliveira, no dia 21 de Fevereiro de 2000, Manuel Ribeiro, no dia 24 de Fevereiro de 2000.

No dia 22 de Março Carlos Encarnação, na sessão de 11 de Novembro de 1999, Honório Novo, na sessão de 24 de Novembro de 1999. Virgílio Costa, na sessão de 25 de Novembro de 1999. Francisco Baptista Tavares, na sessão de 16 de Dezembro de 1999; Agostinho Lopes e Vicente Merendas, nas sessões de 22 de Dezembro de 1999 e 20 de Janeiro de 2000; Pedro Mota Soares, no dia 4 de Janeiro de 2000, Rui Rio e José Meleiro, na sessão de 13 de Janeiro de 2000; Luís Miguel Teixeira e Paulo Portas, na sessão de 19 de Janeiro de 2000, Isabel Castro, no dia 25 de Janeiro de 2000, Eugénio Marinho, na sessão de 2 de Fevereiro de 2000, Rosado Fernandes, na sessão de 4 de Fevereiro de 2000. Natália Filipe, no dia 22 de Fevereiro de 2000, Luisa Mesquita, no dia 24 de Fevereiro de 2000

O Sr Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Seara

O Sr Fernando Seara (PSD) — Sr Presidente, no sábado passado, fui confrontado com uma notícia e um comentário publicados num grande semanário português a respeito do funcionamento desta Casa

O semanário dava conta, através de uma fotografia, da pequena dimensão da presença de Deputados e Deputadas neste Plenário, no âmbito da discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado

Independentemente das opiniões legítimas que cada cidadão, Deputado, jornalista, tem o direito de emitir sobre o que entender, solicito a V Ex^a que informe a direcção daquele jornal e o jornalista em questão sobre o conjunto de comissões que, a essa mesma hora, estavam em funcionamento nesta Casa,

Vozes do PSD e do PS — Muito bem!

O Orador — . sob pena de cada um nós ser legitimamente condenado junto dos respectivos cidadãos eleitores É que, por exemplo, a essa hora, na 1^a Comissão, sob a presidência do Sr Deputado Jorge Lacão, estávamos a analisar diplomas na especialidade

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — E estavam a funcionar outras Comissões!

O Orador — Estou a falar da Comissão em que eu próprio estava presente

Na relação institucional que, note-se, todos temos com esta Casa, mas, principalmente, perante os cidadãos eleitores, esta Câmara e os Deputados que a integram têm o direito de ser devidamente tratados e com o respeito que merece a dignidade de cada um de nós

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Cada um de nós assume um compromisso que tem de ser minimamente respeitado, até para que a dignidade da política assuma a dimensão ética que todos nós proclamamos e que toda a cidadania exige

Peço, pois, ao Sr Presidente, ilustre parlamentar, cidadão insigne, que dê nota à direcção do jornal em causa deste mecanismo de participação

É legítimo criticar, é devido criticar, mas as injustas críticas merecem ser reparadas. Ora, eu próprio, como Deputado, e perante os cidadãos do círculo eleitoral pelo qual fui eleito, exijo que a minha dignidade de cidadão e de Deputado seja reparada, pelo que, repito, faço este pedido a V Ex^a. Penso que é um dever ético e é uma irrepreensível situação de injustiça perante os que cumprem

Aplausos gerais.

O Sr Presidente. — O Sr. Deputado Manuel dos Santos pediu a palavra, também para uma interpelação à Mesa. Se é sobre a mesma matéria, tem a palavra desde já. Mais adiante, eu próprio pronunciar-me-ei sobre o assunto

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — É exactamente sobre a mesma matéria, Sr Presidente, e serei muito rápido

O Sr. Deputado Fernando Seara acaba de proferir uma intervenção com a qual me identifico totalmente e que subscrevo, porque considero que foi uma intervenção digna, em defesa desta Câmara, que, às vezes, bem precisa que sejam eliminados alguns tabus que ainda mantemos e que são perfeitamente injustificados

Quero deixar três notas apenas, duas de natureza pessoal e uma de natureza mais institucional

A primeira é no sentido de dizer a V. Ex^a, Sr Presidente, que muito me orgulho de ser parlamentar — aliás, V Ex^a sabe-o, como meu amigo pessoal que é. Até hoje, esta é a tarefa mais importante e mais digna que desempenhei na minha vida e ninguém enxovalhará esta minha aposta em desempenhar a função de parlamentar o mais dignamente que consigo

E devo dizer que sofro muito com este tipo de notícias, não só com aquela a que se referiu o Sr. Deputado, mas com outras que normalmente são publicadas

A segunda nota, igualmente de carácter pessoal, é a de que não sei bem se tais fotografias — e digo «fotografias» no plural, porque não é um único caso, nem estou a pessoalizar, nem a dirigir-me a um órgão de comunicação social específico — não servem, também, para ilustrar uma tese que segue algum caminho nalguma comunicação social, segundo a qual o Parlamento, apesar de tudo, já não é necessário e, portanto, deve ser rapidamente substituído por um quarto poder. Se assim for, estamos no mau caminho, sobretudo para a democracia

A terceira nota, de carácter mais institucional, é a de dizer que não vale a pena V Ex^a lutar pelo prestígio do Parlamento — e tem-no feito de forma clara, digna, concludente e determinada, alterando normas de funcionamento desta Casa —, pois tudo pode ser deitado abaixo por uma simples fotografia ou por uma notícia menos cuidada

Obviamente, não estou a apelar a que V Ex^a deixe de lutar pela dignificação do Parlamento, mas quero relativizar essa luta, porque, realmente, podemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance — melhorar o funcionamento das comissões, melhorar o funcionamento do Plenário, melhorar o funcionamento do nosso inter-relacionamento, tudo! —, mas tudo pode ser deitado abaixo por uma simples fotografia ou por uma notícia menos cuidada

Renovo os meus agradecimentos ao Sr. Deputado Fernando Seara por ter feito a intervenção que fez, que significa o Parlamento e com a qual me identifico totalmente

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Pedro Mota Soares, pediu a palavra igualmente para uma interpelação à Mesa. Se é sobre a mesma matéria, tem a palavra desde já

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP). — Sr. Presidente, penso que o tema que foi suscitado pelo Sr. Deputado Fernando Seara deve preocupar-nos a todos, como é óbvio.

Cada vez mais, e bem — não contestamos isso! —, o trabalho do Parlamento tem uma visibilidade pública. Cada vez mais, e bem, as pessoas preocupam-se com o trabalho que cada um de nós exerce nesta Casa

Por exemplo, o facto de as sessões parlamentares serem emitidas em directo, através da televisão, pelo *Canal Parlamento*, constitui, obviamente, uma porta aberta para as pessoas se debruçarem sobre o trabalho que cada um de nós desempenha nesta Câmara. Portanto, considero que há aqui uma função pedagógica muito importante pois conseguimos explicar, em concreto, às pessoas o que é o trabalho dos Deputados, o que é o trabalho dos grupos parlamentares e, também, obviamente, o que é o trabalho do Plenário

Por vezes, é muito fácil confundir-se coisas, mas que não podem ser confundidas. Assim, queremos associar-nos ao que penso ser um sentimento quase unânime que passa esta Câmara, para que possa haver uma função de informação e uma função pedagógica, a fim de não cairmos em alguns mal-entendidos que não dignificam a Casa nem qualquer um de nós

Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira, também para uma interpelação à Mesa sobre o mesmo assunto

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Sr. Presidente, uso da palavra para, em nome do meu grupo parlamentar, me associar à substância das palavras do Sr. Deputado Fernando Seara e para, ainda, acrescentar algo

Pela nossa parte, não temos a mínima dúvida que deve pedir-se a maior responsabilidade aos Deputados, a todos no seu conjunto e a cada um em particular. Mas não menos responsabilidade tem de exigir-se aos órgãos de comunicação social e aos jornalistas

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, todos nós sabemos que, em todos os Parlamentos, há casos, justificados e até não justificados, de «impontualidade». É uma realidade da vida parlamentar. Devo dizer que, ainda há muito pouco tempo, no Parlamento francês, durante uma discussão do Orçamento do Estado, apenas estava presente um escasso número de Deputados, membros das direcções das bancadas. Ninguém se indignou com isso, pela razão simples de que há a compreensão de que a presença e o trabalho dos Deputados não se mede pela fotografia dos que estão no Plenário

Vozes do PS e do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Esta é uma evidência que qualquer jornalista, qualquer jornal tem a obrigação de assumir, sobretudo porque tem nesta Casa representantes credenciados, a quem deveria perguntar quantas comis-

sões, e quais, estavam a trabalhar à hora em que foi tirada a fotografia.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

ou mesmo quantos Deputados estavam a trabalhar nos respectivos gabinetes a essa hora, a bem do funcionamento e da produtividade da Assembleia da República.

Srs. Deputados, nunca percebi o gáudio com que, por vezes, se comentam os fenómenos parlamentares, sem a consciência, ou com ela, de que se está a destruir a matriz da democracia. Nunca percebi. Ou tenho de admitir que há menos espírito democrático do que eu desejaria que houvesse ou, então, há menos responsabilidade profissional da parte de alguns órgãos de informação.

Ainda assim, quero acrescentar algo

Não nos obriguem a rever a credenciação dos jornalistas que trabalham nesta Assembleia

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Sr Presidente — E não nos obriguem a tomar atitudes, que não desejamos tomar, relativamente à imprensa que não comenta seriamente a vida parlamentar

Ainda há dias, um Sr Jornalista — não interessa de qual jornal nem o nome — fez apreciações erradas, falsas e até ligeiramente injuriosas em relação à Assembleia e ao Presidente da Assembleia a propósito do *Canal Parlamento*. Respondi correctissimamente ao Sr Director do jornal em questão, pedindo-lhe que reparasse o agravo e dizendo-lhe que não julgava necessário invocar o meu direito à rectificação. Passou-se isto há cerca de mais de oito dias. Ainda não obtive a mais ligeira reacção ou a mais ligeira resposta. Assim, da nossa parte, é difícil ser-se correcto, quando os outros não são correctos para connosco.

Era isto que tinha a dizer aos Srs. Deputados

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, ainda sob a forma de interpelação à Mesa, quero dizer que a nossa bancada comunga das preocupações que V Ex^a exprimiu relativamente à imagem que a Assembleia da República dá de si própria e do exterior. Porém, permita-me, com a franqueza e a muita estima que tenho por si me permite, dizer que discordo de V Ex^a quando põe a possibilidade de aferir a credenciação dos jornalistas em função da forma como transmitem os trabalhos parlamentares

O Sr Paulo Pereira Coelho (PSD) — Escusava de dizer isso!

O Orador — Sr Deputado, depois, se quiser interpele-me, a não ser que também já queira fazer censura àquilo que eu digo

O Sr Paulo Pereira Coelho (PSD) — Isso é impensável e inqualificável

O Orador — O que quero dizer ao Sr Presidente é que nós temos plena liberdade de criticar a comunicação

social, porque não há nenhum órgão que fique acima da crítica. O que nós não podemos é aferir da credenciação dos jornalistas em função dos nossos interesses. Isso não o devemos fazer. E sobre isso não posso deixar de manifestar a V Ex^a a posição da nossa bancada

O Sr Presidente — Sr Deputado, como calcula, e para lá da nossa amizade, não será esta a nossa única divergência, mas em todo o caso devo dizer-lhe o seguinte: então acabemos com a figura da credenciação, porque a credenciação tem de ter algum conteúdo e alguma função.

Vozes do PS e do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente: — E a função é termos aqui jornalistas que mereçam a nossa confiança pela sua probidade profissional. Não está em causa a crítica livre

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não senhor, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Repito que não está em causa a livre crítica. Sr. Deputado, está em causa a probidade e a objectividade da informação dos jornalistas. Se o jornalista não é probo ou não é objectivo na informação que fornece ao seu jornal, desculpe que lhe diga, mas não merece a confiança que está implícita na credenciação.

Este é o meu ponto de vista. Ou, então, acabemos com a credenciação, porque não tem qualquer significado. Credenciar é conferir um título de seriedade e objectividade profissional.

Aplausos do PS e do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, ainda em forma de interpelação à Mesa, permita-me discordar de V Ex^a quanto ao sentido da credenciação.

Não cabe à Assembleia da República, nem a quem confere a credenciação, apreciar a honorabilidade dos jornalistas. Há órgãos próprios para apreciar essa honorabilidade, que não está Assembleia

A credenciação tem a ver com a relação entre o jornalista e o órgão de comunicação que ele aqui representa. Quanto à honorabilidade do jornalista, há outros órgãos

Protestos do Deputado do PSD Paulo Pereira Coelho

Compreendo que V Ex^a, Sr Presidente, tenha preocupações em relação a profissionais que podem ser menos probos, mas isso, em meu entender, não permitirá que a Assembleia se erija em juiz em causa própria e diga quem deve ser ou não credenciado, em função da bondade ou da maldade das notícias que dá em função desta Assembleia. Para isso, V Ex^a não conta com esta bancada

Aplausos do Deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares

O Sr. Presidente — Sr Deputado, não contarei com a sua bancada, mas contarei com as minhas próprias competências, e essas o Sr Deputado não mas pode retirar.

Devo dizer-lhe ainda que não são as entidades que refere que credenciam, quem credencia é a Assembleia. Por alguma razão não são elas que têm essa competência e sim a própria Assembleia da República.

Vozes do PS e do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, é para uma nova e muito breve interpelação.

Há pouco, quando o Sr Presidente, na sua última intervenção, se referiu à questão da credenciação, com toda a sinceridade não fiz qualquer comentário e não tencionava fazê-lo, porque, às vezes, quando estamos a falar e a nossa serenidade se altera um pouco dizem-se algumas coisas que não é bem aquilo que se pensa. Mas depois da segunda intervenção do Sr Presidente — e não quero «lançar achas na fogueira», se me permite a expressão — apenas lhe quero dizer que, pela nossa parte, nos distanciamos de qualquer ideia de aferir, por novos moldes, a problemática da credenciação dos jornalistas nesta Casa.

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, a bancada do Partido Socialista solidariza-se com as suas palavras e comprehende-as verdadeiramente, pois V Ex^a está — julgo que para todos nós — acima de qualquer suspeita em relação aos pecados que, de algum modo e involuntariamente, lhe podem ter sido imputados.

Aplausos do PS

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, não acrescento nada ao que disse. Não vou fora de discutirmos o problema da credenciação em sede de Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, mantendo ou alterando aquilo que está, se entendermos que está mal. Mas há uma coisa que digo, não mudarei as minhas opiniões para «namorar» sem razão a comunicação social.

Aplausos do PS e do PSD

Respeito-os muito, e eles sabem-no.

Não estou a significar com isto que os Srs Deputados que acabaram de intervir disseram o que disseram para «namorar» a comunicação social, mas o que eu quero dizer é que a melhor maneira de respeitarmos os jornalistas é colocá-los, a eles também, perante as suas responsabilidades e os seus deveres profissionais.

É só este o sentido da minha intervenção, e eles sabem com que cortecção e com que independência tenho lidado com eles no decurso da minha presidência. Sabem isso muito bem, mas a verdade é esta: dói-me cada vez que vejo criticar a Assembleia da República sem razão, sem objectividade e sem seriedade e quando escrevo cartas a corrigir as injustiças e os agravos e não vem nenhuma resposta, nem sequer a dizer «recebi a sua carta e não estou de acordo consigo».

Aplausos do PS e do PSD

Tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, depois da sua intervenção de há pouco, em que não quis dizer que quem tivesse opinião diferente

O Sr Presidente — Não quis dizer isso.

O Orador — O Sr Presidente não quis dizer isso e eu aceito.

O Sr Presidente — É evidente que não, Sr Deputado, não seria deselegante a esse ponto.

O Orador — Sr Presidente, depois de ouvir essas palavras, pensei até em retirar o meu pedido de interpelação, mas já agora, se me permite, referirei só mais uma nota.

Sr Presidente, em relação à questão que V Ex^a agora suscitou, e que já há pouco tinha colocado de ter sofrido um desagravo — de que, aliás, tenho conhecimento, porque o Sr Presidente fez o favor de enviar aos grupos parlamentares cópia da carta que enviou ao referido jornal —, penso que — e já não é a primeira vez que sucede — isso é absolutamente inaceitável e que a Assembleia e o Sr Presidente, não apenas em termos pessoais, mas em nome da Assembleia da República, têm o direito de exigir que aquele desagravo e que aquela resposta seja publicados nesse diário. Terá o apoio do Grupo Parlamentar do PCP no sentido de exigir que isso seja feito.

Por outro lado, Sr Presidente, quero também dizer-lhe que, pela minha parte e pela parte do meu grupo parlamentar, não tenho qualquer dúvida de que sempre que for necessário continuarei a ter a mesma atitude — até agora tenho-o feito, e continuarei a fazê-lo no futuro. Sempre que é preciso, sou o mais duro possível com os órgãos de comunicação social e com os jornalistas. Mesmo os jornalistas que trabalham nesta Casa e que há anos me conhecem sabem que é assim.

Por conseguinte, sobre isso não haja a mínima dúvida. Não se trata de ter melhores ou piores relações com a comunicação social. Trata-se, sim, de exigir aquilo que é correcto, que é exigível e, no caso concreto que V Ex^a há pouco referiu, pode ter, e tem, o apoio total e completo do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr Presidente — Sr Deputado, sei que tenho o seu apoio e também sei que tenho a possibilidade de exigir. Mas eu gostava era de não ter de exigir, porque ter de o fazer já é ter de admitir que houve uma atitude menos correcta por parte de um jornal, não interessa qual.

Tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, pretendo apenas registar que a sua intervenção final, quando V Ex^a esclareceu, em toda a dimensão, o que tinha anteriormente.

O Sr Presidente — Mas isso é claro, Sr Deputado.

O Orador — Uma coisa é nós podermos estar em divergência em relação a um critério de credenciação de jornalistas, nada mais natural ou normal, outra coisa é a falta de solidariedade com V Ex^a na defesa da imagem da Assembleia. Quanto a esta, tem-na V Ex^a toda, mas no

pleníssimo respeito pela objectividade e pela liberdade de informação Defender a liberdade de informação não é bajular os jornalistas, não façamos confusão sobre isto, porque esse tipo de confusão é grave E se há bancada que mantém, em relação à comunicação social, total autonomia, independência e respeito recíproco é a nossa, e queremos que assim se mantenha

Risos do PSD

O Sr Francisco de Assis (PS) — É fantástico!

O Orador: — Aliás, Sr Presidente, a nossa bancada não admiraria ser coartada — como está a começar a ser, pelos vistos —, nas suas interpretações e na interpretação que V Ex.^a lhe faz sobre a presença da comunicação social, pelo tipo de críticas que vêm de alguns Deputados Isso registamos, mas não admitimos

Risos do PS e do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, quero ser justo, rectificando o seguinte acabo de ter a informação de que o órgão de comunicação social a que me referi há pouco e a quem dirigi a carta que distribui pelos grupos parlamentares acaba de anunciar, ou anunciou já, que, na segunda-feira, vai publicar um esclarecimento sobre a minha carta

Dou, pois, esta informação a tempo não tenha eu feito um juízo precipitado De qualquer modo, 10 dias depois é tempo demais para rectificar um erro e um juízo injusto.

Srs Deputados, penso que foi útil esta troca de imprensa Certamente que os Srs Jornalistas que trabalham nesta Casa compreendem e não nos levam a mal Mas uma vez mais lhes peço que ajudem a Assembleia da República a prestigiar-se e, na medida do possível, evitem, sempre que possam, dentro da sua liberdade de trabalho e de informação, o seu desrespeito

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado David Justino

O Sr David Justino (PSD) — Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados: Há pouco mais de um mês, dois diários nacionais e um semanário publicaram excertos do relatório do Grupo de Missão para a avaliação do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo. O quadro traçado sobre a situação deste sector não poderia ser mais negro, a julgar pelos títulos utilizados e pelos destaque produzidos Nessas notícias a fonte não era identificada, mas não seria difícil perceber que a origem não andava longe do próprio Ministério da Educação

Quer nos dias anteriores, quer nos seguintes, a azáfama de declarações e artigos de opinião revelaram não só a fonte, mas também os objectivos da divulgação do dito relatório Vejamos, então, em que contexto se insere a divulgação do relatório do Grupo de Missão

Desde o princípio do mês de Fevereiro que estava lançado o debate sobre o ensino superior com o anúncio e divulgação da proposta de lei-quadro para este sector Segundo o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior, tratava-se de um diploma que pretendia «arrumar a casa», ainda que os representantes do sector privado e cooperativo tivessem, desde logo, denunciado que se tratava de um instrumento para os penalizar e condicionar

Terá sido perante a reacção negativa ao anteprojecto da proposta de lei-quadro, que o Sr Secretário de Estado elaborou um despacho que antecipa as medidas reguladoras do sector, nomeadamente quanto à suspensão de novos ingressos, novos cursos e encerramento compulsivo de cursos e de estabelecimentos

Alguns dias depois, é divulgado o relatório do Grupo de Missão com acusações graves ao sector, mas sem diferenciar quais são as boas e más universidades privadas, bem como outros estabelecimentos Lançou o descrédito sobre a actividade e o anátema sobre milhares de alunos e professores

O Sr. Fernando Seara (PSD) — Muito bem!

O Orador — O Sr Ministro da Educação ainda veio a terreiro escrever que era «salutar o debate» e que, durante o mês de Março, seriam enviados às instituições avaliadas os despachos individualizados Até hoje, não temos conhecimento de que o tenha feito O prazo estipulado pelo Sr Secretário de Estado era de 30 dias sobre o dia 15 de Fevereiro e não há qualquer indício do seu cumprimento

No dia 22 de Fevereiro passado, tive a oportunidade de apresentar um requerimento visando o acesso ao relatório geral bem como aos relatórios individualizados Um mês passado, não recebeu esta Assembleia qualquer resposta

O Sr Henrique de Freitas (PSD) — Uma vergonha!

O Orador: — Sr. e Srs Deputados: A divulgação do relatório do Grupo de Missão não foi um acidente nem uma boa intenção Foi um acto premeditado por parte do Ministério da Educação para desacreditar o ensino superior particular e cooperativo e condicionar a opinião pública a uma intervenção discricionária do Estado sobre a iniciativa privada.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Esta Assembleia e a opinião pública têm o direito de conhecer esses relatórios o mais depressa possível O Estado não pode continuar a divulgar relatórios gerais junto da comunicação social e a querer salvaguardar a confidencialidade dos relatórios específicos de cada instituição Esta prática é a mais perversa para quem investiu na educação dos seus filhos, para quem apostou numa formação superior e para quem acredita que só são rentáveis os projectos que investirem na qualidade do corpo docente, das infra-estruturas escolares e numa estratégia de competição saudável com o ensino público

O Ministério da Educação quis dirigir a atenção da opinião pública para a situação do ensino superior privado e cooperativo, decerto para melhor esconder a péssima gestão que está a fazer do ensino superior público.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Hoje fala-se de cerca de 600 cursos superiores existentes em Portugal, sem se saber ao certo o seu número. Mas há uma realidade que não poderá ser negada Entre o ano de 1996 e o mês de Março do ano 2000, o Ministério da Educação aprovou cerca de 300 cursos superiores, repito, 300 cursos superiores,

entre bacharelatos e licenciaturas, sendo a sua maioria do sector público

Neste contexto, nem se poderá falar em má gestão, mas sim na inexistência de gestão e controlo

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador — Como ficou bem demonstrado na recente proposta de Orçamento do Estado, com um crescimento excepcional da despesa, o ensino superior público está em «roda livre». Deixou-o crescer para poder travar o peso do sector privado, criou novos cursos, aumentou o *numerus clausus*, anunciou o reforço do financiamento e aumentou a oferta pública quando a procura já estava em baixa, pelo menos desde 1995

O que é mais estranho é que o Ministério aprova esses novos cursos em estabelecimentos públicos que por vezes não preenchem as condições físicas, pedagógicas e científicas que são exigidas aos estabelecimentos privados. Tudo isto é possível porque a discricionariedade conta com uma realidade incontornável: a má gestão de um estabelecimento privado conduz à falência, a má gestão de um estabelecimento público tem como consequência o aumento da despesa do Estado e o benefício do infractor e do incompetente.

O Sr Fernando Seara (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Quem acaba por ser mais penalizado é o cidadão que paga as propinas elevadas para frequentar um estabelecimento de ensino privado e, ao mesmo tempo, através dos seus impostos, paga os custos e a má gestão de algum ensino superior público .

O Sr Henrique de Freitas (PSD) — Muito bem!

O Orador — Há boas e más escolas no ensino superior público. Há boas e más escolas no ensino superior particular e cooperativo. Só uma avaliação isenta, objectiva e transparente sobre cada uma delas poderá contribuir para uma necessária separação do «trigo do joio». Mas, acima de tudo, só uma informação isenta, objectiva e transparente, poderá ajudar alunos e encarregados de educação a escolher a melhor opção para o futuro da sua formação superior.

O problema central é não haver nem avaliação, nem informação, nem isenção, nem objectividade, nem transparência. O Estado actua como parte interessada ao abrigo do poder discricionário de ser juiz em causa própria. Reconhece, ao fim de quatro anos, que há situações ilegais, que não há cumprimento de um estatuto que foi aprovado em 1994. Mas, ao fim de tanto tempo, que acções desenvolveu? Que processos abriu? Que sanções aplicou? Que estabelecimentos encerraram? Um?

Deixou arrastar a confusão e alimentou falsas expectativas, para agora eleger o ensino superior particular e cooperativo como o mau de uma fita em que o herói vive à sombra do Orçamento

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O Partido Social Democrata deseja contribuir para se encontrar uma solução para a grave crise que enfrenta o ensino superior em Portugal. Porém, não contem connosco para continuar a adulterar as regras de uma sã competição entre público e privado, nem para sus-

tentar a estratégia da anterior e actual equipa do Ministério da Educação, visando a asfixia e o descrédito do ensino particular e cooperativo. São muitos milhares de alunos, de famílias e de profissionais que estão a ser prejudicados por esta política irresponsável e estatizante do Ministério da Educação

O Sr Henrique de Freitas (PSD) — Muito bem!

O Orador — É tempo de alertar para as suas consequências, presentes e futuras

Aplausos do PSD

Registaram-se, igualmente, aplausos de público presente nas galerias

O Sr Presidente — Os jovens que estão a assistir aos nossos trabalhos dão-nos muita alegria e muita satisfação por estarem aqui, mas não podem manifestar-se

Já agora, anuncio que se encontram a assistir à sessão 100 cidadãos da Freguesia de Albergaria-dos-Doze, que saudamos

Aplausos gerais, de pé

Encontram-se também a assistir à sessão estudantes das nossas escolas, que continuam a dar-nos o prazer de estar connosco com frequência: um grupo de 60 alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, um grupo de 40 alunos da Escola Secundária E B 2, 3 Luís de Camões, de Constância, um grupo de 18 alunos das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, do Curso de Mecânicos de Automóveis Pesados, de Lisboa, um grupo de 70 alunos da Escola Profissional de Vila Nova de Famalicão; um grupo de 47 alunos da Escola Secundária de Amares, e ainda aguardamos cerca de 200 alunos de diversas universidades portuguesas

Um muito carinhoso obrigado e uma saudação para todos eles

Aplausos gerais, de pé

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado David Justino, os Srs Deputados Sílvio Rui Cervan, António Braga e Bernardino Soares.

Tem a palavra o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado David Justino, em boa hora trouxe V Ex^a, à Câmara, algo que é, infelizmente, um problema recorrente. Tenhamos a coragem de dizer com clareza que o poder político sempre tratou esta questão, esta dicotomia entre ensino superior público e ensino superior privado, como um problema. Usou o ensino superior privado para resolver muitas das insuficiências e da capacidade do ensino superior público e usa agora o ensino superior privado como um «bode expiatório», mas usa-o, sobretudo, como um alibi para a sua falta de coragem

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — O modelo que o CDS-PP sempre defendeu era um modelo concorrencial e alternativo, pois o en-

sino superior privado tem de ser, em Portugal, concorrencial e alternativo ao ensino superior público. Não é um *ghetto*, não é complementar, nem é subsidiário! Temos de ter a coragem de assumir!

Vozes do CDS-PP e do PSD. — Muito bem!

O Orador — Há bom ensino superior privado e há mau ensino superior privado. Tenhamos a coragem de dizer qual é o mau e tenhamos a coragem de fechar o que está mal. Mas tenhamos também igual coragem, dando-lhe igual tratamento, para com o ensino superior público.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Será que só há problemas, será que só há dificuldades com o corpo docente do ensino superior privado? Ou será que o exame que foi feito ao ensino superior privado tem um igual ou pior diagnóstico no ensino superior público? Será que o problema de instalações existe apenas no ensino superior privado? Ou será que temos um igual diagnóstico no ensino superior público?

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador: — Sr Presidente, Srs Deputados. Sr Deputado David Justino, o que não pode acontecer, mas sistematicamente acontece, é lançar-se o libelo acusatório sobre todo o ensino superior privado, não ter a coragem de distinguir o «trigo do joio», não dizermos o que funciona com condições e sem condições e, sobretudo, não haver, de uma vez por todas, a coragem de deixar de se fazer investigações ao ensino privado ou ao ensino público e fazer-se uma investigação a todo o ensino superior.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador. — A todo o ensino superior! E tratar com igual critério e com igual referência o ensino superior privado e o ensino superior público, porque sistematicamente se lança o libelo acusatório, se lança a dúvida, se lança a suspeita, mas não se tem coragem de assumir que, hoje, o ensino superior privado, em Portugal, faz o papel — e bem feito — que o ensino superior público não soube fazer durante muitos e muitos anos.

Aplausos do CDS-PP

E esta intervenção de V Ex^a tem, sobretudo, o grande mérito de ser feita por um docente do ensino superior público.

Aplausos do CDS-PP e do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado David Justino

O Sr David Justino (PSD) — Sr Presidente, uma resposta rápida, apenas para concordar, no fundamental, com as palavras do Sr Deputado Silvio Rui Cervan. No entanto, aproveito para destacar o fundamental da minha intervenção é que não há competição, não há concorrência entre público e privado se não houver acesso à informação e uma clara e eficaz regulação do mercado — se as-

sim podemos falar — do ensino público e do privado. Os factores de distorção, quer de carácter institucional, quer de carácter informativo, são de tal ordem que, neste momento, as regras estão claramente viciadas. E isto tem de começar pelo maior acesso e maior isenção na informação sobre a qualidade das escolas para onde mandamos os nossos filhos. É essa a minha preocupação.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado António Braga

O Sr António Braga (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado David Justino, antes de mais, devo dizer-lhe que não temos uma visão mercantilista do ensino, nomeadamente do ensino superior. Muito menos de concorrência, no sentido do mercado. Temos uma ideia sobre o dever, a obrigação do Estado em cumprir, nomeadamente, a obrigação constitucional que todos conhecemos. Além do mais, o Sr Deputado demonstrou uma visão conspirativa, analisando aquilo que é a situação actual no ensino superior em Portugal. Conspirativa porque, antes de mais nada, quis colocar, em paralelo ou em concorrência, a situação do privado e particular, que se vive hoje em Portugal.

Antes de mais nada, qualquer relatório de análise e avaliação é uma acusação dirigida, directamente, aos governos do PSD, porque foi nessa altura que cresceram, de forma exponencial, todos os cursos e universidades privadas, com ou sem condições.

O Sr Francisco Assis (PS) — Muito bem!

O Orador — Algumas, podemos até compará-las com aquilo que são as «indústrias de vão-de-escada». Isto é verdade, doa a quem doer! Este Governo e os socialistas não têm complexos a olhar para o ensino particular e cooperativo — nenhum! Porque foi este Governo do PS que introduziu o paralelismo da Acção Social Escolar também para o ensino particular e cooperativo. Portanto, nessa matéria, Srs Deputados, a direita pode estar tranquila porque o PS tem uma visão rigorosa sobre a aplicação dos dinheiros públicos, nomeadamente e também no ensino particular e cooperativo.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Qual PS? O de direita ou o de esquerda?

O Orador — O Sr Deputado Narana Coissoró sabe bem que o ensino particular e cooperativo recebe muito e muito dinheiro do Estado — com este Governo socialista —, mas com rigor!

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Deputado, francamente!

O Orador — E aquilo que, antes de mais, tem de ser feito — e isso nunca ninguém teve a coragem de fazer em Portugal, nomeadamente os governos do PSD — é uma avaliação, uma investigação às condições concretas nas quais decorre a leccionação no ensino particular e cooperativo. Porque, na questão da concorrência ao nível das academias, na questão de acreditação ao nível da qualidade dos cursos, aí entra em linha de conta a saída profissional; e, naturalmente, aí também entrará em linha de conta

a procura que cada um desses cursos vai ter junto da sociedade civil portuguesa. Quanto a isso, não estamos preocupados. Estamos preocupados em criar as condições de rigor, as condições de qualidade, porque depois as famílias portuguesas sabem e saberão distinguir. E não fizemos como fez o PSD, que distinguiu apenas entre um privado de amigos e um privado de eventuais desconhecidos.

Protestos do PSD

É verdade, Srs Deputados! Sei que vos dói, mas quando os senhores trazem aqui questões destas, ou o fazem com rigor, ou então têm de ouvir tudo! Claro que o Sr Deputado David Justino não colocou a questão nestes termos, mas os Srs Deputados também precisam de ouvir isto!

Aquilo que introduzimos e queremos continuar a introduzir é seriedade e rigor. Por isso, a proposta de lei-quadro, que está quase a chegar ao Parlamento, vai verter um conjunto de regras e critérios pelos quais — e só por esses — poderão ser licenciados cursos e ser abertas universidades privadas.

Aplausos do PS

O Sr Paulo Pereira Coelho (PSD) — E aos costumes disse nada!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado David Justino

O Sr David Justino (PSD) — Sr. Presidente, Sr Deputado António Braga, agradeço as suas palavras. Devem dizer-lhe que não tenho uma visão mercantilista, mas há realidades a que não posso olhar para o lado. Ou seja, quer queiramos quer não, existe oferta de cursos, existe oferta de ensino, existe procura de cursos, existe procura de ensino, e da interacção entre as duas resulta, necessariamente, o funcionamento do mercado do ensino superior. Quer queiramos quer não!

Eu sei que o PS e a ideologia socialista se dão mal com estas coisas, não obstante alguns laivos de neo-liberalismo que têm revelado

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Mas, no fundo, nunca perceberam, ou talvez não queiram perceber, que há uma lógica de funcionamento que obedece precisamente a este tipo de regras. E, essas, não conseguimos mudá-las!

Falou também de uma visão conspirativa. Não tenho visão conspirativa, porque não sou eu nem é o PSD que passa relatórios confidenciais por trás da porta para a comunicação social!

Aplausos do PSD e do CDS-PP

É com essa prática que se fazem conspirações! Eu esperei um mês para que o Ministério me informasse, através de um requerimento que fiz no mês passado, de quais eram os relatórios, qual era o seu conteúdo, quer o relatório geral, quer os relatórios individuais. Quanto ao relatório geral, tive de consultar a Internet — felizmente, lá estava! Mas quanto aos relatórios individuais, ultrapassados os prazos anunciados pelo Sr Secretário de Estado do

Ensino Superior, não houve sequer resposta. Aguardei um mês para ver o que é que o Ministério fazia, obviamente que era chegada a altura de colocar o problema! Nesse sentido, penso que não há nem visão conspirativa nem falta de seriedade. Dei tempo ao Ministério da Educação para poder defender a sua posição e cumprir as suas promessas. Não o fez! Cá estou eu para o denunciar — é a minha função!

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador. — Relativamente ao problema do crescimento das universidades privadas durante os governos do PSD, isso é verdade. Mas também é verdade que o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo foi proposto e aprovado no tempo do governo do PSD, precisamente em 1994. Apenas não se aplicou, não se implementou, nem se fez cumprir, nos anos seguintes, durante o Governo do PSD!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — E, passados quase seis anos sobre essa realidade, o Ministério da Educação e o Governo socialista continuam a propor observatórios, grupos de missão, grupos de avaliação, seminários, encontros sobre todos estes problemas. Mas não tomam uma única medida para pôr ordem e para «arrumar a casa», como diz o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior. O ensino superior está a crescer em roda livre e receio que o Ministério não tenha qualquer capacidade de o controlar.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Vou já terminar, Sr Presidente.

Quanto à investigação que tem de ser feita sobre a qualidade do ensino, também defendo que a mesma seja levada até às últimas consequências no ensino particular e cooperativo, mas penso que deverá também ser feita, ao mesmo tempo e com a mesma seriedade e o mesmo rigor, no ensino público. É esta a resposta!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado David Justino, quero dizer que concordo consigo no que diz respeito às fugas indiscriminadas de informações sobre esta matéria, pois não são a forma de tratar verdadeiramente o problema em questão nem de dignificar a avaliação que eventualmente tenha sido feita sobre as instituições de ensino privado.

Agora, na sua intervenção, o Sr Deputado referiu-se à sã competição entre o sector público e o sector privado na área do ensino superior, como se o facto de o Estado promover o aumento dos cursos necessários e o aumento das vagas nos cursos públicos fosse um acto de concorrência desleal em relação ao sector privado. Penso que este princípio, que o PSD defende, é um erro muito grande, esquecendo que o Estado tem o dever constitucional de promover o ensino público, nomeadamente o superior, tornando-o acessível a todos os seus cidadãos.

É evidente que isto não exclui a existência de um ensino privado, mas o Sr. Deputado não pode querer que o Estado se abstenha de desenvolver o seu sector público de ensino superior por com isso ferir as regras de concorrência com o ensino privado, porque não se trata disso e nem é isso que a Constituição determina.

Devo também dizer que é preciso lembrar que a origem de muitos destes problemas está precisamente no tempo em que o partido do Sr. Deputado geria estas questões da educação.

O Sr. Ricardo Castanheira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E se é verdade que o Partido Socialista não alterou a esmagadora maioria das situações criadas, essa responsabilidade também tem de ser assacada a quem de direito, a quem criou e manteve o sistema de *numerus clausus*, empurrando para o ensino privado milhares e milhares de estudantes que queriam entrar no ensino público, como tinham direito mas não tiveram lugar, fomentando, por essa via, um aumento indiscriminado de instituições e de cursos no sector privado sem qualquer controlo rigoroso e eficaz da qualidade e da viabilidade desses cursos e da sua adequação — o que aconteceu durante todos estes anos — e isentando, por exemplo, as empresas (digo empresas, mas não o são, ou talvez não o sejam!), ou seja, as instituições do ensino privado das obrigações de terem equipamentos de acção social escolar e de um corpo docente estável que corresponda ao que é declarado na sua formação.

Com essa ausência de intervenção, prejudicaram-se todos os estudantes do ensino privado, que se viram, em muitos casos, sujeitos a condições de falta de qualidade, de falta de viabilidade dos seus cursos e das suas instituições e em relação às quais o Estado não teve qualquer papel interventor.

De facto, quem não tem culpa em todo este processo são os estudantes. Sr. Deputado!

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador. — Vou terminar imediatamente, Sr. Presidente

Os estudantes não têm culpa de terem de recorrer ao ensino privado por não terem lugar no ensino público,

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Ou porque querem recorrer ao ensino privado!

O Orador: — ... não têm culpa que não haja apoio social escolar condigno para os estudantes do ensino privado (aliás, quem primeiro propôs, nesta Casa, a equiparação, na lei da acção social escolar, foi o PCP), não têm culpa da ausência sistemática, ao longo dos anos, de controlo da qualidade e da viabilidade das instituições que frequentam, e são eles os principais prejudicados em todo este processo!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado David Justino

O Sr. David Justino (PSD). — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, agradeço os seus comentários

Quanto ao problema da concorrência desleal entre público e privado, devo dizer-lhe que ele existe, por natureza, a partir da altura em que o Estado regula o privado e tenta deixar crescer o público. Mas o problema que se coloca aqui é o de que haja alguma objectividade e, acima de tudo, conhecimento e estabilidade nas regras do jogo, problema esse que se põe quando o Estado aumenta o *numerus clausus* dos cursos públicos.

Devo dizer que não me importa que o Estado aumente o *numerus clausus* nos cursos de que a sociedade portuguesa está fortemente carenciada. O que não comprehendo é que o Estado promova novos cursos e aumente *numerus clausus* nos chamados cursos de papel e lápis, pois está a mandar profissionais para o desemprego, como acontece, por exemplo, com o número incomensurável de cursos de formação de professores. O Estado continua a aprovar novos cursos de formação de professores, em áreas em que se sabe existir desemprego! O Estado continua a aprovar cursos na área das humanidades, das línguas e das literaturas, onde se sabe que existe desemprego!

Qual é o resultado desta política? É ou não irresponsabilidade? É ou não adoptar no público a lógica mercantil do sector privado — a pior lógica mercantil do sector privado? É que, se calhar, as boas práticas do sector privado não são adoptadas, nomeadamente ao nível da gestão e do rigor da mesma.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador — A origem dos problemas não está no PSD, Sr. Deputado A origem dos problemas está na própria sociedade que, felizmente, criou expectativas relativamente ao tempo de formação e ao direito das pessoas de frequentar uma universidade ou um estabelecimento do ensino superior. E cada vez há mais gente que o quer fazer. Antes fosse da responsabilidade do PSD! Mas o PSD só tem a responsabilidade de ter encontrado uma solução para satisfazer os anseios e aspirações de milhares de portugueses que não conseguiram entrar na universidade. Ai, o PSD tem responsabilidade!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes, dispondo para o efeito de 3 minutos concedidos pelo Grupo Parlamentar do PSD

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP). — Sr. Presidente, quero começar por agradecer os 3 minutos que me concederam. Um pouco de educação nesta Casa não faz mal algum!

Em segundo lugar, quero dizer ao Deputado David Justino que gostei da sua exposição, que foi extremamente clara, para o que fez um esforço.

Gostaria de dizer que sou um servidor da escola pública há mais de 30 anos. Conheço-a por dentro e por fora, conheço o seu apogeu e a sua decadência, conheço-a da altura em que a reitoria ainda a conseguia coordenar e conheço agora a universidade em que as faculdades, como uma hidra rouca, ladram cada uma para seu lado. A decadência é sempre impressionante, e talvez seja por isso que hoje estou aqui e não voltei para lá.

Esta é a pública. No entanto, quando vem a OCDE fazer a análise, alguém lhe faz festas, alguém a tutila, e a OCDE

faz sempre relatórios magníficos sobre a ignorância vigente nas nossas escolas públicas. Será diferente nas privadas? Certamente que não! As privadas sofrem exactamente do defeito lusitano da incompetência e da falta de avaliação.

Além disso, queridos amigos, quem é que quer ser avaliado, na nossa sociedade? Ninguém! Quem é que quer ser sujeito a um exame? Ninguém! Quando podem passar administrativamente, quem é que se recusa a isso? Quase ninguém — só os loucos!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — O problema é que, neste momento, temos *ratios* de um professor para dois alunos em certas faculdades que não quero ofender aqui. Porquê? Porque, com o decreto relativo à carreira docente, tem-se provocado uma acumulação de doutores. Há doutores de Inglaterra, doutores da América, doutores da França... Noutro dia, o meu amigo Mariano Gago ficou chateado por eu lhe ter dito que há tantos doutores, tanta «doutorice» e tão pouco saber. É, de facto, o que acontece, nas privadas e nas públicas!

Seria preciso haver um Ministério sério que avaliasse e independência na avaliação, e isso não há! Em geral, há sempre umas pendências, sim, mas não independências! Há, de facto, alguns pendores, mas não há candores, não há canduras!

Como tal, julgo que ambas são necessárias. Além disso, quando se fala da Universidade Católica, pergunto se ela será, neste momento, privada ou pública. Ninguém sabe, *nemo scit* — digo em latim porque fica mais eclesiástico!

De qualquer forma, queridos amigos, tende curado, porque as universidades privadas têm sido consideradas pelos sucessivos governos como casas de tolerância para a juventude, o que penso ser a maior injustiça que lhes têm feito. Se são más, que as fechem! Não me venham chatear com o privado, não me venham chatear com a competição! A competição na universidade é saudável, desde que não seja feita por cima dos cadáveres dos colegas!

Meus amigos, aquando da criação do mundo, Deus, Nosso Senhor, encontrou um ser maravilhoso chamado catedrático. E sabe o meu amigo António Braga quem é que o Diabo depois encontrou, como contraponto ao catedrático? Foi o colega! Aqui, é a mesma coisa!

Risos e aplausos do CDS-PP e do PSD

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado David Justino

O Sr. David Justino (PSD) — Sr Presidente, não vou tanto responder mas, sim, eventualmente, comentar

Sr Professor Rosado Fernandes, se assim o poderei tratar, isto é, não só como Sr Deputado, mas também como colega, porque somos os dois professores na universidade pública, devo dizer-lhe que os muitos doutores não me assustam. Pelo contrário, o que me preocupa é que sejam tão poucos,

A Srª Natalina Moura (PS) — Exactamente!

O Orador — . porque não há universidade sem doutorados, sem doutores, e o grande problema da universi-

dade portuguesa é o de que, no total do corpo docente do ensino público, os doutores não vão além de 25% a 30%. Este é que é um dos grandes problemas

Temos um ensino superior público feito à custa de assistentes .

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — De maus assistentes!

A Srª Natalina Moura (PS) — De monitores, o que ainda é pior!

O Orador — e, quer queiramos, quer não, os assistentes devem dedicar o fundamental do seu tempo a preparar o seu doutoramento e a fazer investigação, bem como a ajudar os professores a dar as aulas

Esta é uma situação velha, com barbas, mas em que penso que se deveria investir mais para que cada vez mais assistentes possam fazer o seu doutoramento o mais rapidamente possível e em maior quantidade, mesmo que seja nos Estados Unidos da América, em Inglaterra, em França, na Alemanha ou em Portugal. É fundamental! Não há inovação, não há melhoria, não há qualidade, na universidade pública e na privada enquanto não houver um corpo de doutorados em número e qualidade suficientes para se poder, de uma vez por todas, fazer com que acreditemos no futuro!

O Sr. Presidente — A última inscrição para pedir esclarecimentos aos Sr Deputado David Justino é a da Srª Deputada Ana Catarina Mendonça

Tem a palavra, Srª Deputada

A Srª Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado David Justino, quero saudá-lo pela intervenção que fez, dizendo-lhe apenas que se esquece que amanhã se comemora mais um dia do estudante e que, neste caso, em primeiro lugar, estão os estudantes e, por isso mesmo, a qualidade do ensino superior público e privado em Portugal e a preocupação que devemos ter com esta matéria

Com isto, permita que lhe coloque duas questões, ou lhe diga uma verdade. É verdade que no tempo do Ministro Couto dos Santos houve um despacho — o Despacho n.º 128 —, que previa a avaliação do ensino particular e cooperativo, realizada, na altura, pela Inspecção-Geral da Educação. Até hoje desconhecemos o relatório e os resultados desta avaliação.

Refiro isto porque, se é verdade que queremos ser sérios com os estudantes e com quem nos está a ouvir nesta Câmara, é preciso dizermos que o Grupo de Missão teve por incumbência uma questão fundamental. Não se tratava da avaliação das universidades pela avaliação da qualidade por si só, não se tratava da avaliação da qualidade pela metodologia ou pela formação dos docentes, não se tratava da avaliação dos *curricula* leccionados. Sr Deputado David Justino, a avaliação feita pelo Grupo de Missão era relativa à legalidade, ou seja, ao cumprimento ou não cumprimento do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

E, meu caro Deputado David Justino, temos de começar por algum lado. Em primeiro lugar, é preciso ver se há ou não cumprimento da legalidade, porque sabemos que, na altura do Governo do PSD, para escamotear a falta de vagas que havia no ensino superior público, foram sendo criadas, *ad hoc*, universidades privadas para dizer que não

havia insucesso escolar e para dizer que não havia falta de vagas no ensino superior. Mas a verdade é que, em 1995, ficaram 40 000 estudantes de fora do ensino superior público e que, em 1999, 90% dos candidatos ingressaram no ensino superior. Por isso, Sr. Deputado, gostaria ainda de lhe dizer que repor a verdade é também dizer que o ensino particular e cooperativo não é encarado como o «parente pobre» do sistema educativo, porque, por acaso, foi o Partido Socialista que defendeu sempre, na altura da aprovação da lei-quadro do financiamento do ensino superior, nesta Casa, a necessidade de equiparação do sistema da Acção Social Escolar ao ensino particular e cooperativo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Votaram contra o nosso projecto duas vezes!

A Oradora — Aliás, o Orçamento do Estado para 2000 prevê a totalidade da cobertura da acção social escolar para o ensino particular e cooperativo.

Gostaria de terminar, questionando o Sr. Deputado: é de opinião que pugnar pela qualidade do ensino é permitir que o sistema particular e cooperativo surja por surgir ou é permitir que haja uma visão global e estratégica do ensino superior em Portugal — leia-se ensino particular e cooperativo e ensino público —, começando por algum lado, quanto mais não seja, para já, pelo cumprimento do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo?

Mais lhe digo que não há aqui uma acusação directa a qualquer das instituições e mais diz ainda o Grupo de Missão que cada uma das instituições receberá individualmente o resultado desta avaliação para repor a legalidade

Aplausos do PS

O Sr Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado David Justino

O Sr David Justino (PSD) — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, nem calcula como apreciei algumas das referências e das ideias que exprimiu

Sei que amanhã é o dia do estudante, mas também sei que se começa a instituir ser hoje o dia do estudante do ensino privado, e por isso é que escolhi precisamente esta data para fazer uma intervenção e para lançar este alerta relativamente à situação do ensino superior particular e cooperativo.

Sei que o grupo de missão tinha apenas como objectivo avaliar da legalidade e do cumprimento do diploma que o PSD, durante o seu governo, aprovou em 1994, isto é, o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Nesse sentido, nem pus em causa o conteúdo do relatório. O que ponho em causa é o facto de esse relatório ter sido divulgado sem ter sido acompanhado de uma especificação de quem são as boas e as más universidades, os bons e os maus estabelecimentos. Nesse aspecto, desculpe que diga, há uma clara irresponsabilidade e uma má avaliação das consequências da divulgação fora de tempo daquele relatório. E não posso aceitar que, por parte do Ministério, não tivesse havido maior rigor e maior cuidado na divulgação do relatório.

Como diz a Sr.^a Deputada, aquele relatório não faz qualquer acusação a uma instituição em particular, mas diria que faz a todas, porque ao não especificar nenhuma delas está a lançar o anátema e a dúvida sobre todas as

instituições do ensino superior particular e cooperativo. Esta é que é a questão mais grave da divulgação do relatório.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, gostaria de dizer que defendo que para se pugnar pela qualidade do ensino também é necessário ter uma visão global e estratégica do que queremos do ensino superior, quer seja público, quer seja privado. Mas parece que o Ministério da Educação tem uma visão estratégica e global do ensino privado, mas não tem uma visão estratégica nem uma visão global do ensino público, porque este está a crescer sem qualquer capacidade de controlo.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Como a Sr.^a Deputada sabe, a aprovação de novos cursos é apenas ratificada pelo Ministério da Educação e, neste sentido, dos 300 cursos aprovados, entre 1996 e Março de 2000, a esmagadora maioria são cursos de gestões públicas, nomeadamente em áreas não fundamentais no ensino superior. É isto que é fundamental perceber e, quer queiramos quer não, por cada curso que se cria são mais alunos que aumentam o *numerus clausus*, o que, multiplicado pelo custo unitário, são mais alguns milhares de contos que são inscritos no orçamento da educação. É precisamente por isso que o orçamento do ensino superior foi aquele que mais cresceu neste Orçamento do Estado, cerca de 17%, não resultando de uma opção estratégica, mas, sim, precisamente, da falta de controlo que o Ministério tem sobre este sector.

Aplausos do PSD

O Sr. Álvaro Amaro (PSD) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr. Álvaro Amaro (PSD) — Sr. Presidente, para fazer uma verdadeira interpelação à Mesa. Se me permitir, verificará, no final, que é mesmo uma verdadeira interpelação.

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. Álvaro Amaro (PSD) — Sr. Presidente, ouvimos, hoje, neste magnífico debate, introduzido em boa hora pelo meu companheiro de bancada, o Deputado David Justino, duas intervenções que, sinceramente, me preocupam. Nem sou o professor do ensino público nem o «colega», na óptica do Professor Rosado Fernandes, mas sou, com muita honra, professor do ensino privado e fiquei muito preocupado quando ouvi o Deputado António Braga e a Deputada Ana Catarina Mendonça dizer tão-só o seguinte: «Foram os malandros» — embora não tenha sido esta a expressão utilizada — «dos governos do PSD que fizeram esta coisa terrível de criar, a esmo, universidades privadas». Mas, depois, o Sr. Deputado António Braga disse também esta coisa fantástica: «Foram os governos do PSD que criaram 'sem Rei nem rock' universidades privadas», mas ufanou-se de que foram os governos do PS que ajudaram financeiramente as universidades privadas.

Sr. Presidente, solicito à Mesa que, através de V Ex^a, o Sr. Deputado António Braga, ou a Mesa, nos forneça, tão breve quanto possível, a informação sobre as universidades privadas que foram ajudadas financeiramente pelo Governo do Partido Socialista. Porque, de duas, uma ou são boas e foram bem ajudadas, ou são más e foram mal ajudadas!

Aplausos do PSD

O Sr. António Braga (PS). — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Para que efeito?

O Sr. António Braga (PSD) — Para uma interpelação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, peço-vos que leiam, no Regimento, o que é uma interpelação, porque dá-me a ideia de que não sabem ou, então, fazem de conta que não sabem. Os Srs. Deputados não podem servir-se da Mesa para mandar recados ao Sr. Deputado António Braga, e isto o Sr. Deputado Álvaro Amaro só fez na parte final da sua interpelação, falsa interpelação, porque, no resto, proferiu um discurso.

Quase jurava que o Sr. Deputado António Braga também não vai fazer uma interpelação

Risos

De maneira que um dia destes temos de nos entender sobre uma leitura colectiva dos fundamentos e do significado das interpelações.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Braga, mas se puder fazer uma verdadeira interpelação agradeço.

O Sr. António Braga (PS) — Não posso, Sr. Presidente. Como bem sabe, fui apenas citado e creio que tenho o direito a usar da palavra não para defender a minha honra, porque não é ela que está em causa, mas para esclarecer o Sr. Deputado e o Plenário sobre uma questão que.

O Sr. Presidente — O Sr. Deputado só tem esse direito se a Mesa, excepcionalmente, lho conceder.

O Sr. António Braga (PS) — Sr. Presidente, considero que a Mesa vai compreender a necessidade da excepção deste direito.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, a Mesa já comprehendeu, mas agradeço que seja muito sucinto.

O Sr. António Braga (PS) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas foi justamente para não estragar as figuras regimentais que não a disse expressamente.

O Sr. Deputado Álvaro Amaro ouviu bem, mas enganou-se muito na interpretação que fez. O que eu disse, e mantenho, é que o Governo do PS corrigiu e está a aplicar rigorosamente os dinheiros públicos.

Protestos do PSD

Foi o Governo do PS que fez o paralelismo da acção social escolar do ensino público com o ensino privado,

porque, para nós, o erro político e estratégico no desenvolvimento do ensino superior cometido pelo PSD não pode ser comparável aos prejuízos dos alunos, na medida em que estão em jogo as famílias e os alunos dessas universidades, que têm de ser consistentemente apoiados não só pelas suas expectativas mas por uma questão de justiça social. E é neste sentido que o Governo do PS tem, designadamente, através do cumprimento do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, reforçado a acção social escolar, e isto significa, Sr. Deputado, a atribuição de muitos apoios financeiros aos alunos, o que, por sua vez, tem reflexo no funcionamento dessas universidades.

Era este o esclarecimento que eu pretendia prestar, Sr. Presidente.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — O Sr. Deputado, tal como se previa, não fez uma interpelação à Mesa. Disse que ia responder a pedidos de esclarecimento, mas os pedidos de esclarecimento, também segundo o Regimento, seguem-se a intervenções. Ora, o Sr. Deputado pediu esclarecimentos há cerca de um quarto de hora e depois disso não fez qualquer intervenção, pelo que estava completamente fora de hipótese a resposta a pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado Álvaro Amaro, com a solidariedade de um concidadão da Guarda, tem de ler novamente o Regimento, aliás, todos os Srs. Deputados têm de o fazer.

Neste momento, alguns estudantes presentes nas galerias lançaram para o Hemiciclo balões vermelhos e pretos, tendo também proferido gritos

Lamento ter de dizer aos estudantes que não estão a comportar-se da forma como esperávamos, porque, primeiro, lançaram balões, o que não podem fazer, e, depois, gritaram, o que também não podem fazer.

Temos muito gosto em receber-vos desde que se comportem correctamente, pois é o que esperamos dos jovens estudantes das nossas escolas.

Posto isto, vamos dar início aos debates de urgência requeridos, um, pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a situação de seca grave na Península Ibérica e os possíveis efeitos sobre os recursos hídricos e a economia nacional, e, o outro, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre a situação de seca grave que neste momento atinge o País e a ausência de medidas necessárias por parte do Governo.

Para introduzir o debate, em representação do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado João Maçãs.

O Sr. João Maçãs (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Deputados: Perante a solicitação de um debate de urgência sobre a seca na península Ibérica e os possíveis efeitos sobre os recursos hídricos e a economia nacional feita pelo Grupo Parlamentar do PSD e idêntica e posterior solicitação por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, seja-me permitido tecer, a propósito, algumas considerações.

Mais uma vez, o País e, de forma mais acentuada, o interior, encontram-se sujeitos a uma pronunciada seca. Em boa verdade, esta situação deixou de constituir uma exceção para passar a ser uma ocorrência frequente que, infelizmente, se agrava.

lizmente, já nos afecta com consequências nefastas e nos faz recordar a primeira metade da década de 90.

A constatação deste facto leva-nos a admitir que, no futuro, a situação não tenderá a melhorar em termos naturais e que, assim sendo, cabe ao Homem tentar, por todos os meios ao seu alcance, tomar atitudes que, efectivamente, contribuam para amenizar os efeitos da irregularidade e a escassez das quedas pluviométricas. Tal desiderato passará naturalmente pelo aproveitamento racional dos recursos disponíveis e pela sua correcta gestão.

Tudo o que hoje aqui for dito resultará em grande parte como uma repetição do que se disse em intervenções passadas a não serem adoptadas medidas concretas que vissem uma solução definitiva. O mesmo discurso perpetuar-se-á certamente pelos anos futuros, fruto de consequências cada vez mais agravadas.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^o e Srs Deputados: A verdade é que nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, até há três dias, portanto em pleno Inverno, praticamente não se registaram quedas pluviométricas em todo o interior do País.

A realidade é que, nomeadamente, aqueles que se dedicam à agricultura têm vivido um período de grande angústia, que parece não ter atingido o Governo, o qual certamente, como é seu hábito, privilegia soluções que advenham dos designios da divina providência e adormece numa atitude de claro laxismo quanto a decisões estruturais que se impõem ou mesmo, no que respeita a fidedignas, que façam face aos efeitos que já são conhecidos e a outras que se admite possam ocorrer, limitando-se a criar um grupo de trabalho.

Foi necessário que o PSD, em 15 de Março, requeresse um debate de urgência sobre a seca na península Ibérica e os possíveis efeitos sobre os recursos hídricos e a economia nacional, no que foi, aliás, seguido por outros partidos, reflectindo preocupações já manifestadas pelas organizações da lavoura, para que o Governo despertasse, no sentido de anunciar a intenção de levar a cabo algumas medidas tendentes a reduzir os prejuízos causados pela seca.

Fazendo uma análise dos valores da precipitação ocorrida desde Setembro até Março e estabelecendo a comparação com as médias dos últimos 30 anos verifica-se que, para o mesmo período de 1999/2000, os valores situam-se entre os 51 % e os 77 %, sendo, especificamente, em Bragança e Vila Real, 77 %, em Castelo Branco e Portalegre, 61% e 68%, respectivamente, e, em Évora e Beja, 73 %.

O défice hídrico agrava-se, sobretudo, desde o mês de Dezembro, registando-se situações da ordem dos 15 % em Trás-os-Montes, Castelo Branco e Portalegre, 26 % em Évora e 7,8 % em Beja, tomando como base os mesmos 30 anos.

No que às reservas hídricas das albufeiras concerne, nas bacias do centro e sul do País, as percentagens de armazenamento são muito inferiores às da mesma época do ano transacto, situando-se muito abaixo dos valores normais. Segundo elementos do INAG, das albufeiras monitorizadas mensalmente em todo o País, 15 encontram-se abaixo dos 50 % de armazenamento, 11 das quais localizam-se no sul. As albufeiras do Pego do Altar, Roxo e Vale do Gaio, todas na bacia do Sado, e a da Víglia, na bacia do Guadiana, encontram-se abaixo dos 30% de armazenamento, o que se traduz em cerca de metade das disponibilidades de água do ano passado, o qual já não foi um ano normal.

Ao contrário do Governo, há muito que os agricultores começaram a aperceber-se de que o ano agrícola iria ser mau.

- Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^o e Srs Deputados: Encarando a situação com a atenção que ela merece, pode, desde já, afirmar-se que se encontram seriamente afectadas as culturas de Outono/Inverno, nomeadamente cereais, e bem assim as pastagens e forragens de sequeiro, as quais afectarão a actividade pecuária, podendo vir ainda a ocorrer prejuízos em culturas como as do olival e as fruteiras.

Quanto à floresta, não bastará dizer que os incêndios já começaram, o que é um facto, as novas plantações, devido à carência de humidade, poderão ficar bastante comprometidas e o stress hídrico influenciará, por certo, de forma extremamente negativa os povoamentos adultos.

Se o cenário até ao momento descrito é preocupante, mais gravoso será o que respeita às culturas de Primavera/Verão, uma vez que a falta de reservas hídricas inviabilizou já a cultura do arroz, em grande parte da área, e limitou, certamente e à partida, a produção do milho, da beterraba, da batata, do tomate, do tabaco e do pimento, bem como de outras culturas horto-industriais.

Admitindo que em algumas regiões do País nem tudo estará perdido, caso aconteçam precipitações razoáveis durante a Primavera, em outras, tais como no Vale da Vilariça, por exemplo, em Trás-os-Montes, nas palavras dos próprios agricultores, vai ser um ano catastrófico, mesmo que chova. No caso das barragens agrícolas e de uso múltiplo, tais como as do Maranhão, de Montargil ou do Caia, virão certamente a sofrer reduções as áreas a regar, uma vez que terá de prevalecer a garantia do abastecimento de água às populações.

Intimamente associada à quebra da produção agrícola está a redução do emprego, a diminuição do rendimento das populações e, em suma, a quebra da qualidade de vida e, consequentemente, o despovoamento ou desertificação humana.

Por tudo isto, afigura-se-nos remoto almejar os níveis de competitividade e de desenvolvimento económico que conduzam à fixação das populações, metas tão inconsistentemente anunciadas no Programa do Governo.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^o e Srs Deputados: Não basta o Sr Ministro da Agricultura anunciar a água como a grande prioridade, não basta também elencar intenções de barragens e sistemas de regadio que, ano após ano, vão ficando por construir, como, aliás, é o caso da barragem do Pisão, no Crato: não basta mencionar medidas avulsas para fazer face a situações de circunstância.

Na realidade, os problemas do País mantêm-se e são essencialmente de ordem estrutural, sem que os governos do Partido Socialista algo façam para os resolver. Portugal continua sem dispor de um plano hidrológico que permita gerir racionalmente os recursos hídricos, satisfazendo as carências das zonas mais necessitadas. Portugal é dependente de um Convénio com Espanha e que não satisfaz nas épocas críticas.

O Decreto-Lei n^o 45/94, de 22 de Fevereiro, que regula o processo de planeamento dos recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos, estabeleceu que o Plano Nacional da Água deveria estar concluído no prazo máximo de três anos, ou seja, em 22 de Fevereiro de 1997 – tal ainda não aconteceu!

A mesma disposição legal prescreve que os Planos de Bacias Hidrográficas das várias bacias do País deveriam estar concluídos no prazo máximo de dois anos, ou seja, em 22 de Fevereiro de 1996 — tal, igualmente, ainda não aconteceu!

Não tendo o XIII Governo Constitucional feito previamente, como lhe competia, o seu «trabalho de casa», quando negociou a Convenção com Espanha, a qual, aliás, acabou por ser concluída em Novembro de 1998, em Albufeira, nós, portugueses, não sabíamos — esta é a verdade! —, pura e simplesmente, o que estávamos a negociar, pela simples razão de não sabermos quais eram as nossas verdadeiras necessidades de água

Protestos do PS

Ao contrário, a Espanha não só sabia, como continua a saber, qual a sua verdadeira situação e necessidades, porquanto, de facto, de há muito, dispõe de um plano nacional hidrológico. Deste modo, não é de admirar que, nos termos da Convenção, os volumes anuais mínimos de água garantidos para os rios Minho, Douro, Tejo e Guadiana sejam muito inferiores aos caudais médios dos últimos anos.

Daqui se conclui que, em períodos de seca prolongada, os espanhóis têm o direito de não enviarem, na prática, a água para Portugal. Eis, pois, o lindo cenário que o Governo Socialista permitiu, com o seu laxismo e irresponsabilidade, à revelia da mais elementar salvaguarda dos interesses nacionais!

Nas circunstâncias presentes: resta, mais uma vez, tornar as verdadeiras soluções, socorrendo-nos, novamente, de paliativos, que, infelizmente, são imprescindíveis para a sobrevivência dos agricultores e das populações rurais prejudicadas pela incúria do Governo.

Posto isto, exige o sector agrícola que o Governo ponha em execução medidas de apoio suficientes, que, por certo, o Sr. Ministro irá, hoje e aqui, anunciar, que venham a ressarcir, verdadeiramente, os agricultores dos prejuízos que, efectivamente, forem causados pela seca.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para introduzir o debate, em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Deputados: Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, posso garantir-lhe, desde já, que não vou partidizar a seca!

Risos

O Orador — Tenho a certeza que o Dr. Capoulas dos Santos não é o culpado da seca, que a seca é um mal que nos visita amiúde. Ela é constatável por qualquer um, e, dada a época do ano em que nos encontramos, dificilmente será já superada por precipitação que, doravante, venha a ocorrer. O ano meteorológico que se iniciou com dois meses muito chuvosos — Setembro e Outubro — evoluiu, depois, para uma situação de diminuição drástica da pluviosidade, a partir de Novembro, e, finalmente, a partir de Fevereiro, para um aumento das temperaturas médias para valores muito

acima dos normais. Que tenham cuidado, os produtores de fruta!

Depois de escassas chuvas em Novembro, Dezembro e Janeiro, o País não via chuva desde o início de Fevereiro! Com a queda pluviométrica verificada era normal esperar uma diminuição dos caudais dos nossos rios e especialmente nos partilhados com a Espanha. No entanto, ela não explica, de todo, o que hoje muito objectivamente se verifica. Normal, também seria, se não fosse exigir demais aos governantes portugueses, que a água disponível fosse judiciosamente gerida em conjunto com a nossa vizinha Espanha.

As afirmações da Ministra Tocino que ontem todos pudemos ouvir nos telejornais,

Vozes do PS — Não é «Toucinho»!

O Orador — Não é Tocino?! Então, como é?!

Risos

«Tó-ci-nho»!

Risos

É o nome que ela tem! É Tocino, por muito que lhes custe.

Risos

Mas, como dizia eu, as afirmações da Ministra Tocino que, ontem, todos pudemos ouvir nos telejornais, de que a situação de diminuição drástica, interrupção mesmo, no caudal do rio Tejo era resultado de duas hidroeléctricas estatais, uma espanhola e outra portuguesa, é demonstrativa do papel desempenhado na nossa sociedade moderna pelo poder político e revela, inesperadamente, que a Ministra espanhola está em vias de se «portugalizar» uma vez que admite o inadmissível.

Dada a histórica irregularidade do nosso clima mediterrânico, um dos factores principais para que tenhamos uma agricultura escorrente é o dar segurança material e psicológica a quem nela trabalha.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Para terem uma ideia de quanto antigo é o problema da irregularidade do clima no nosso País, permitem-me que vos leia breves trechos, extraídos do Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Castro Verde: «Ano de 1734 — Foi este ano tão estéril de searas e prados para os gados e cavalgaduras» — não vejam nisto qualquer alusão! —

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — «que nenhum dos viventes se lembra de tal esterilidade ()», «Ano de 1735 — Este ano, os que semearam colheram milagrosamente em abundância pelo pouco que tinham semeado, assim, trigos como cevadas e centeios e tudo o mais que à terra haviam lançado ()», «Ano de 1736 — Foi este ano tão avondoso de águas com tanta frequência em todos os meses que, por causa de ser tanta a inundação, delas ficaram as searas perdidas e quase nada produzido ()», «Ano de 1737 — Deu este ano tal princípio com uma tal secura que não houve ribe-

ro nem ribeira nem regato que saisse fora de si, nem houve nesta terra ou ribeira dela moinho que moesse nein uma só volta (.)»

É, pois, necessário garantir segurança psicológica, a quem no nosso país trabalha a terra e nela encontra o seu principal sustento Garantir essa segurança exigiria que mal se declare um ano de seca potencial, ou seja, mal se verifique um Novembro completamente seco, se começem a preparar acções no sentido de obviar a que, por má gestão, se os indícios da seca se confirmarem, os agricultores se vejam privados de água, o que neste momento, devido à imposição de cotas, como é o caso do tomate, por exemplo, tem importância primacial

Contrariamente ao que as perversas mentes políticas poderiam esperar, dá a minha bancada por bem empregue o tempo que dedicou à conferência de imprensa, uma vez que teve, pelo menos, como efeito, que o Primeiro-Ministro olhasse para o céu e comunicasse aos mortais que, segundo os serviços meteorológicos, havia possibilidade de chover na passada quarta-feira

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — E choveu!

Vozes do PS — Choveu, ou não?

Risos do CDS-PP e do PSD

O Orador — Esta revelação, aparentemente insignificante, teve repercussão inludível no comportamento do Ministério da Agricultura que, estou certo, sempre, sempre, ao serviço da lavoura nacional, acabou por anunciar, ontem, *urbi et orbi*, medidas que, parcialmente, vão dar alguma segurança a quem pela seca foi irremediavelmente afectado, mau grado os chuvascos, o «benéfico» granizo que tão bem faz às árvores em floração e as trovoadas que, por todo o lado, se têm verificado no País.

Seria de mau gosto criticar as medidas apresentadas e que vêm na velha linha de acudir ao fogo, quando ele já foi atiçado — mais vale que existam tais medidas do que não existam de todo! Esta é a verdade!

É claro que se tem de louvar a possibilidade do aumento da área de girassol permitida e a extensão desta cultura a terras de regadio, bem como o aumento das áreas de *set aside* (as medidas de *pousio*, em português) e as medidas de apoio ao abeberamento de gado

No entanto, sem querer ser gratuitamente malévolos e sem ser psicanalista, devo dizer que foi necessário esperar por estes arremedos de chuva, que, insuficientemente, vêm resolver alguns dos problemas da seca, e pelas conferências de imprensa dadas pelas organizações de agricultores e por mim, em nome da minha bancada parlamentar, para que o Ministério da Agricultura se apressasse a fazer o que é óbvio, a fim de evitar o pior

Permitam-me que entre na parábola tal como na floresta se combate o fogo, quando já está declarado e os seus danos são irremediáveis, assim, também o Ministério da Agricultura combate a seca, já quando não há muito a fazer para a reparar!

Gostava, no entanto, de frisar que as medidas fundamentais de que o Governo foge — e, permitam-me a metáfora religiosa — «como o diabo da cruz» é de instituir um seguro de produção mínima, que pode ser exemplificado com o caso espanhol, o qual garanta um mínimo de rendimento e que, moderadamente, pague os custos das culturas arvenses de sequeiro, acompanhado, como é óbvio, pela extensão do seguro de colheitas a toda a produção

agrícola e pecuária A vantagem deste seguro é a de que, havendo anos bons e maus, a contribuição monetária anual dos agricultores para a cobertura de eventuais prejuízos nas suas explorações dignifica os agricultores, evita o vexame de serem permanentemente acusados por muitos sectores parasitários da nossa sociedade, de serem viciados no subsídio-dependência.

Tenho dito e muito obrigado pela vossa paciência.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados A seca que tem abalado várias regiões e sectores de actividade do País, como o Alentejo e a agricultura, pode vir a ameaçar igualmente o abastecimento de água às populações em algumas localidades A queda de chuva que se registou nos últimos dias não é, de todo em todo, suficiente, para responder à situação criada, de há mais de mês e meio a esta parte, e para recuperar os já baixos níveis visíveis nas albufeiras Em alguns casos, a queda forte de granizo, como na zona de Viana do Alentejo e Alcáçovas, foi até contraproducente e conduziu à destruição de muitas culturas hortícolas e do processo inicial de formação dos cachos na vinha.

A seca ou excesso de chuvas são, como sabemos, em Portugal, um fenómeno periódico e, portanto, não inesperado Portugal não tem um clima nem tem um regime pluviométrico regular, como acontece, por exemplo, na Europa central, onde quase se pode prever quando e quanto chove É por isso que, em Portugal, como outros países da bacia e da orla mediterrânea, com a irregularidade do nosso regime de chuvas, as consequências das nossas específicas condições climáticas só podem ser combatidas ou atenuadas com medidas estruturantes, das quais destaco três: na agricultura, uma adequação dos sistemas culturais à especificidade das nossas características edafoclimáticas, para os agricultores, um sistema de cobertura de riscos, um verdadeiro seguro agrícola, pecuário e florestal, construído a pensar na agricultura e não a nos interesses das seguradoras (só isto permitirá que, em situações como se voltam a viver agora, os agricultores não fiquem na dependência das medidas pontuais do Governo e da «compreensão» da Comissão Europeia); por último, a multiplicação da nossa rede de armazenagem de água. Se a barragem de Alqueva, por exemplo, já estivesse construída, como há muito o PCP reclama, seguramente que o Alentejo não se veria periodicamente a braços com as consequências da seca ou, no mínimo, elas seriam bastante atenuadas

Aliás, a propósito desta questão, tem-se falado — já ouvimos, aliás, falar — sobre o Convénio Luso-Español para a gestão dos recursos hidricos e das bacias hidrográficas. Importa dizer que, sem prejuízo de críticas a alguns aspectos do Convénio e ao facto da respectiva comissão de acompanhamento ainda não estar a funcionar, a principal crítica, em nossa opinião, reside no facto de Portugal e os governos portugueses se terem atrasado na construção das suas albufeiras, as quais nos iriam permitir armazenar os caudais que estão garantidos no Convénio, ficando dependentes da libertação por Espanha de caudais mínimos, em determinados

periódos do ano, que são, exactamente, os mesmos períódos de seca que também afectam o país vizinho. Esta é a questão central do Convénio ou do que rodeia o Convénio

Porque, Srs. Deputados, convenhamos, quando se está a reclamar caudais mínimos é necessário .. Para isto os espanhóis têm uma resposta fácil: «construam vocês as albufeiras de armazenagem que nós entregamo-vos, se tecnicamente for possível, todos os caudais num momento só, e, depois, vocês gerem os caudais de acordo com os vossos interesses» Ora, se não temos redes de armazenagem de água, estando nós a jusante e os espanhóis a montante, é evidente que estamos dependentes deste processo. Se se tivesse construído Alqueva, por exemplo, há 20 ou 15 anos, não teríamos, seguramente, hoje este problema.. .

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Há 40 anos!

O Orador — .. no Alentejo, como noutras pontos do País

O Sr. António Martinho (PS) — Foi preciso um governo do PS!

O Orador — O Governo do PS, Sr Deputado, foi o primeiro que suspendeu Alqueva, em 1977!

Vozes do PCP. — Exacto!

O Orador — Foi o primeiro a suspender a construção da barragem, quando, nessa altura, estava decidido fazê-la.

Portanto, o Governo do PS fez agora, mas fez com um atraso de mais de 20 anos, que se deve a si próprio, na altura em que era Primeiro-Ministro o Dr Mário Soares Não nos esquecemos da História! Vale a pena ter em conta a História!

Protestos do PS

As medidas que propomos atrás são, Sr. Presidente, medidas de fundo Em vez delas, o que temos, sempre que enfrentamos um problema de seca ou de excesso de chuva, são medidas avulso, pontuais, anunciadas pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Agricultura e que mais parecem, muitas vezes, ter como intenção esvaziar qualquer movimento reivindicativo dos agricultores do que dar respostas de fundo aos problemas existentes

Não negamos a necessidade, para atenuar os problemas de imediato, de algumas medidas que o Ministro já anunciou ir propor à Comissão Europeia, como as do alargamento do *set aside*, da possibilidade de pastoreio nas áreas de cereais perdidas, sem prejuízo do pagamento dos respectivos apoios comunitários, da substituição das áreas de cereais por áreas de girassol, de apoio para o abeberamento dos gados, às quais propomos que se juntam medidas de apoio ao relançamento da actividade agrícola nas explorações e zonas afectadas, designadamente com o estabelecimento de moratórias sobre as dívidas contraídas para a exploração, perante o sistema bancário, como, aliás, propusemos aquando da seca de 1995 e que o Governo de então assumiu

Medidas que, contudo, não podem, como foram as anteriores, Sr Ministro, ou várias das anteriores, ser absorvidas na sua quase totalidade pelas grandes empresas

do sector agro-pecuário e agro-industrial. Nós exigimos do Governo que a regulamentação das medidas já anunciadas crie os mecanismos para que os mais afectados — as pequenas explorações familiares — não sejam, como é usual, discriminados no acesso a esses apoios e que essas medidas também sejam alargadas aos pequenos produtores de hortícolas e de vinha afectados pela inesperada queda de granizo que ocorreu, agora, em algumas zonas do Alentejo

Dito isto, volto ao início são precisas medidas de fundo, como as que propusemos Neste plano, como todos sabemos, o actual Ministério da Agricultura tem-se caracterizado por uma inaceitável ausência de perspectivas O que o preocupa parece ser mais a gestão dos conflitos, a gestão dos interesses, nada que aponte para as medidas de fundo que a agricultura portuguesa necessita, e nada nos diz que não continue a ser assim.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Miguel Ginestal

O Sr Miguel Ginestal (PS). — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados A agricultura portuguesa vive um momento difícil, não o escondemos, grave, mas ainda não dramático, em virtude dos baixos valores de precipitação registados na presente campanha agrícola

De acordo com os dados disponíveis, poderemos ter, caso não venha a chover em quantidades significativas nas próximas seis semanas, perdas significativas nos cereais e no arroz, vinha e frutos, hortícolas, prados, olival, florestas e pecuária Este é, evidentemente, um quadro de preocupação, ainda que a previsível queda de chuvas, iniciada esta semana, possa atenuar os efeitos da seca verificada desde Janeiro.

Trata-se de uma constatação que não pode ser suspeitável de demagogia fácil e barata,

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS). — Muito bem!

O Orador — .. antes, de uma consciência realista do que está a ser feito e das medidas que o Governo adoptou para garantir as compensações necessárias pela prevável perda de produtividade e consequente quebra do rendimento agrícola na campanha 1999/2000

O Sr. António Martinho (PS). — Muito bem!

O Orador — A nossa agricultura, sendo de cariz mediterrânico, está sujeita a acentuadas variações de precipitação no tempo, ano a ano, e, mesmo dentro de cada ano, sendo habitual que 80% da precipitação registada ocorra no semestre de Outubro a Março. Ora, neste semestre, habitualmente o mais chuvoso, os níveis pluviométricos estiveram muito abaixo do normal

O Governo — este e qualquer outro — sabe que não pode controlar as condições climatéricas

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador. — Pode, no entanto, e deve prevenir a montante, criando condições estruturais para a garantia dos rendimentos agrícolas e do abastecimento de água

das explorações, independentemente das aleatoriedades climáticas

A Sr^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador — Essa é a estratégia, a única estratégia correcta deste Governo desde que tomou posse, em 1995, a qual assenta em dois pilares essenciais o primeiro diz respeito à criação do SIPAC, o seguro de colheitas, que, em 1995, tinha apenas 3000 agricultores envolvidos e que, hoje, tem 120 000 agricultores

O Sr José Barros Moura (PS) — Muito bem!

O Orador — O Governo está, neste momento, a estudar o alargamento dos riscos e a criação de um seguro pecuário, há muito reivindicado no sector

O seguro de colheitas em vigor em Portugal, criado pelo Governo do PS, é, porventura, o mais favorável de todo o mundo. É bom que os portugueses saibam que, nas regiões de maior risco, por cada 100 contos de prémio de seguro, o agricultor só paga 25 contos, o Governo assegura os outros 75 contos. Para suportar estes custos, Sr^m e Srs Deputados, o Governo inscreveu no Orçamento do Estado, este ano, uma verba superior a 10 milhões de contos.

O segundo pilar diz respeito à prioridade à água. Nos últimos 10 anos, vivemos seis anos de escassez de água, o que nos leva a considerar que o aumento da capacidade de armazenagem de água, em Portugal, é o único caminho para garantir, estruturalmente, que os nossos agricultores, independentemente dos níveis pluviométricos registados em cada campanha, tenham assegurada a água necessária para as suas explorações

Aplausos do PS

Ora, neste quadro, queremos reafirmar o acerto da prioridade atribuída pelo Governo ao objectivo «racionalizar o aproveitamento e a gestão dos recursos hídricos», tendo por primeira medida a elaboração de um programa de investimentos públicos e de incentivos ao investimento privado que aumente a capacidade de armazenagem de água, desenvolva novos regadios e recupere os regadios já existentes

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — É para nós evidente, que o Governo encara o regadio como uma prioridade nacional e é por isso que se propõe seleccionar, no III QCA, 48 aproveitamentos que envolvem a construção de 46 300 ha de novo regadio, a concretizar nos próximos sete anos, a uma média de 6600 ha/ano

Se a estes valores acrescentarmos os novos perímetros do Alqueva, num total de 26 200 ha, atingiremos uma área total de 72 500 ha de novos regadios a construir entre 2000 e 2006, o que traduzirá um ritmo de execução de cerca de 10 350 ha/ano

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Se recordarmos que o último governo do PSD executou, entre 1991 e 1995, regadios abrangendo apenas 4000 ha, o que dá, apenas, 1000 ha/ano, chegaremos, facilmente, à conclusão que este Governo fez, na úl-

tima Legislatura, mais do triplo e propõe-se executar, até 2006, por ano, 10 vezes mais, do que no tempo do último Governo do PSD

Protestos do PSD.

Sr Presidente, Sr Ministro, Sr^m e Srs. Deputados. Do nosso ponto de vista, não há volta a dar. É imperioso garantir, em permanência, a água necessária para as nossas explorações agrícolas!

Tal só é possível armazenando, quando ela existe em excesso, combatendo o desperdício para a distribuir em anos, como o presente, de escassez

O País, neste domínio, perdeu muitos anos e foi muito lento nos dois primeiros quadros comunitários. Foi este Governo, e não outro, que fez do regadio uma prioridade nacional, retirando da gaveta projectos tão importantes como, por exemplo, a barragem do Sabugal, inaugurada este mês, ou a do Alqueva, projectos adiados durante mais de 40 anos

O Sr António Martinho (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Entendemos que só assim é possível garantir o desenvolvimento do mundo rural, reduzindo as assimetrias regionais, melhorando o nível de vida e do bem-estar dos agricultores, contribuindo para o desenvolvimento nacional, combatendo a desertificação e o abandono da terra, promovendo assim a defesa do ambiente e um correcto ordenamento do território

Sr. Presidente, Sr Ministro, Srs Deputados É assim que se defende a especificidade da pequena agricultura portuguesa, garantindo, em simultâneo, a criação das condições que favoreçam a competitividade dos nossos empresários agrícolas

Mas esta medida, por erro dos governos do PSD, levará a concretizar algum tempo superior às reais necessidades do País

Protestos do PSD

Sr Presidente, Sr Ministro, Sr^m e Srs Deputados Escusam, pois, de vir dizer que o Governo não fez o que estava ao seu alcance para prevenir os efeitos da seca

Ouvindo alguns, quase chega a parecer que querem responsabilizar o Governo por não chover. A demagogia fácil não resolve qualquer dos problemas dos agricultores portugueses

Protestos do PSD

Não é uma situação fácil, é, previsivelmente, uma situação difícil. Mas, ao contrário de outros, nós não escondemos as dificuldades. Assim, enfrentando essas dificuldades, o Governo criou, no passado dia 8 do corrente mês de Março, um grupo de acompanhamento da campanha agrícola de 1999/2000, presidido pelo próprio Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que deu a cara e assumiu, uma vez mais, a primeira responsabilidade. Os que pensavam que este grupo tinha sido criado para nada fazer, enganaram-se redondamente

Pois bem, este grupo de acompanhamento fez o levantamento exaustivo da situação, região a região, detectou as produções e os sectores afectados e, em menos de 15 dias, mais concretamente em 14 dias, propôs medidas a

tomar, quer as que são da competência nacional, quer as que requerem autorização prévia da Comissão Europeia

Ontem mesmo, o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas assinou dois despachos que resultam desse trabalho

O que há a fazer, Sr Presidente, Sr Ministro e Srs Deputados, é, por um lado, no imediato, garantir a salvaguarda dos rendimentos dos agricultores na campanha deste ano e, por outro, reforçar o seguro de colheitas e, na medida do possível, acelerar a concretização do Plano Nacional de Regadio, quer dos grandes regadios, quer dos pequenos regadios tradicionais, sem o qual, o País estará sempre à mercê dos imponderáveis climatéricos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — No que ao PS diz respeito, a situação está diagnosticada, as medidas de curto e médio prazo estão definidas, não se excluindo a possibilidade de accionar o Fundo de Calamidades, caso as condições se agravem. O diagnóstico da situação e as medidas merecem, de resto, o consenso das associações representativas dos agricultores

Sem demagogia, esta Assembleia deve apoiar o Governo nas medidas que adoptou no quadro das suas competências nacionais

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente

Dizia eu, que, sem demagogia, esta Assembleia deve apoiar o Governo nas medidas que adoptou no quadro das suas competências nacionais e nas que propôs às autoridades comunitárias para salvaguardar o interesse da agricultura portuguesa

O grupo de acompanhamento manter-se-á em funções, seguindo o evoluir da situação, nós. Grupo Parlamentar do PS, faremos o mesmo, com todo o sentido da responsabilidade

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados A água é um bem natural renovável essencial a todo o suporte vital do planeta. E não serão as chuvas dos últimos dias que nos impedirão de falar na situação de seca que atravessamos.

De facto, vivemos um período de seca prolongada e este debate de urgência encontra-se, a nosso ver, plenamente justificado

Os Verdes esperam que este debate produza efeitos positivos e não se restrinja, uma vez mais, a «chover no molhado», que é o que tem acontecido a muitas críticas e alertas lançados por Os Verdes nesta Câmara a propósito desta problemática

Em estreita associação com a seca está o problema das alterações climáticas. Hoje em dia está cientificamente comprovado que não só estamos a assistir ao aumento da temperatura média global do planeta como a mesma média tem sofrido forte aceleração nas últimas décadas, e não se vislumbram medidas ou acções que a façam retroceder

Provado cientificamente está hoje também o facto de que a emissão de partículas poluentes para a atmosfera tem consequências desastrosas nas quantidades de precipitação atmosférica. Isto é, quanto mais poluição emitimos para a atmosfera, menos chove

Por isso, Sr Presidente, Srs Membros do Governo e Sr " e Srs Deputados, lamentamos a ausência do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território neste debate

A preocupação fundamental de Os Verdes é a de que em Portugal não existe uma verdadeira política para os recursos hídricos que antecipe, no tempo e no espaço, os cenários de crise

Previstos desde 1994, continuam sem existir os planos de bacia e, consequentemente, não existe um plano nacional — a nossa lei da água remonta aos idos de 1919!, não existe uma verdadeira rede de monitorização da qualidade da água, não existe fiscalização eficiente, não há medidas de racionalização dos consumos capazes de contribuir para eliminar o desperdício, não há medidas para recuperar e regenerar as águas usadas. Os nossos rios têm a qualidade deficiente que todos nós reconhecemos a olho nu

Por falar em rios, outro ponto fundamental é o do Convénio Luso-Españhol sobre os rios internacionais. Os factos mais recentes comprovam as críticas que, tanto nós, Os Verdes, como muitos outros ambientalistas, apontámos em devido tempo. Os espanhóis, de facto, «fecharam a torneira» e o Ministro José Sócrates teve de almoçar com a sua homóloga espanhola porque não está em funcionamento uma comissão de acompanhamento. Por quê? Porque ainda ninguém nomeou os seus representantes, o que é lamentável, Sr Presidente e Srs Deputados!

É contra esta atitude displicente, do «deixar andar», que nos insurgimos, porque, apesar deste cenário de seca, tardam as medidas, sejam as paliativas, sejam as de fundo, que há muito reclamamos

O que pensa o Governo fazer para além de tomar medidas de apoio ou de compensação à produção agrícola? O que poderá acontecer ao abastecimento público, à produção energética? Quais são as perspectivas de futuro? Para quando os planos de bacia, as medidas de racionalização do consumo da água e as medidas de adaptação tecnológica nos sectores agrícola, industrial e doméstico, que tanto tardam?

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

O Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Capoulas Santos) — Sr Presidente e Srs. Deputados, começo por um duplo agradecimento. Primeiro, pelo apoio implícito que acabam de dar às medidas que o Governo anunciou irem ser imediatamente adoptadas, apoio esse que vem, aliás, na sequência do mesmo que, ontem, me foi comunicado por todas as confederações de agricultores, e, segundo, pela oportunidade que me dão em poder demonstrar que não têm qualquer fundamento as duas críticas que fazem, que são as de que o Governo não tem em curso medidas de fundo para combater este problema, que, como o Sr. Deputado Rosado Fernandes muito bem

referiu, é cíclico em Portugal, e de que o Governo demorou tempo a reagir

Quando digo que agradeço o apoio implícito que deram às medidas que o Governo anunciou, baseio-me na constatação de nenhum dos grupos parlamentares ter apresentado qualquer proposta nova, à excepção do Sr Deputado Lino de Carvalho que falou numa hipotética moratória, que é uma medida passível de ser adoptada mas noutro momento, e no apelo que fez à concessão de apoios na sequência da queda de granizo que ontem se verificou, esquecendo-se, certamente, que essa aleatoriedade está contemplada no seguro de colheitas, pelo que os respectivos produtores estão, quanto a isso, protegidos

Quando agradeço a oportunidade para demonstrar que o Governo está, de facto, a tomar — e não é de agora — medidas de fundo é porque a seca e as aleatoriedades climáticas combatem-se em duas frentes. A primeira é preventiva e criando mecanismos de suporte para quando elas acontecem, e foi por isto que o Governo, em 1996, como muito bem disse o Sr Deputado Miguel Ginestal, instituiu um sistema com três componentes um seguro, um fundo de compensação de sinistralidade, para que as seguradoras sejam compensadas quando os riscos ocorrem acima de determinada dimensão, e ainda um fundo de calamidades, que cobre os acidentes que as apólices de seguros não contemplam, que pode ser acionado quando ocorre qualquer acidente anormal e fortuito, não previsto no sistema de seguros

Este sistema de seguros, que é hoje considerado um êxito, tem hoje cerca de 120 000 aderentes, contra os menos de 3000 que tinha em 1995, e é, como já aqui foi dito, comparticipado pelo Estado em montantes que podem ir até aos 75%, o que faz do seguro português o mais generoso da União Europeia e muitíssimo superior ao espanhol E, já agora, convidou o Sr Deputado Rosado Fernandes, que fez referência ao seguro espanhol, a confrontar as comparticipações e os benefícios que o Governo espanhol dá aos seus agricultores com os que são dados pelo Governo português e, depois, a perguntar aos agricultores por qual deles optariam Aliás, este ano inscrevemos cerca de 10 milhões de contos no sistema de seguros em Portugal e os espanhóis, para um país com aquela dimensão, gastaram, salvo erro, o ano passado, cerca de 17 ou de 18 milhões, o que, em termos proporcionais, significa bastante menos do que aquilo que, nesta matéria, o Estado português investe

E a crítica não tem qualquer fundamento quando se diz que Portugal não tem uma política para os recursos hídricos Já agora, peço ao Sr. Presidente que autorize a distribuição por todos os grupos parlamentares, visto tê-los comigo, alguns exemplares do programa de novos regadios, que tive a oportunidade de apresentar com o Sr Primeiro-Ministro em Setembro de 1999, que, como já aqui foi dito, prevê, até 2006, 72 000 ha de regadios, criados exclusivamente com investimento público, o que significa, como também já aqui foi dito, mais 10 000 ha/ano, o que é comparável com a média de 1000 ha/ano criada pelo último governo do PSD, entre 1991 e 1995

Vozes do PS — Bem lembrado!

O Orador — Todos os grandes regadios de todas as regiões estão neste plano — o do Vale da Vilarica, em Trás-os-Montes, a conclusão do regadio do Mondego, a con-

clusão do da Cova da Beira; os 26 200 ha no Alqueva, mais 4000 no Alentejo É de facto um grande plano, que levou mais de dois anos a preparar e que tem merecido uma total adesão das organizações de agricultores aquando da sua apresentação pelo País

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Quanto às medidas concretas, o Governo fez aquilo que tinha de fazer O Sr Deputado do PSD disse que o seu partido se tinha lembrado disto no dia 15 de Março, ao pedir uma interpelação no Parlamento Eu próprio, depois de ouvir algumas confederações de agricultores, constitui um grupo de acompanhamento em 8 de Março e determinei a criação de três grupos regionais, que, a pedido das próprias organizações de agricultores, solicitaram alguns dias para reunir, a fim de se prepararem e recolherem elementos. Estes grupos reuniram a semana passada e apresentaram um diagnóstico com o qual o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas comunga perfeitamente, e isto permitiu-nos reunir o grupo nacional, tendo sempre em conta a necessidade de ouvir as pessoas que estão mais próximas dos problemas. E foi por esta razão que primeiro ouvimos, regionalmente, os agricultores e só depois ouvimos as suas confederações, que, aliás, confirmaram o diagnóstico e as medidas que o Governo preconizou

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador — Ao mesmo tempo, estabeleci um contacto com o Comissário em Bruxelas, sensibilizando-o para a necessidade de algumas normas de exceção terem de ser adoptadas para Portugal e fui contactado pelo meu colega espanhol a pedir que nos reuníssemos, por forma a, juntos, apresentarmos um conjunto de medidas à Comissão, o que prontamente aceitei Assim, as delegações portuguesa e espanhola estarão reunidas na próxima semana, com a finalidade de apresentar à Comissão um conjunto de medidas que adicionalmente venhamos a considerar necessárias para responder à situação

Independentemente disso, o Governo, apesar de ter chovido nos últimos dias e de uma parte muito importante do problema ter sido minimizado, preocupava-se não apenas com os cereais e as pastagens mas também, por exemplo, com o facto de a fruta poder não ter calibre, pelo que, em vez de ir para o mercado, teria de ir para a intervenção, e de a vinha poder vir a ter falta de água

Portanto, há um conjunto de problemas a enfrentar, mas estas chuvas — e, felizmente, as previsões para Abril apontam para a possibilidade de elas continuarem a ocorrer — irão limitá-los muito Porque neste momento os problemas se concentram nos cereais e nas pastagens, adoptámos, para estas actividades, um conjunto de medidas de exceção que, de qualquer modo, eu gostaria de assinalar, uma vez que não tive a oportunidade de apresentá-las no Parlamento, e distinguirei as medidas que são da competência exclusiva do Governo daquelas que foram já solicitadas a Bruxelas

Das que são da competência do Governo, as que se destinam às arvenses, aos cereais, às oleaginosas, determinei já, por despacho que assinei ontem, o aumento da taxa máxima de retirada de terras para o *set aside* de 35% para 50%, que, contrariamente ao que o Sr Deputado Lino de Carvalho pensa, é uma decisão que pode ser

nacionalmente assumida, sem precisar de qualquer autorização comunitária, a retirada de terras que já foram objecto de trabalho de mobilização este ano e que não vão, portanto, ter hipótese de virem a ser plantadas, para que os agricultores recebam as respectivas ajudas, a flexibilização das restrições às culturas oleaginosas, permitindo-as em regadio até ao limite de 50% da área total declarada, na campanha anterior, para culturas arvenses de regadio, que a cultura do arroz, que este ano não terá água suficiente, possa ser substituída, até 50% da área declarada no ano anterior, igualmente por oleaginosas, que a flexibilização das condições de elegibilidade, no que se refere às culturas de regadio, fosse diminuída em 10%, designadamente quanto às quantidades de água, em relação ao que estava regulamentarmente determinado, e ainda autorizei a dilatação do prazo de candidatura aos apoios no domínio das arvenses até ao dia 28 de Abril, uma vez que as candidaturas terminavam no dia 7.

No que diz respeito à pecuária, determinei a abertura de uma ajuda até 0,5 milhão de contos, no INGA, para apoio ao abeberamento dos animais, traduzida por cada cabeça normal, isto é, por cada bovino, equivalente a um consumo diário de 40 litros de água a 1\$, para transporte e aquisição.

No domínio das florestas, foi autorizada a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos de plantação de novas florestas – e isto tem, sobretudo, a ver com as plantações ocorridas no ano passado e que, consequentemente, morrerão por falta de água – e que a densidade regulamentarmente exigida possa ser bastante inferior, desde que o agricultor se comprometa a repô-la no ano seguinte, para o que terá apoios financeiros excepcionais.

No que diz respeito à União Europeia, solicitámos que fossem derrogadas as exigências de verificação de determinadas condições fenológicas, isto é, que os cereais possam ser utilizados antes de atingirem a floração ou, no caso do trigo duro, antes de 30 de Junho, por forma a que as unidades forrageiras aproveitáveis, em searas que não terão qualquer aproveitamento, possam servir para a alimentação do gado. Isto implica a alteração do regulamento comunitário.

Decidimos, ainda, disponibilizar, desde já, os 35% da ajuda nacional aos cereais, co-financiada pela União Europeia, solicitando a esta que disponibilize igualmente os 65% que lhe dizem respeito, o que significa uma ajuda superior a 4 milhões de contos, independentemente de haver ou não cultura de cereais.

Estas são as medidas já execução, o Governo continuará .

O Sr Presidente — Agradeço que abrevie, Sr Ministro

O Orador — Peço imensa desculpa. Sr Presidente, terminarei em 30 segundos, pois quero apenas dizer que, independentemente destas medidas, o Governo não exclui a possibilidade de accionar o Fundo de Calamidades, se tal se justificar, mas só será possível accioná-lo depois de saber se a produtividade corresponde àquilo que configura calamidade, isto é, uma produtividade média inferior a 50% aos últimos seis anos, excluindo desses seis o pior ano.

Portanto, neste momento, não é possível declarar a calamidade, porque não há elementos que permitem fazer

esta aferição. No entanto, se a situação o justificar, o Governo accionará e adoptará essa panóplia de medidas excepcionais.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs. Deputados, apesar de já termos ultrapassado em muito o prazo limite do período de antes da ordem do dia e de o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas não dispor de tempo para responder, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rosado Fernandes, para pedir esclarecimentos, a quem peço desde já para não ultrapassar o tempo de que dispõe, já que, como eu disse, estamos muito atrasados em relação ao período da ordem do dia.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, estou habituado a manter-me dentro dos limites, desde que não me provoquem!

O Sr Presidente — Sr. Deputado, isto não é uma provocação mas, sim, um pedido!

O Orador — Bem sei, Sr Presidente! Falava em termos genéricos!

Sr. Ministro, há pouco, quando falei do seguro, referia-me ao seguro que os espanhóis têm e que, certamente, têm ajudas autonómicas – e, se calhar, o Sr. Ministro não sabe –, porque há muitas ajudas autonómicas indirectas, que, infelizmente, os ministros não conhecem por não terem um serviço de espionagem suficientemente bem montado. A verdade é que, como o amigo sabe, há uma produção mínima garantida, sobretudo para o sequeiro. É evidente que, no resto, o nosso seguro poderá vir a satisfazer. Mas, Sr. Ministro, também escusava de esconder que, para estender um bocadinho a manta, vai deixar os pés a descoberto e vai cortar em algumas ajudas que dava!

O Sr. Ministro sabe perfeitamente que não colabora aqui neste Sporting/Benfica ou Porto, estou-me nas tintas para isso, o que me interessa é aquilo que de facto se passa. Assim, eu gostaria que se começasse a pensar, de facto – e sei que o Sr. Ministro é capaz de o fazer –, num seguro que dê segurança e que obrigue o agricultor a participar. Estou farto de ouvir dizer que somos subsídio-dependentes, estou farto de ouvir uma série de insultos que certas sociedades parasitárias para aí fazem e que, naturalmente, nos indignam e vexam. Como tal, peço-lhe que pense e que estude o assunto, visto que o IFADAP já fez um seminário sobre a matéria, o que significa que há elementos.

Só pretendo, portanto, ser sério, não venho aqui, com atoardas, dizer que o senhor é o culpado da seca!

O Sr Presidente — Sr. Deputado, agradeço a sua contenção!

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, dispondo para o efeito de 1 minuto cedido pela Mesa.

O Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rosado Fernandes, agradeço a elegância com que, habitualmente, se me dirige e que gostaria de retribuir.

O assunto está, de facto, a ser estudado pelo Ministério, mas, até ao momento, decidimos não o equacionar.

por os custos que as companhias seguradoras nos apresentam tornarem-no praticamente incomportável para os agricultores e para o Estado, dado o elevadíssimo risco da ocorrência de seca em Portugal. Por esta razão, parece-nos mais adequado manter o sistema do Fundo de Calamidades do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Clímáticas, aplicando-o fora do sistema de seguro, nas situações em que o seguro não cobre, porque creio que, quer para o Estado, quer para os agricultores, os recursos a disponibilizar por esta via podem ser muito mais úteis. De contrário, o grande reforço de fundos irá parar integralmente aos cofres das companhias seguradoras.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, como provavelmente já saberão, lembro que às 18 horas haverá votações regimentais, pelo que peço-vos que estejam atentos a este facto

Srs Deputados, terminamos o período de antes da ordem do dia com algum atraso, o que temos de passar a corrigir, tanto quanto possível

Eram 17 horas e 50 minutos

ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos dar inicio à discussão da proposta de lei n.º 18/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasses

Para introduzir o debate, em representação do Governo, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça (António Costa) — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados, o diploma que hoje aqui apresentamos é muito simples, já que visa simplesmente autorizar o Governo a poder dispensar da realização de escritura pública os contratos de arrendamento comercial, industrial e para o exercício de profissão liberal, a exemplo do que já acontece com o arrendamento para habitação, e também os contratos de trespasses

Esta proposta de lei vem à Assembleia, porque, sendo competência exclusiva da Assembleia da República legislar sobre o regime geral do arrendamento, é entendimento da jurisprudência do Tribunal Constitucional que a forma é elemento essencial do regime geral e, portanto, é da competência exclusiva da Assembleia autorizar esta mera desformalização dos actos

Este diploma e o decreto-lei que, se esta Assembleia autorizar, será aprovado pelo Governo, completam o primeiro pacote da reforma do notariado, juntando-se aos diplomas que já foram publicados na semana passada em *Diário da República*, nos termos dos quais foram introduzidas três alterações fundamentais na nossa ordem jurídica. A primeira, porventura a de maiores consequências práticas no dia-a-dia dos cidadãos, é aquela que obriga a Administração Pública a deixar de exigir a apresentação de fotocópias autenticadas, bastando-se, para a instrução dos processos, a apresentação de fotocópias simples, só em caso de dúvida fundada poderá exigir a apresentação do original ou de cópia autenticada

Não obstante dispensar-se o cidadão de apresentar fotocópia autenticada aos serviços da Administração Pú-

blica, intervém-se simultaneamente no alargamento da oferta do serviço de certificação. Ou seja, quem entender, não obstante não lhe ser exigível, continuar a apresentar fotocópias autenticadas, pode fazê-lo, para isso poderá recorrer não só aos 385 cartórios existentes no País como também às mais de 1000 estações dos CTT, às mais de 4000 juntas de freguesia existentes no País, às câmaras de comércio e indústria, ao advogado ou ao solicitador

A segunda alteração fundamental foi a desformalização de um conjunto de actos em relação aos quais se entendeu não ser necessária a exigência de escritura pública. Em primeiro lugar, fez-se desaparecer essa obrigação relativamente a um conjunto de actos unilaterais — a constituição de sociedade unipessoal e a constituição de estabelecimento individual de responsabilidade limitada —, já que era obviamente absurda a exigência deste grau de formalização num negócio celebrado consigo próprio

Para além destes actos, também fizemos desaparecer a exigência de escritura pública para os actos entre empresas ou entre sócios, como, por exemplo, a constituição de agrupamentos complementares de empresa, assim como para dois actos típicos da vida das sociedades, bastando-se que a acta da respectiva assembleia geral seja lavrada por notário, como já é possível, e pelo secretário da sociedade. Refiro-me a todas as alterações ao contrato de sociedade, à excepção das que implicam alteração do objectivo ou do capital social, e à deliberação de dissolução da sociedade, que também deixa de necessitar de escritura pública

A terceira alteração fundamental foi a criação da figura dos cartórios de competência especializada, cartórios que se possam dedicar exclusivamente a um certo tipo de actos, de forma a melhor servir o cidadão. O primeiro cartório de competência especializada será assumido directamente pelo Estado e destinar-se à realização de um conjunto de actos pouco lucrativos, em relação aos quais haverá pouco interesse no estabelecimento de parcerias, se bem que sejam fundamentais para a vida do cidadão. Refiro-me a todos os actos relativos a matéria sucessória ou a matéria familiar. No entanto, também haverá cartórios de competência especializada a estabelecer em parceria com instituições públicas ou privadas, designadamente em matéria comercial ou em matéria predial

Este primeiro pacote insere-se num objectivo claro assumido no Programa do Governo, o de simplificar a vida dos cidadãos e melhorar as condições institucionais de competitividade das empresas, actuando no duplo objectivo de libertar o cidadão e a empresa da burocracia e, simultaneamente, de libertar a intervenção dos cartórios notariais da prática de actos inúteis, para que se possam concentrar naqueles domínios onde, efectivamente, têm serviços a prestar, podendo fazê-lo com melhor qualidade. Estabelecemos um protocolo com a Associação Empresarial de Portugal, a Associação Industrial Portuguesa, a CIP, a CCP, a Deco, a Ordem dos Advogados e a Câmara dos Solicitadores para a execução deste programa de reforma do notariado. Este primeiro pacote foi já uma primeira tradução desta parceria para a modernidade, estabelecida entre o Governo e as instituições representativas dos utentes dos serviços de registo e notariado

Este é um processo gradual, porque importa simplificar e desburocratizar mas salvaguardando aquilo que é essencial, que é a segurança e a certeza do trânsito jurídico

Adoptámos, por isso, uma estratégia gradual que, em primeiro lugar, se dirige aos agentes económicos, porque são, na sociedade portuguesa, aqueles que têm o maior grau de informação jurídica, em segundo lugar, aos negócios unilaterais, em terceiro lugar, aos negócios entre sócios, sempre com a preocupação de não envolver, desde já, qualquer negócio que possa afectar interesses de terceiros. É por isso que, deixando de exigir escritura pública para a realização de alterações aos contratos de sociedade, mantivemos a necessidade de realização de escritura pública para aquelas duas alterações ao contrato de sociedade que podem afectar interesses de terceiros, ou seja, aquelas alterações que implicam alterações do objecto ou do capital social.

Nos termos do protocolo associado com a parceria da modernidade, o calendário de trabalho estender-se-á até Outubro. Até Outubro, teremos integralmente definido o universo de actos que serão desformalizados, o universo de actos cuja formalização pode ser conferida por outra entidade que não exclusivamente os notários e, finalmente, o universo de actos que continuará a ter de ser praticado exclusivamente por notários. É evidente que este processo, na lógica gradual, não nos devia parados até Outubro. Ainda antes do Verão, poderemos dar um segundo passo da maior importância para a libertação da carga burocrática que impende sobre os cidadãos, o que agilizará a nossa vida económica e, sobretudo, permitirá diminuir muito significativamente os custos administrativos para a aquisição de habitação própria. Está em vias de conclusão o acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, tendo em vista a dispensa de intervenção notarial nos contratos de compra e venda, entre outros, para a aquisição de casa própria, desde que esteja associado a um contrato de mútuo e de constituição de hipoteca, porque, nestas situações, a trilateralidade existente no negócio assegura a mútua fiscalização de todos, já que da perfeição de cada um destes contratos depende, necessariamente, a validade e a segurança da posição de cada um dos intervenientes.

Queremos simplificar a vida dos cidadãos e melhorar as condições de competitividade das empresas, mas isto não significa, obviamente, diminuir a necessidade e importância estratégica da valorização da actividade notarial, da simplificação da actividade notarial e da melhoria da qualidade de prestação de serviço por parte dos cartórios notariais. É por isso que é nosso objectivo alargar também a oferta pública de cartórios notariais e, nesta Legislatura, criar e instalar 50 novos cartórios notariais. Posso mesmo informar a Assembleia que, no próximo dia 2 de Maio, serão já instalados dois novos cartórios notariais.

Há, contudo, um esforço fundamental a fazer na melhoria da qualidade do serviço, designadamente pela melhoria da qualidade das instalações e da informatização do sistema de registo e notariados, sem o que a qualidade do serviço ao cidadão não poderá ser competitiva com a abertura que aqui se faz à iniciativa privada para o desempenho de um conjunto de funções actualmente atribuídas em exclusivo ao notariado.

Sr Presidente, Sr. e Srs. Deputados. A simplificação da vida dos cidadãos e a melhoria das condições de competitividade das empresas implicam que se assegure uma maior oferta dos serviços notariais, mas implicam também que o Estado não continue a impor, por força da lei, ao cidadão e às empresas o aumento da procura dos serviços do notariado. Por isso, queremos simplificação,

desburocratização e melhoria da qualidade do serviço notarial, com salvaguarda da segurança e da certeza jurídicas.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Odete Santos

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, Sr. Ministro da Justiça, V Ex^a introduziu na sua intervenção — a meu ver, bem — outras matérias que não se podem desligar do que estamos hoje a discutir.

Deste modo, o debate não é tão simples assim, porque me parece que se entronca com outras questões relativas ao notariado e a algumas medidas já aprovadas.

Neste meu pedido de esclarecimentos, gostaria de lhe fazer duas perguntas.

Na parte final da sua intervenção, V Ex^a referiu-se à instalação de novos cartórios notariais. Gostaria de saber, em primeiro lugar, por que é que, antes de se tomarem outras medidas, como as relativas aos cartórios especiais e às fotocópias (e mais adiante referir-me-ei a esta questão da passagem de fotocópias), não se começa, primeiro, por modernizar os cartórios existentes, que bem precisam de modernização para poderem eficazmente cumprir as suas funções e, nessa medida, satisfazer melhor as necessidades dos cidadãos, e, em segundo lugar, por que é que não foi já tomada a medida, que, penso, tarda, de criar mais cartórios.

Acontece que Portugal tem uma *ratio* muito baixa de cartórios em relação ao número de habitantes. Se compararmos a nossa situação com a da Grécia, se a memória não me falha, embora as realidades possam não ser comparáveis, podemos concluir que, para uma população de 10 milhões de habitantes, a Grécia tem 3000 cartórios, enquanto que em Portugal há trezentos e tal. Daí que estas medidas devam ser prioritárias. Parece que uma delas vai ser concretizada, embora tardivamente.

Porque que razão se começou por outras medidas e não por estas que acabei de referir?

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr^a Deputada Odete Santos, começo por lhe agradecer as questões que colocou.

Sr^a Deputada, a questão não é a de saber por onde se começa mas, sim, a de que se tem de fazer ambas as coisas. Temos de aumentar a oferta, mas também temos que diminuir a procura, porque neste tipo de actividade, que é muito específica, a procura não resulta da necessidade espontânea do cidadão mas, sim, do facto de a lei impor ao cidadão a necessidade de recorrer a determinado serviço. E é nosso objectivo criar e instalar, ao longo desta Legislatura, 50 novos cartórios notariais.

Vou explicar-lhe por que é que, de entre esses novos cartórios, alguns serão de competência especializada. Porque o cidadão procura o cartório notarial por diversos motivos e as receitas geradas pelos diferentes tipos de actos são as mais diversificadas. Aliás, a Sr^a Deputada que, para além de Deputada, é uma activa praticante do foro.

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Já fui!

O Orador — .. sabe bem como alguns desses actos pouco rendosos são tradicionalmente desprezados na prática notarial

Ora, é por esta razão que o primeiro cartório de competência especializada que vai existir se destina precisamente àquele tipo de actos que dizem respeito ao cidadão comum e que menos dinheiro rendem, sendo essencial que o Estado esteja em condições para os prestar. Estou a referir-me aos actos de natureza sucessória e familiar, como as partilhas de divórcios, os testamentos, as partilhas resultantes de processos sucessórios, que são actos em relação aos quais, tradicionalmente, existe uma enorme dificuldade em encontrar onde os praticar, sobretudo nos grandes centros urbanos, porque os cartórios fora dos grandes centros urbanos praticam-nos com elevado sentido de serviço público.

Agora, o que não podemos aceitar é que, seja por financiamento do Estado, seja para engordar emolumentos pessoais, seja para justificar uma actividade, se imponha ao cidadão e às empresas a necessidade da prática de um conjunto de actos cuja formalização não é necessária

Por que razão é necessário impor uma escritura pública para negócios unilaterais, ou seja, negócios que o próprio realiza consigo mesmo? Por que razão é necessário escritura pública na generalidade dos actos praticados entre sócios? Por que razão é necessário uma escritura pública para o contrato de arrendamento comercial, quando para o contrato de arrendamento para habitação de natureza vinculística em que está em causa o direito constitucional à habitação não é assegurada esta necessidade de garantia de forma? Aliás, nunca ninguém suscitou problemas relativamente a isso

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Portanto, temos de retirar a formalidade, temos de simplificar, mas temos de aumentar a oferta dos serviços notariais, bem como a qualidade do serviço, o que implica um grande investimento na informatização e na modernização das instalações

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Montalvão Machado

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, ouvi-o com muita atenção e interesse e devo dizer-lhe que fiquei admirado, porque V Ex^a dividiu a sua intervenção em três partes na primeira parte, gastou sensivelmente dois terços do tempo a aludir ao que fez antes desta proposta de autorização legislativa que hoje apresenta, na segunda parte, um tanto ou quanto misteriosamente, aludi ao que irá fazer até ao final da Legislatura, na terceira parte — perdoe-me o à-vontade — referiu-se a uma parte imaginária. Digo isto, porque, sobre a questão que aqui trouxe hoje, não ouvimos uma única palavra. Ou seja, na sua intervenção, o Sr. Ministro falou sobre o passado e sobre o futuro, mas sobre a proposta de lei, objecto do presente debate, nem uma palavra

Em todo o caso, da importante intervenção de V. Ex.^a, resultam três dúvidas que gostava de ver esclarecidas

V Ex^a aludiu que até Outubro definirá o número de actos que serão desformalizados e que definirá também quais as outras entidades que poderão vir a conferir validade a actos hoje conferidos pelos notários. A primeira

questão que lhe coloco é esta: quais serão essas entidades e de que estilo serão?

Segunda, ao sabermos que V Ex^a deseja instalar 50 novos cartórios, mas que para já só vai instalar dois, parece-me ser importante, para esclarecimento da Câmara, tomar conhecimento do local onde serão instalados esses dois cartórios notariais.

A terceira questão, essa, creia, Sr Ministro, bem mais relevante do que as anteriores, é no sentido de saber se o Governo actual do Partido Socialista abandonou, ou não, de vez, o projecto de liberalização ou privatização do notariado

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr. Deputado Montalvão Machado, responderei às três questões por si colocadas

Em relação à segunda questão, devo dizer que serão, de facto, instalados, no dia 2 de Maio, dois novos cartórios, um, em Alverca, e outro, em Lisboa, que vai ser o 28º Cartório de Lisboa

Quanto à primeira questão, quero dizer-lhe que, como viu, no pacote que já está publicado e que entrará em vigor no dia 1 de Maio, já foram conferidos poderes de certificação aos serviços postais dos CTT, às câmaras de comércio e indústria, aos serviços das juntas de freguesia e, em algumas circunstâncias, aos advogados e solicitadores e secretários das sociedades. Quanto a outras entidades, dependerá muito dos actos que vão ser objecto desse tipo de tratamento, uma vez que é em razão da natureza do acto que temos de ver qual é a entidade adequada

Esse trabalho com a AEP, AIP, DECO, CCP, CIP, Ordem dos Advogados e Câmara dos Solicitadores está em curso, será desenvolvido até Outubro e, nessa altura, teremos as regras claras. Dou-lhe um exemplo no trabalho que estamos a fazer com a Associação Portuguesa de Bancos, no que diz respeito a mútuo, hipoteca e compra e venda, quando praticados no mesmo momento, ou no mesmo acto, será suficiente a intervenção de um funcionário qualificado do estabelecimento bancário

Quanto à terceira e última questão formulada, devo dizer-lhe que consta do Programa do Governo, consta do programa eleitoral do PS e consta em "intervenções" que fiz que não vamos proceder à privatização do notariado. E não o vamos fazer devido ao bom exemplo que constitui o projecto de lei que o grupo parlamentar de V Ex^a hoje apresentou na Assembleia da República, que demonstra por que é que não se deve fazer a privatização do notariado. Porque a privatização do notariado, como resulta do vosso projecto de lei, reduz-se à privatização em receita privada dos 35 milhões de contos das receitas dos serviços notariais, não significa maior oferta ao público, porque, tal como estabelece o diploma que VV Ex^{as} apresentaram, o acesso à actividade privada estaria sujeito a *numerus clausus*. Mais estaria sujeito a condicionamento territorial, como existe hoje para as farmácias. E o acesso à actividade era regido corporativamente por um conselho superior de notariado, que seria uma organização corporativa dos notários

Admito que o Sr Deputado tenha dificuldade em perceber como isto não significa liberalizar, não significa aumentar a oferta, não significa aumentar a qualidade do

serviço ao público. No entanto, tenho a certeza de que o Sr Deputado Marques Mendes — e o Sr Deputado tem o privilégio de partilhar a sua bancada com ele —, que achou que o que estávamos a fazer era a tornar-nos porta-vozes da Associação Portuguesa de Notários e acusou-nos de estarmos ao serviço das corporações notariais, quando agora constatar que o grupo parlamentar da Associação Portuguesa de Notários é o Grupo Parlamentar do PSD, o esclarecerá por que é que este projecto não liberaliza, não privatiza, não melhora a qualidade do serviço ao cidadão. A única coisa que faz é distribuir 35 milhões de contos de receitas públicas por 800 notários existentes no País.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos interromper a discussão desta proposta de lei para passarmos às votações regimentais.

Vamos proceder à votação do projecto de resolução n° 38/VIII — Promove medidas de combate à violência no meio escolar (CDS-PP)

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD e do CDS-PP

Vamos agora proceder à votação do projecto de deliberação n° 8/VIII — Composição da Comissão Eventual para a Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004 (Presidente da AR)

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE

Vamos, agora, proceder à votação, na generalidade, da proposta de lei n° 14/VIII — Transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Directiva 96/71/CF, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 1996, relativa ao Destacamento de Trabalhadores no Âmbito de uma Prestação de Serviços

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE

A proposta de lei baixa à 9ª Comissão

Vamos agora votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 111/VIII — Altera o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (Agravamento das penas por crimes praticados em ambiente escolar e estudantil ou nas imediações de estabelecimentos de ensino) (CDS-PP)

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação, também na generalidade, do projecto de lei n° 60/VIII — Melhoria do acesso dos cidadãos aos meios auxiliares de diagnóstico (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD e do CDS-PP

Finalmente, vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n° 63/VIII — Estabelece o processo de sujeição a confirmação de actos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos (PCP)

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial de Penafiel, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Agostinho Gonçalves (PS) a prestar depoimento, como testemunha, no processo n° 13/980 TBNF, em audiência marcada para o próximo de 2 de Junho de 2000, pelas 9 horas e 30 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE

Srs Deputados, vamos retomar a discussão, na generalidade, da proposta de lei n° 18/VIII, cuja discussão foi interrompida para procedermos às votações

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Ministro, Sr Secretário de Estado da Justiça, Sr. e Srs Deputados Esta proposta de lei visa basicamente terminar com a necessidade de os contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal, os contratos de trepasse e os contratos de cessão da posição do arrendatário serem celebrados por escritura pública. A partir de agora, e de acordo com esta proposta de lei, passará a ser bastante o mero documento escrito para o efeito

Esta proposta de lei vai merecer o voto favorável do Partido Popular, na medida em que nos parece claramente que se trata de uma proposta que vai incrementar e incentivar ainda mais o mercado do arrendamento urbano, que, como é sabido, só muito recentemente começou a sair da crise profunda em que entrou, por razões conjunturais, logo após a revolução de 1974. Esta será, certamente, mais uma medida no sentido de incrementar o mercado do arrendamento urbano e torná-lo mesmo no investimento preferencial para a população em geral.

Numa análise histórica dos arrendamentos vinculísticos, sabemos que o legislador teve sempre a preocupação de excluir das regras da liberdade de forma, consagradas no artigo 219º do Código Civil, estes contratos, todavia, parece-nos que a salvaguarda dos interesses dos senhorios e dos arrendatários ficará sobejamente defendida pela existência de um documento escrito.

Em todo o caso, Sr Ministro da Justiça e Sr. Secretário de Estado da Justiça, não gostaríamos de deixar passar a oportunidade sem fazer um comentário e chamar a atenção para dois aspectos, que nos parecem essenciais:

O primeiro aspecto tem a ver com a nova redacção proposta para o n° 4 do artigo 9º do novo Regime do Arrendamento Urbano (RAU), onde se diz que passa a ser obrigatória a menção nestes contratos de arrendamento da

existência da licença de utilização ou, não existindo licença de utilização, da apresentação do documento comprovativo de que essa licença foi requerida, obviamente junto da autarquia competente.

É sabido que tradicionalmente este controle, que era feito notarialmente, tinha uma razão de ser, que era a de evitar que as construções clandestinas entrassem no mercado do arrendamento urbano, e, dessa forma, quando não existisse esta licença de utilização, não seria permitida a celebração de contratos.

Todavia, hoje, nos termos da proposta de lei, estes contratos passam a ser feitos por mero documento escrito e se, nos casos em que é mencionada a licença, esta preocupação está sobejamente protegida, o mesmo não me parece que aconteça quando se apresente o documento comprovativo de que a licença foi requerida, pelo simples facto de que a lei não estabelece qualquer cominação para o facto de ela não vir a ser atribuída. Parece-me que é assim, pelo menos numa primeira análise.

Assim sendo, será fácil a qualquer senhorio que pretenda efectuar um arrendamento para comércio, indústria ou exercício de profissão liberal requerer a licença de utilização e juntar o documento comprovativo de que essa licença foi requerida, porque, depois, pelo indeferimento do requerido nenhuma cominação lhe vai ser aplicada. Desta forma, parece-me que a norma fica esvaziada de qualquer conteúdo.

O segundo aspecto tem a ver, Sr. Ministro, com o que me parece ser talvez — e perdoe-me que o diga — uma certa falta de sentido de oportunidade do Governo numa matéria específica, que tem a ver com a constitucionalidade, com força geral e obrigatória, que já foi declarada pelo Tribunal Constitucional, de algumas normas essenciais do novo Regime do Arrendamento Urbano. Refiro, por exemplo, o artigo 36º, n.º 1, e o artigo 89º, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 278/93, de 10 de Agosto, em que o Tribunal declarou a constitucionalidade com força geral e obrigatória, represtando, no caso do artigo 89º, a redacção do anterior n.º 3 deste artigo.

O RAU é um diploma sistematizado, com um espírito coordenado, que visa uma aplicação global e, principalmente, conferir segurança jurídica aos cidadãos. A partir do momento em que foi declarada esta constitucionalidade, certamente que o RAU está mutilado em aspectos essenciais e, mais do que isso, foi retirada segurança jurídica, na medida em que os próprios cidadãos, quer na qualidade de senhorios, quer na qualidade de arrendatários, estavam habituados a ver um diploma que lhes dava determinados direitos, que lhe foram retirados por força dos acórdãos do Tribunal Constitucional.

Uma vez que o Governo vem agora pedir, com carácter de urgência, a aprovação desta proposta de lei, não percebemos por que razão é que não pediu igual autorização no sentido de poder devolver a este diploma estas normas que foram declaradas constitucionais com base apenas numa constitucionalidade orgânica.

O comentário, Sr. Ministro e Srs. Deputados, tem a ver um registo que nos apraz. Verificamos — e o Sr. Ministro confirmou-o — que o Governo alterou todos os discursos que inicialmente vinha tendo no sentido da privatização do notariado, e, de facto, a sua actuação passa agora por um propósito, com o qual nós sinceramente também concordamos, que é o da privatização de alguns actos notariais, o que faz todo o sentido. Coisa diferente seria, obviamente, a questão da privatização do notariado.

Quero reafirmar que o Partido Popular vai votar favoravelmente esta proposta de lei pelas razões apontadas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Baltazar Mendes.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados. A simplificação da vida dos cidadãos e a melhoria das condições institucionais de competitividade das empresas e dos agentes económicos exigem hoje dos responsáveis políticos a adopção de medidas que assegurem a adequada capacidade de resposta às necessidades de uma economia dinâmica e, simultaneamente, consigam conjugar o rigor e a certeza dos actos praticados pelos cidadãos e pelas empresas com a necessidade de limitar também o grau de formalização dos actos e procedimentos administrativos.

O Governo assumiu como seu este objectivo para cuja prossecução é necessária a simplificação e a desburocratização da prática de actos notariais.

De resto, isto mesmo foi objecto do Protocolo de Ação, assinado pelo Governo, pela Ordem dos Advogados, pela Associação Empresarial de Portugal, pela Associação Industrial Portuguesa, pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), pela Câmara dos Solicitadores, pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e pela Confederação da Indústria Portuguesa.

O Grupo Parlamentar do PS quer manifestar, aqui e agora, o seu regozijo com o mencionado Protocolo, bem como com as medidas e as iniciativas que, na sequência do mesmo, o Governo fez aprovar e publicar recentemente.

A criação de cartórios notariais de competência especializada veio possibilitar a criação de serviços alternativos específicos, a serem prestados no âmbito de tais cartórios notariais, cuja competência, sendo definida em função dos intervenientes nos actos notariais ou da actividade exercida pelas entidades que os acolhem, permite, de facto, uma especialização das funções e, consequentemente, a prestação de um serviço mais célere e eficaz.

Por outro lado, a competência agora atribuída às juntas de freguesia, ao serviço público de correios, às câmaras de comércio e indústria e, em alguns casos, aos advogados e solicitadores para a prática da conferência de fotocópias garante claramente um acesso mais fácil e mais rápido a tal serviço, sem perdas de rigor nem de certeza na prática de tais actos, que antes estavam atribuídos exclusivamente aos notários.

Permitam-me ainda que, a propósito do processo de simplificação da actividade notarial, refira também os diplomas que prevêem a utilização de fotocópias simples de documento autêntico ou autenticado como elemento bastante para a instrução do processo administrativo gracioso, bem como aquele outro que passou a permitir que a instrução de actos e processos de registo do notariado possa ser efectuado com fotocópia de documento autêntico ou autenticado, desde que conferido com o original ou documento autenticado exibido perante o funcionário que o receba.

Estas medidas, para além do impacto prático das mesmas no que diz respeito sobretudo à simplificação que elas

representam para os cidadãos que delas vão beneficiar, são um indicador extremamente importante da vontade política do Governo em prosseguir com o processo que agora iniciou

A presente autorização legislativa que prevê a possibilidade de celebração de contratos de arrendamento sujeitos a registo ou para comércio, indústria ou exercício de profissão liberal, bem como de trespasso, cessão de exploração de estabelecimento comercial e cessão da posição de arrendatário, através de contrato escrito, eliminando-se, assim, a escritura pública antes exigível, é também, em nosso entender, perfeitamente adequada, não pondo em causa quaisquer direitos, garantias e nem sequer, em circunstância alguma, a segurança dos actos que lhe estão subjacentes

Com efeito, os contratos em causa, porque especialmente praticados por comerciantes ou profissionais liberais, são, de alguma forma, protagonizados por quem tem um maior nível de conhecimentos e de protecção própria destas classes profissionais

De resto, com referência aos contratos de arrendamento para habitação a lei já não exigia para a sua celebração a outorga de escritura pública. E, como todos sabemos, Srs. Deputados, nesses contratos está ou pode estar, efectivamente, em causa o direito constitucional à habitação

Por último, queremos aproveitar esta oportunidade, a propósito da discussão desta proposta de lei, para realçar também a importância da dispensa da escritura pública na realização de um conjunto de actos previstos no Código das Sociedades Comerciais, no estabelecimento individual de responsabilidade limitada e no regime do agrupamento complementar de empresas, os quais são de extrema importância por se inserirem na esfera de acção dos comerciantes, por não envolverem a diminuição de garantias, designadamente patrimoniais, das obrigações contraídas perante terceiros e, ainda, por representarem um número significativo de actos que antes se encontravam sujeitos a escritura pública e que agora deixam de o estar.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo. Os governos devem também servir para simplificar a vida dos cidadãos, eliminando os actos e os procedimentos manifestamente desnecessários, que apenas criam obstáculos e barreiras, que, em muitos casos, se limitam a servir de justificação para o Estado obter receitas que, de outra forma, não seriam recebidas

A burocracia, que se apresenta sempre como pretensamente lógica nos seus procedimentos e fins, encerra em si mesma perigos há muito detectados e denunciados que, em determinadas circunstâncias, podem, eventualmente, pôr em causa a necessária e sempre exigível transparéncia da Administração

É esta burocracia castradora do desenvolvimento da actividade económica e penalizadora daqueles que, pelo seu trabalho e dinâmica, são agentes do desenvolvimento real do País que importa continuar a combater, em nome do interesse geral

Por isso, Sr.º e Srs. Deputados, entendemos não só apoiar de forma franca e total esta proposta de lei mas incentivar o Governo a prosseguir neste caminho e, naturalmente, felicitar o Sr. Ministro da Justiça pela clarividência, pela coragem e pela oportunidade das medidas que aqui apresentou

Aplausos do PS

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Coragem!²¹ Isso é um pouco forçado!

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Montalvão Machado

O Sr. António Montalvão Machado (PSD) — Muito obrigado, Sr. Presidente

Antes de mais .

Neste momento, registou-se burburinho por parte de Deputados do PS

Espero que este tempo inicial me esteja a ser desconcertado. Sempre que eu falar nesta Câmara e ouvir, da parte dos meus colegas da bancada do Partido Socialista, vozes de desacordo, sinto que estou, cada vez mais, a cumprir a minha missão!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, o tempo gasto em cortesias é igual ao outro do relógio!

Faça favor, Sr. Deputado António Montalvão Machado.

O Orador: — Sr. Presidente, antes de mais, é preciso que esta Câmara e, concretamente, os portugueses se apercebam de que não foi apenas o Governo do Partido Socialista que desdiz o que disse sempre mas também o Partido Popular e também o Partido Socialista e o seu grupo parlamentar

E, para que não haja dúvidas, permitir-me-ão que recorde que, não há muito tempo, o Partido Popular apresentou, nesta Assembleia da República, o projecto de lei nº 679/VII, sob a epígrafe «Privatização do notariado». Hoje mesmo, pela boca do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que muito prezo, verifico que, menos de um ano depois, o Partido Popular tem uma opinião completamente antagónica da que tinha há menos de um ano. Mas não é só!

Vou citar palavras de um Deputado, num debate parlamentar que aqui se realizou «Como é do conhecimento de todos, o Governo, através do Sr. Ministro da Justiça, criou uma comissão para a liberalização do notariado ()

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Este Ministro ou o outro?

O Orador: — () Não está em causa, Sr.º e Srs. Deputados, o princípio da liberalização do notariado, que defendemos () Faremos esta grande reforma [a da liberalização do notariado], apresentaremos o respectivo projecto e, então, com toda a disponibilidade e abertura (), estamos absolutamente convencidos que esta reforma também se fará com este Governo»

Estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram nem mais nem menos do que do Sr. Deputado Nuno Baltazar Mendes, que, há instantes, disse exactamente o contrário, pugnando pela não privatização do notariado

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Isso já não me espanta!

O Orador: — É preciso que as pessoas percebam isto, é preciso que a Câmara perceba e, sobretudo, é preciso que os portugueses percebam como é que um Governo e

dois partidos, no espaço curtíssimo de menos de um ano, tenham não opiniões algo diferentes ou algo distantes mas opiniões completamente contraditórias!

O Sr João Amaral (PCP) — Ele vai responder-lhe que só os burros é que não mudam de opinião!

Risos

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^o e Srs Deputados Através da proposta de lei n° 18/VIII, o Governo pede a competente autorização para produzir diploma que desobrigue a celebração por escritura pública de cinco importantes contratos cujo conteúdo importa que esta Câmara conheça bem, porque nem isso o Governo fez na proposta, como verão

São eles primeiro, os contratos de arrendamento sujeitos a registo, isto é, os contratos celebrados por mais de seis anos, independentemente do destino que lhes for dado, segundo, os contratos de arrendamento para o comércio, indústria e exercício de profissão liberal, terceiro, os contratos de trespasso do estabelecimento comercial ou industrial, quarto, os contratos de cessão de exploração do estabelecimento comercial ou industrial (isto é, os contratos de locação do estabelecimento, como adequadamente lhes chama a doutrina e a jurisprudência), quinto e último, os contratos de cessão da posição de arrendatário, que permitem a transmissibilidade, por acto entre vivos, da posição de arrendatário nos contratos para o exercício da profissão liberal

Todos estes contratos devem ser, hoje, à luz da lei, celebrados por escritura pública, e o Governo pretende que tal obrigatoriedade desapareça, podendo os mesmos passar a ser celebrados por simples documento particular, isto é, por simples documento sem qualquer intervenção notarial

Tal pretensão deve justificar-se em nome da simplificação e da desformalização, mas é para nós claro que ela não elimina, muito menos disfarça, a imperiosa e desejada necessidade de liberalizar o notariado português, objectivo que — é importante não esquecer — o Partido Socialista, apesar de dizer que sempre o perfilhou, sempre o adiou e, por isso, sempre o rejeitou, conforme hoje aqui se viu.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Senão, vejamos

Ponto 1 na VI Legislatura, o governo do Partido Social Democrata (partido que sempre teve, sobre a matéria, uma inquestionável posição de firmeza e coerência) pediu autorização a esta Assembleia (e a autorização foi-lhe dada pela Lei n° 30/95, de 18 de Agosto) para liberalizar o notariado português Recordemos, sem receios, o que se passou: na respectiva votação, o Partido Socialista absteve-se Estranha forma esta de o PS dizer que desejava a privatização do notariado! Desejava-a e, ao mesmo tempo, não a queria!

Ponto 2 aprovada nesta Assembleia a dita proposta apresentada pelo XII Governo Constitucional, o Sr Presidente da República de então (o Dr Mário Soares) simplesmente não a promulgou, vetando assim, política e injustificadamente, uma lei que fora democrática e constitucionalmente aprovada Estranha forma esta de o PS dizer que desejava a privatização do notariado! Desejava-a e, ao mesmo tempo, não a queria!

Ponto 3 o Programa do Governo socialista de 1995 anunciatava (ou só prometia, não se sabe!), a dita liberalização do notariado Quanta inverdade! Passados os quatro anos da anterior legislatura, nada — absolutamente nada — foi feito nesse sentido Limitou-se o Governo a apresentar, titubeante e amedrontadamente, mesmo no final da legislatura (e apenas para simular o cumprimento de uma promessa), um conjunto de propostas de lei, as quais, intencionalmente, abandonou e deixou cair posteriormente, como muito bem sabe o actual Sr Ministro da Justiça, pois que era, ao tempo, Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr Ministro da Justiça — E em boa hora!

O Orador: — Refiro-me, muito em concreto, à proposta de lei n.º 285/VII, que pretendia (ou fingia que pretendia) aprovar o estatuto do notariado Que estranha forma esta de o PS desejar, ou dizer que desejava, a privatização do notariado, quando se dizia uma coisa e queria outra!

Ponto 4 na anterior legislatura, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou o projecto de lei n.º 530/VII tendente à imediata liberalização do notariado português Baixando à 1ª Comissão desta Câmara, importa não esquecer que, mais uma vez, os Srs Deputados do PS se abstiveram na generalidade, sem embargo de alguns deles terem mesmo votado contra! Que estranha forma esta de continuarem a dizer que desejavam a privatização do notariado, quando diziam uma coisa e queriam outra!

Eis-nos agora chegados ao ponto 5, o qual demonstrou, sem equívocos, que o Partido Socialista não quer

O Sr Ministro da Justiça — Não quer?

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Que estranha forma de não querer!

O Orador — (ou não tem a coragem necessária) para proceder a essa reforma de vulto, que consiste na privatização do notariado português E o Partido Socialista não tem coragem para proceder a esta reforma por uma razão muito simples que os portugueses, infelizmente, bem conhecem é que o Partido Socialista não teve até hoje, não tem hoje, nem terá, a mais pequena coragem para promover e proceder a uma única reforma de fundo que seja!

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Já está gasto esse disco!

O Orador — Com efeito, e para o caso concreto, o que sucedeu foi muito simples por artes mágicas que se desconhecem, a «liberalização do notariado» prometida em 1995 desapareceu (pura e simplesmente, desapareceu) do Programa do actual Governo

O Sr Ministro da Justiça — Exactamente!

O Orador — Em vez disso, o Governo prepara-se, pontualmente apenas, para simplificar a celebração de determinados negócios jurídicos, procurando assim, por um lado, empoeirar os olhos de quem o ouve e, por outro (o que é mais grave!), iludir os portugueses, a fim de que estes se esqueçam daquilo que lhes foi prometido em 1995.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados, nunca esteve em causa, não está em causa, ninguém pode pôr em causa, que o Partido Social Democrata é a favor da simplificação dos actos e da desformalização de processos. Um partido que governou como governou, que promoveu como promoveu a modernização e que desenvolveu como desenvolveu o País só pode estar a favor da causa da desburocratização.

Todavia, é preciso muita cautela com a proposta que, agora, nos é apresentada. Já se sabe por um lado, ela deve admitir-se em nome da simplificação e da desformalização negociais, mas, por outro lado, ela pode permitir que relevantíssimos contratos (como os descritos) sejam realizados sem o apoio dos delegatários da fé pública, os quais impõem o que os particulares podem não impor — a validade, a regularidade e o rigor.

Poderão ser muitos, pois (embora ninguém deseje que isso aconteça, evidentemente), os casos de nulidades contratuais, de anulabilidades contratuais, de ineficácia jurídica, de cláusulas inaptas, de cláusulas duvidosas, enfim, de toda uma indesejada e perigosa insegurança jurídica.

São aqueles que trabalham há quase 25 anos nos tribunais (como muitos dos Srs Deputados que fazem o favor de me ouvir, entre eles o Sr Deputado Nuno Baltazar Mendes e, modestamente, eu próprio) que sabem o que se passa os documentos celebrados apenas *inter partes* (como agora o Governo pretende), sem o controle técnico de um profissional *supra partes* (potencializador da legalidade e da validade negociais), constituem, por regra, passo infundável de querelas e de conflitos judiciais.

Por isso, a desformalização subjacente à proposta pode gerar o aumento do número dos litígios judiciais, o que vai, sem dúvida, inundar os já inundados tribunais portugueses.

Por outro lado (certamente que também pensou nisso, Sr. Ministro), e apenas a título de exemplo, imagine-se o que pode suceder na pendência de uma acção executiva, quando o credor nomeia à penhora determinado estabelecimento comercial.

O devedor, na impossibilidade do cumprimento, apressar-se-á a celebrar com outrem, rápida e particularmente, sem o controlo da verdade, um contrato de trespasso desse estabelecimento, apondo-lhe uma data bem anterior.

Por isso, a desformalização subjacente à proposta apresentada pelo Governo pode também gerar, não apenas o aumento do número do litígios, mas também — e muito fundamentalmente — a desvirtuação da verdade.

Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados. Se a proposta de lei que estamos a discutir obtiver o acolhimento desta Câmara, solicitamos ao Governo que legisle bem ou, ao menos, que legisle melhor do que se mostrou, agora, capaz.

Cumpre, por isso, no mínimo, corrigir essa proposta, pois que a mesma demonstra impreparação ou, pelo menos, descurado grosseiro.

Vejamos na segunda página da «Exposição de motivos», faz-se alusão à circunstância de o Decreto-Lei n.º 321-B/90 (o conhecido RAU — Regime do Arrendamento Urbano) ter sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/93, de 10 de Agosto, omitindo-se que ele também foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de Setembro, diploma que bem mais se relaciona com o assunto versado na presente proposta de lei.

Mas isso não é, certamente, o mais importante.

Até no ofício «portador» do pedido de autorização legislativa, dirigido ao Sr Presidente da Assembleia da República, o Governo alude apenas, descuidada e aligeiradamente, a dois dos cinco contratos sobre os quais pretende legislar, omitindo os contratos que devem sujeitar-se a registo, um, as cessões de exploração, dois, e as cessões da posição de arrendatário, três.

Mas pode dizer-se que isso também não é ainda o mais importante.

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Isso foi um esquecimento!

O Orador — Acontece que, novamente na segunda página da «Exposição de motivos», refere-se (descuidadamente, de novo) que são diversos artigos do referido RAU que estipulam a necessidade de celebrar por escritura pública os ditos cinco contratos sobre os quais se pretende legislar.

Ora, tal referência não é, sequer, verdadeira, porquanto a obrigatoriedade da escritura pública relativamente às cessões das explorações dos estabelecimentos comerciais ou industriais não consta sequer do RAU, outrossim do Código do Notariado, concretamente do seu artigo 80º, n.º 2, alínea c), como bem sabe (ou devia saber) o Governo. Poderá não ser isto ainda o suficiente?

Pois bem, no próprio artigo 1º do próprio articulado (e o alcance e os limites de uma autorização têm de constar do articulado), prevê-se a autorização para legislar apenas em quatro dos cinco contratos sobre os quais se pretende, de facto, legislar, omitindo-se novamente (e mais uma vez muito descuidadamente) o contrato de cessão da exploração de estabelecimentos.

Por isso, enfim, se apelou ao cuidado, em vez do descuido. Por isso, enfim, se pediu competência, em vez de impreparação.

Sr Ministro da Justiça, V Ex^a tem pretendido «mexer» na Justiça. Isso é inegável, e por essa pretensão lhe presto aqui, hoje, a minha justa consideração. Pode contar com a colaboração do Partido Social Democrata, em geral, e com o meu modesto contributo, em particular — aliás, já em outras circunstâncias V Ex^a o verificou.

Mas fico desiludido hoje, porque verifico que não posso pedir-lhe que não atrase mais, porque já vai atrasado, o que o seu partido prometeu. Não protele mais, não adie, não ofusque, nem disfarce os seus objectivos.

Confirmado que está o desvio total da sua rota, confirmado que está o desvio total da rota do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista, é caso para dizermos que, hoje, é um dia triste para esse tão almejado e desejado objectivo, que era — e já não é, pelos vistos — a liberalização ou privatização do notariado.

Seja como for, o Partido Social Democrata apresentou hoje, de novo, na esteira de uma postura política responsável e coerente, um projecto de lei que promove a definitiva privatização da função notarial portuguesa.

Além disso, assume aqui, numa postura colaborante, perante a Assembleia da República e perante os portugueses, o compromisso sério de, muito oportunamente, propor medidas efectivas de simplificação notarial.

Entre elas (e serão várias), destacar-se-ão:

A isenção do imposto de selo em todas as escrituras cujo valor não ultrapasse o valor mínimo de 12 000 contos,

Risos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes

A possibilidade de o imposto de sisa ser pago não antes, como agora, mas, sim, depois da celebração da escritura, ..

Risos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes.

... à semelhança, de resto, do que sucede nas transmissões por actos celebrados no estrangeiro;...

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS). — Isso é para mim

O Orador: — A possibilidade de as fracções autónomas e as moradias unifamiliares ainda não concluídas serem alienadas, o que hoje está vedado.

Risos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes.

No nosso entender, parece completamente despropósito retirar tais bens do comércio jurídico

Independentemente de tudo isto, o Partido Social Democrata continuará coerente e insistirá na privatização do notariado.

É isso que os chamados «operadores judiciários» querem.

É isso que os próprios notários querem (o que não pode, nem deve, continuar a ser menosprezado por este Governo).

É isso que a Europa recomenda. Não se esqueça a situação absolutamente excepcional em que Portugal se encontra no âmbito do tema que estamos a tratar.

E, finalmente, é isso o que os portugueses querem

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, pediram a palavra os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo e Jorge Lacão, mas o Sr. Deputado António Montalvão Machado não dispõe de tempo para responder.

Assim, sugiro que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que tem 5 vultuosos minutos, use 3 minutos e ceda 2 minutos ao Sr. Deputado António Montalvão Machado e que o Sr. Deputado Jorge Lacão proceda da mesma forma

Pausa.

Verifico que há concordância de ambos, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Montalvão Machado, obviamente que não posso deixar de registar o enorme rigor da sua intervenção de um ponto de vista técnico — aliás, outra coisa não seria de esperar. Contudo, não posso deixar de me defender relativamente aos comentários que fez.

O Sr. Deputado criticou-me por eu defender aqui uma posição contrária àquela que o meu partido defendeu no passado. Então, pergunto-lhe: por que é que hoje o seu partido propõe algo que o PSD não foi capaz de fazer no passado.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD) — Está enganado!

O Orador: — É que, também hoje, o Sr. Deputado apresentou uma série de medidas mas, tendo sido go-

verno durante 10 anos, podia tê-las implementado e não o fez

Em todo o caso, não vou cometer a desleigânciam de confrontar aqui o Sr. Deputado Montalvão Machado com todos aqueles casos em que o PSD já mudou de opinião, principalmente aqueles casos em que o Sr. Deputado mudou de opinião contra a sua própria vontade ou contra aquele que é o seu próprio entendimento, porque, pese embora a disciplina partidária, eu tenho o direito de ter o meu entendimento

Obviamente, o que registei, aqui, foi o meu apreço pelo facto de o Governo ter mudado de opinião. De forma clara, não declarei o entendimento do meu partido no sentido de ser totalmente contra a privatização do notariado. Mas uma coisa lhe garanto, Sr. Deputado eu sou contra a privatização do notariado! E contra a minha consciência ninguém vai!

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Mas o CDS-PP votou a favor da privatização na anterior legislatura!

O Orador: — Em todo o caso, deixe-me que lhe diga também que, como se recordará, esse projecto de lei foi apresentado aquando de uma outra liderança do meu partido. Hoje, a liderança é outra. E eu pergunto-lhe, Sr. Deputado, se, amanhã, o Dr. Durão Barroso não for presidente do seu partido, como presumivelmente acontecerá...

Risos do PS

... quem vier a seguir vai ter de ficar vinculado a tudo aquilo que o senhor hoje propôs. É evidente que não!

Deixe-me, ainda, que corrija o Sr. Deputado João Amaral: não é o burro que não muda de opinião, é o porco. E nós porcos não somos!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Deputado João Amaral, o senhor acaba de aprender mais uma coisa!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra, por dois minutos, o Sr. Deputado António Montalvão Machado

O Sr. António Montalvão Machado (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, agradeço a questão que me colocou. O Sr. Deputado é uma pessoa que muito prezo, é um jurista muitíssimo competente, mas está a esquecer um valor na política que se chama solidariedade. O Sr. Deputado não tem solidariedade pelos seus anteriores colegas, mas eu tenho pelos meus. É que o seu grupo parlamentar apresentou aqui, não há muito tempo, um projecto de lei, que sempre defendeu, mas V. Ex.^a, hoje, defende algo completamente antagónico

Protestos do CDS-PP.

E é falso estar a dizer que o Partido Social Democrata nada fez, no passado, a este respeito. É mentira, é falso! O Sr. Deputado não esteve com atenção, mas tenho todo o prazer em repeti-lo. O último governo do Partido Social Democrata apresentou uma proposta de lei de autorização legislativa, que foi aqui aprovada...

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Foi no século passado!

O Orador — foi elaborado o diploma e, feito o diploma, a Presidência da República vetou-o politicamente. Portanto, não pode dizer que o Partido Social Democrata nada fez. Fez tudo! O que não podia era evitar o voto político do Presidente

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Podia, podia! Com maioria absoluta, podia repor!

O Orador — Por último, quero dizer-lhe o seguinte: certamente que ninguém lhe pede aqui que ofenda a sua honra pessoal, mas se V. Ex.^a é contra a posição anterior do seu partido, só porque ele mudou de líder, então, não se poderá dizer que, sei lá, se, porventura, num futuro próximo, o líder voltar a mudar, V. Ex.^a mudará outra vez? É isso que eu não desejo

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Montalvão Machado, ouvi-o atentamente e, mais do que ouvi-lo, procurei compreendê-lo e corrigir-me à se eu estiver errado

Nas entrelinhas de uma sua afirmação, foi claro que, quanto ao fundo e independentemente de apreciações técnicas de especialidade, o PSD não contesta o mérito, a oportunidade e o sentido de orientação da reforma legislativa que o Governo está a prosseguir nesta matéria e julgo ter deduzido da sua intervenção que o PSD não vai obstaculizar a proposta agora em debate. Gostaria, em todo o caso, que, mais do que nas entrelinhas, assumisse isso politicamente de forma explícita, para que o comprendêssemos integralmente

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, a privatização ou não privatização do notariado, para mim, só faz sentido discutir-se se ela estiver ligada a um objectivo fundamental, a saber a melhor maneira de um serviço público relevante cumprir a sua missão, que é servir o cidadão e aquilo que é a celeridade e a exigência da simplificação da vida das pessoas

E, acerca disso, a minha dúvida foi verificar que, na sua intervenção, o Sr. Deputado pôs muita ênfase no objectivo da privatização, mas em si mesmo Pergunto-lhe como é que, no seu entendimento, a vida económica em geral, a vida social, a vida dos cidadãos, ficaria asseguradamente mais beneficiada com a fórmula que julgo ser a patente no projecto que voltou agora a reapresentar, se ele começa por criar uma instituição representativa dos notários, à qual daria a autoridade de condicionar o número de serviços de notariado a praticar e a existir em Portugal, ficando na dependência dessa instituição privatizada a definição do número de serviços para poderem corresponder às necessidades da vida pública e da vida social em geral?

Sr. Deputado António Montalvão Machado, mais do que privatizar, isto era criar uma solução, relativamente a um interesse geral da sociedade, na disponibilidade de um pequeno grupo de interessados no próprio procedimento. Ora, falar de privatização e, ao mesmo tempo, criar um re-

gime privatístico dos interessados na gestão de um serviço de interesse geral tem, permita-me que lho diga, muito pouca coerência.

Por isso, pergunto-lhe se, perante tudo isto, não acha, afinal, muito mais pertinente que coloquemos todos a ênfase nas melhores soluções que melhor sirvam os interesses gerais da vida do cidadão e da vida económica e, mais do que privatizar ou deixar de privatizar, saibamos quais são as necessidades de desburocratização, de desformalização, de simplificação, porque isso verdadeiramente é que interessa à vida das pessoas

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Montalvão Machado

O Sr. António Montalvão Machado (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, agradeço as questões que me colocou

De facto, posso e devo anunciar que o Partido Social Democrata, responsávelmente, não vai obstaculizar a proposta de lei em debate. E não vai, porque o Partido Social Democrata, insisto, é um partido a favor da dessolenização dos actos, da desformalização e da simplificação

Agora, o que o Partido Social Democrata desejava era mais. O que o Partido Social Democrata continua a desejar é a manutenção da coerência, que não se manteve. Essa é a primeira questão que me colocou e em relação à qual, suponho, estou a ser claro, no sentido de manifestar o nosso propósito de não obstaculizar a proposta de lei.

Quanto à segunda questão, Sr. Deputado, estou inteiramente convencido — e, agora, somos só nós, mas também eram os senhores — de que a privatização do notariado é desejada por todos os cidadãos que, hoje, recorrem aos notários públicos — todos! E não me refiro só aos advogados. Olhe, neste último fim-de-semana, que antecedeu este nosso debate, tive o cuidado de — e faço sempre isto, quando participo na redacção de diplomas — interrogar 50 ou 60 advogados e todos eles, todos, defenderam este nosso diploma, como, aliás, sempre tem acontecido sempre que se fala na privatização do notariado. O Sr. Deputado tem dúvidas de que, havendo privados notários, havendo uma concorrência salutar, devida e convenientemente regulada, os serviços não melhorariam? Tem dúvidas disso? Alguém tem dúvidas disso?

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Eu tenho!

O Orador — Mas o Sr. Deputado Jorge Lacão não tinha!

O Sr. Deputado tem dúvidas de que os serviços privados do notariado oferecerão melhor qualidade e, até, desencadearão melhor qualidade aos serviços públicos? Alguém tem dúvidas disso? Só o Partido Comunista Português, que se mantém coerente consigo próprio. Nesta Casa, perdoem-me o à-vontade, só há dois grupos parlamentares que mantiveram a sua coerência: o Grupo Parlamentar do PCP, que foi, desde sempre, contra a privatização, e o Grupo Parlamentar do PSD, que foi, desde sempre, a favor. Os outros não são coerentes. Isto é uma verdade indesmentível.

Applausos do PSD

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Odete Santos

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr Secretário de Estado da Justiça, Srs Deputados Vou fazer algumas observações ao diploma, mas, em primeiro lugar — e já foi aqui dito algo sobre isto, mas quero partir daqui —, gostaria de dizer que, de facto, o PCP sempre esteve contra a privatização do notariado, porque era, evidentemente, uma forma de privatizar receitas e de não conseguir, ao contrário do que disse o Sr. Deputado António Montalvão Machado e que está por demonstrar, que o cidadão comum tivesse, efectivamente, serviços melhores com a privatização

O Sr. António Montalvão Machado (PSD) — Não tenho dúvidas!

A Oradora — Em segundo lugar, tratamos hoje, apenas e só, de questões ligadas ao arrendamento para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e não ao arrendamento para habitação. Porém, quero dizer que o PCP sempre esteve contra aquelas disposições — e refiro-o, porque já se falou hoje aqui disso — relativas a arrendamentos habitacionais declaradas inconstitucionais E registamos o namoro aqui feito ao Governo por parte do PP, para que reintroduza aquelas normas extraordinariamente graves para o direito à habitação

Em terceiro lugar, o Sr. Ministro da Justiça, logo na altura da apresentação do Programa do Governo, disse aqui algumas palavras, com as quais, à primeira vista, até estive de acordo e que, *prima facie*, me satisfizeram, sobre a questão de a privatização significar privatização de receitas — e era Era um esbulho tremendo de receitas ao Estado, produzidas pelos cartórios — na altura, eram 14 milhões de contos e suponho que, agora, esse valor andará em mais de 20 milhões de contos.

O Sr Ministro da Justiça — São 35 milhões de contos!

A Oradora — Ao certo, não sei quanto é, mas atingirá muitos mais milhões de contos, depois dos aumentos de taxas, etc. O Sr. Ministro da Justiça falou na privatização de actos notariais e, em relação a alguns actos — digo, alguns —, parece-me que a desburocratização deve conduzir à privatização E dou um exemplo, já dado há muito e com o qual todos estão de acordo, que é o de a procuração forense não precisar de ter o reconhecimento notarial, que era um fardo que recaía sobre os clientes dos advogados e os advogados, porque era sempre preciso mandar a procuração ao notário para reconhecer a assinatura Com isto, estamos de acordo Agora, perante algumas medidas já inseridas nos diplomas publicados em 14 de Março e perante o que aqui vem proposto, devo dizer que aquele meu tal acordo era mesmo *prima facie*, porque, hoje, tenho muitas dúvidas em relação a algumas das medidas tomadas.

Agora, em relação a esta questão concreta, hoje em discussão, parece-me que, para se avançar neste sentido, era preciso ir mais longe na protecção das garantias do locatário É que, quando um contrato destes — e um trespasso, normalmente, inclui também normas de arrendamento — é celebrado num notário, o notário preocupa-se em saber se tem licença de utilização, etc , se foi respeitada a finalidade do prédio e informa o cidadão

candidato a locatário se aquilo está ou não em condições — e, se não está, não faz. Mas, agora, colocado nas mãos dos particulares — e devo dizer que aqui hoje se falou muito em cidadão comum, mas isto visa, sobretudo, os interesses de «grandes» cidadãos e não os do pequeno cidadão —, se não constar lá a questão da licença de utilização, etc , a sanção da indemnização não é uma sanção que, muitas, vezes, convenha ao locatário e, portanto, a sanção deveria ser a de se manter o contrato de arrendamento de qualquer forma E, para além do mais, seria de perspectivar a possibilidade, que já constou do artigo 1029º do Código Civil, que era a de, não havendo mesmo contrato por escrito, não ser apenas só com recibo de renda, mas, para além disso, também com prova testemunhal, a prova de que se pagou renda E isto não é efectivamente resolvido

E dizia que isto satisfaz os grandes proprietários, porque esses estão mais do que avisados, têm advogados a quem recorrer, enquanto que os pequenos comerciantes, aqueles que querem abrir uma tascazinha já mais moderna, com outro ar, não têm acesso à informação e caem facilmente nas malhas de alguém que, sendo menos escrupuloso, redija um contrato que não respeite os seus interesses

Para além disso, isto também é privatização de receitas dos cartórios, porque vai ter de se pagar já não emolumentos aos cartórios, mas honorários às pessoas que fazem os contratos E também está por provar que os honorários sejam inferiores aos emolumentos

Portanto, muitas privatizações de actos notariais devem ser analisadas devidamente, para se saber se, para além do mais, também a certeza e a segurança jurídicas estão devidamente acauteladas É que, segundo o que aqui vem proposto e sabendo nós que a matéria do arrendamento é uma matéria que provoca grande conflitualidade nos tribunais, creio que isto, pelo menos, ameaça aumentar essa conflitualidade

Por isso, interroguem há pouco o Sr Ministro da Justiça sobre a modernização dos cartórios notariais e a criação de mais cartórios É que isso poderia perspectivar a questão da privatização já mais reduzidamente, a privatização de actos, e não ter de ser tão ampla como o está a ser, em minha opinião

Não vou ter muito tempo para fazer mais alegações, digamos assim, mas, no entanto, quero dizer o seguinte. é preciso ter cuidado com a questão da certificação de photocópias pelos correios e por funcionários das juntas É que há photocópias e photocópias! Há photocópias de documentos que constituem o núcleo de uma acção, como, por exemplo, a de um contrato-promessa E já apareceu um contrato-promessa nitidamente aldrabado, com linhas truncadas, etc , mas porque o notário era notário, pôs lá que o documento original não tinha o número de linhas suficiente Pergunto, então, o que se passará — e isto é só um exemplo — com questões em relação a documentos que, depois, serão certificados por pessoas que, efectivamente, não têm preparação nesta área e nem sequer se apercebem dos problemas que estes têm Estou absolutamente de acordo que algumas photocópias sejam certificadas noutras situações, mas penso que é preciso ter cuidado nesta matéria vendo-se quais são as situações que depois também podem causar problemas ao cidadão lesado com alguns contratos e problemas de dificuldade de prova nos tribunais

Por último, e mesmo para terminar, Sr Presidente e Srs Deputados, queria deixar uma nota final

Penso que o Sr. Deputado Nuno Baltazar Mendes enfatizou a questão e terminou com uma frase muito bombástica ao felicitar o Sr. Ministro de Justiça pela sua coragem. Sinceramente, deixe-me dizer-lhe que não consigo descortinar essa coragem.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — É um exagerado!

A Oradora: — Sabe porquê, Sr. Deputado Nuno Baltazar Mendes? É que eu gostava que lesse, aqui, em voz alta, o nome das entidades que subscrevem o tal Protocolo de Acção

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Mas eu li!

A Oradora — Leu, assim, muito «enroladamente»! Repito, muito «enroladamente»!

Quem subscreve o Protocolo são associações empresarias, a saber, a Confederação da Indústria Portuguesa, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal..

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr.^a Deputada

A Oradora — Portanto, de facto, estamos a ver que quem subscreve o Protocolo são grandes interesses económicos e não é...

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Mas também cá está a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor!

A Oradora — Não, isso é outra coisa. Está aí um bocado para disfarçar.

O Sr Presidente — Sr.^a Deputada, tem de terminar

A Oradora — Portanto, efectivamente, não tem necessidade de vir aqui falar nisso e até lhe caí mal, porque — e vou mesmo terminar, Sr. Presidente — costuma falar-se muito daquilo que o Sr. Ministro da Justiça disse noutro dia e que até cai bem ao cidadão, que é o facto de os notários não terem de estar representados, alegando que assim estariam a defender interesses corporativos. Discordo um pouco dessa afirmação, porque os notários — e nós não concordamos com a posição que outrora a Associação Portuguesa de Notários tomou —...

O Sr Presidente — Sr.^a Deputada, tem mesmo de terminar, uma vez que já ultrapassou em 2 minutos o tempo de que dispunha.

A Oradora. — é que podem, muitas vezes, retractar os problemas dos cidadãos, pelo que penso que é injusto os empresários estarem representados e os notários não o estarem.

O Sr Presidente. — Muito obrigado, Sr.^a Deputada

A Oradora. — Desculpe, Sr. Presidente, e agradeço-lhe

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Nuno Baltazar Mendes

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS): — Sr. Presidente, gostava só de esclarecer duas questões muito simples, começando por me dirigir à Sr.^a Deputada Odete Santos.

Sr.^a Deputada, li em voz alta o nome das entidades que subscreveram este protocolo, e não podemos diferenciar as instituições da forma como o fez, nem ter a reserva que a Sr.^a Deputada tem pelo facto de este protocolo ser celebrado, simultaneamente, pela DECO, pela Associação Industrial Portuguesa, pela Ordem dos Advogados e pela Câmara dos Solicitadores!

Então a Ordem dos Advogados passou, agora, a ser defensora de interesses estranhos e de grandes interesses?! Eu sou advogado, a senhora é advogada, somos os dois representados pela Ordem dos Advogados!

Com toda a consideração, Sr.^a Deputada Odete Santos, penso que esta reserva não lhe fica bem e não tem qualquer justificação. Pelo contrário, ela é reveladora — digo-lho com toda a franqueza — de outras circunstâncias e de outras situações

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Quer dizer que a Ordem dos Advogados não tem interesses corporativos e os outros têm?!

O Orador. — O mesmo digo relativamente a questões que a Sr.^a Deputada e o Sr. Deputado António Montalvão Machado aqui suscitaram a propósito desta proposta de lei

Então, quando estamos a tratar desta matéria, podemos esquecer-nos que estamos a falar da formalização de documentos?! Estamos a esquecer-nos do instituto da falsidade, que está previsto no Código de Processo Civil?! Estamos a esquecer-nos da impugnação da letra e da assinatura dos documentos.,

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Está a esquecer-se da morosidade processual!

O Orador — e da eficácia e da força probatória que isto tem?!

Sr.^a Deputada, nós somos profissionais do foro, e não me parece justo que se invoquem circunstâncias e causas do foro judicial, técnico-jurídicas, quando avaliamos estas questões sob o ponto de vista político, não as esclarecendo logo! Isso é que não fica bem!

Sr. Deputado António Montalvão Machado, a proposta de lei que apresentamos está secundada no Programa do Governo. No Programa do Governo tomámos — e isto é a verdade absoluta — claramente uma opção, no que respeita a esta matéria, relativamente àquilo que foi defendido na VII Legislatura,

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Até que enfim!

O Orador: — ... mas sufragámos a nossa opção ao eleitorado! Eu não fui eleito em nome de outra coisa que não aquela que está aqui apresentada! Do nosso programa eleitoral consta claramente esta questão! E também consta

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Ó Sr. Deputado .

O Orador. — Sr. Deputado António Montalvão Machado, não pode vir aqui dizer, «vocês mudaram de opinião»!

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Posso, posso!

O Orador — Mudámos de opinião e muito bem, porque entendemos que esta situação tinha de ser resolvida!

O que eu esperava era que, na sequência da intervenção do Sr. Ministro, o Sr. Deputado viesse aqui defender-se em relação ao projecto de lei que hoje apresentaram.

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Defender-me? O projecto de lei não está em discussão!

O Orador. — Exactamente!

dizendo. «os senhores não estão a liberalizar coisa alguma, o que estão a fazer, tal como fizeram na anterior legislatura, é a privatizar receitas »!

É pena que o senhor não tenha lido todas as nossas declarações,

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Lí. li!

O Orador — nomeadamente a posição que o Grupo Parlamentar do PS manifestou sobre o seu projecto, através de mim!

O Sr Presidente. — Agradeço que termine, Sr Deputado.

O Orador. — Vou terminar, Sr Presidente
Na altura, o seu projecto foi condenado e reprovado por nós..

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não foi! Os senhores abstiveram-se!

O Orador — e os senhores persistem no erro!

Os senhores não querem resolver o problema, o que querem é trazer um novo problema para esconder claramente a vossa dificuldade de terem que votar favoravelmente uma medida, uma decisão, que é importante sob o ponto de vista político e que vem resolver os problemas das pessoas.

O Sr. Presidente — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados Sr Deputado Octávio Teixeira, fico feliz em saber o gosto com que me ouve

Gostaria de precisar duas coisas e de me referir a uma questão de fundo.

A primeira precisão é a seguinte Sr Deputado António Montalvão Machado, não obstante o grande rigor técnico da sua intervenção, permita-me só que chame a sua atenção para que a cessão de exploração de estabelecimento não consta do artigo 1.º da proposta de lei de autorização legislativa pela simples razão de que a alteração da forma deste contrato não carece de autorização parlamentar. A autorização foi pedida exclusivamente para os contratos de arrendamento, porque só estes são da competência exclusiva da Assembleia da República

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não! Está no artigo 2º!

O Orador — Está no diploma autorizado

Quanto à questão dos riscos, que foi colocada quer pelo Sr Deputado António Montalvão Machado quer pela Sr.ª Deputada Odete Santos, é evidente que o risco faz parte da vida, e que ele existe de uma forma ou de outra. O exemplo que o Sr Deputado deu do «contrato de espaço», que é feito para subtrair um bem a uma acção executiva, tanto acontece havendo escritura como não havendo, porque o notário também elaborará este contrato uma vez que ignora a acção que está a decorrer. Portanto, não é a eliminação da escritura que aumenta o risco; o risco é rigorosamente o mesmo

O Sr António Montalvão Machado (PSD). — Não, não é!

O Orador — Sr.ª Deputada Odete Santos, quanto à sua questão relativa às garantias do locatário, quero dizer-lhe o seguinte por favor, se assim entende, proponha que o contrato de arrendamento para habitação passe a ser celebrado por escritura pública, .

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Não!

O Orador — porque é quando está em causa o direito à habitação que as garantias do locatário são mais emergentes!

Pensa que devemos ser mais exigentes para as garantias do locatário comercial, do locatário profissional liberal, do que para as garantias do locatário que contrata um direito à habitação?

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Não, deve ser exigente para as duas situações!

O Orador — Sr.ª Deputada Odete Santos, creio que a Sr.ª Deputada

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Então e o artigo 1029º?

O Orador — é capaz de melhor, isto é, que consegue ter mais imaginação para encontrar uma justificação para estar contra a proposta do Governo

Já percebi que está contra a proposta do Governo Mas é assim, também é da vida. Mas, por favor, peço-lhe que tenha mais imaginação para justificar a sua posição

Dizem que estamos preocupados com os riscos Claro que estamos! É por isso que constituímos uma comissão onde estão presentes os principais utentes dos serviços de registo e notariado para que fiscalizem a execução destas medidas, porque o interesse maior na segurança e na certeza não é dos profissionais mas, sim, dos utentes, de quem celebra os contratos. Isto é, são as partes que têm um maior interesse na segurança e na certeza jurídicas

Há uma questão de fundo, que foi colocada pelo Sr Deputado António Montalvão Machado, à qual respondi, de uma vez por todas, repetindo o que tenho dito desde que apresentei, aqui, o Programa do Governo, altura em que eu próprio chamei a atenção dos Srs Deputados para que nós mudássemos a posição que tínhamos quanto à reforma do notariado, posição essa expressa no Programa Eleitoral do Partido Socialista e no programa do actual Governo. Mudámos de posição! Portanto, não venha perguntar-me se quero fazer o que não quero, porque não quero fazê-lo! Não quero a privatização do notariado! E sabe porquê?

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Já me respondeu!

O Orador. — Vou explicar-lhe porquê, e é pena que os Srs. Deputados do PSD não tenham evoluído quanto à vossa posição

O problema básico da vossa posição é a contradição que está logo na primeira linha do vosso articulado quando definem o notário como «o oficial público que é profissional liberal». O Sr. Deputado não pode ter o poder do Estado a impor ao cidadão o recurso a um serviço, não pode atribuir a uma entidade o exclusivo de atribuir fé pública e depois dizer «são profissionais liberais». Quando o Estado impõe ao cidadão que recorram aos serviços do notário está a obrigar-lo a gerar receitas privadas para este profissional liberal. Isto não é inadmissível!

E a contradição maior é que o vosso projecto de lei, ao contrário do que o Sr. Deputado diz, tal como os projectos de lei e as propostas de lei que foram discutidos na anterior legislatura, nada liberaliza e não gera concorrência.

O Sr. Deputado parte de uma verdade axiomática, que entende e erige como dogma, e proclama: a de que o notário privatizado traz, indiscutivelmente, uma maior celeridade e eficácia às «respostas» que as pessoas solicitam. E tentou explicar aqui que isso era fruto da concorrência. Mas, com o projecto de lei que apresenta, o Sr. Deputado impede a concorrência!

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não, não!

O Orador — Impede! Começa por impedir-la quando estabelece um *numerus clausus* para o acesso à profissão

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Tem de ser!

O Orador — Tem de ser? Mas o Sr. Deputado conhece alguma profissão liberal sujeita a *numerus clausus*?! Mas há *numerus clausus* para os médicos no acesso à profissão?! Há *numerus clausus* para os advogados?! Há *numerus clausus* para os arquitectos?! Há *numerus clausus* para os engenheiros?! Há *numerus clausus* para quê, Sr. Deputado?!

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — É por isso que temos as universidades privadas!

O Orador — Há *numerus clausus* para quê?! Para o Sr. Deputado sujeitar. Isto é a aplicação, 30 ou 40 anos depois, do condicionamento industrial do antigo regime

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — As receitas são privadas, mas o senhor limita o número de pessoas que podem exercer esta actividade. E faz pior, porque não se contenta com o estabelecimento de um *numerus clausus* e estabelece a circunscrição territorial! Para impedir ainda mais a concorrência e para salvaguardar o regime já nos basta o regime das farmácias!

Sr. Deputado, como se não fosse suficiente, o senhor institui um organismo corporativo

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Nas farmácias também é assim!

O Orador — Sr. Deputado, pedia-lhe a amabilidade de se esforçar para me ouvir

O Sr. Deputado, não contente com o *numerus clausus* e com o pacto restritivo da concorrência em razão do território, estabelece ainda um organismo corporativo, a que dá o nome de Conselho Superior do Notariado, que é a entidade que define quem pode aceder à profissão, como pode aceder à profissão e quantos podem aceder à profissão.

Os Srs. Deputados do PSD passam o tempo a fazer discursos grandiloquentes sobre a grande necessidade da reforma da justiça, dizendo que o Governo e a administração perderam poderes relativamente à magistratura e que os concelhos superiores são órgãos corporativos. Contudo, o Sr. Deputado faz, aqui, uma coisa verdadeiramente notável, no que respeita ao próprio poder de fiscalização do Estado, relativamente à actividade notarial. Sabe como é que a fiscalização do Estado é feita, nos termos do seu diploma? É assim o Ministro pode solicitar ao Conselho Superior do Notariado, sempre que necessário e conveniente, a realização de inspecções, quem realiza as inspecções é o organismo corporativo!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS) — É uma vergonha!

O Orador — Mas, Sr. Deputado, agora, tenho ainda maior dificuldade em perceber! Relativamente às magistraturas, cuja independência é constitucionalmente garantida, cuja independência é fundamental para a separação de poderes, indispensável e garantia de um Estado de Direito, e, depois, relativamente a estes profissionais liberais, com receitas impostas pelo Estado, aí a fiscalização é meramente corporativa?!

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não é disso que se trata!

O Orador — Ó Sr. Deputado António Montalvão Machado, o vosso projecto de lei.

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não estamos a discutir o nosso projecto de lei!

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr. Ministro, pois já esgotou o tempo de que dispunha

O Orador — Sr. Presidente, já teria terminado há 3 minutos se o Sr. Deputado António Montalvão Machado não estivesse permanentemente a falar em resposta ao que estou a dizer!

O Sr Presidente — Mas o Sr. Ministro não se deixou interromper, têm falado os dois ao mesmo tempo

Faça favor de terminar, Sr. Ministro

O Orador — Sr. Deputado, a única coisa que o diploma do PSD faz é privatizar 35 milhões de contos para 830 pessoas. É isto o que o vosso projecto faz! E a única coisa que o Sr. Deputado fez neste debate foi apresentar a posição da Associação Portuguesa de Notários!

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Exactamente!

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Não, não!

O Orador — É totalmente legítima a posição da Associação Portuguesa de Notários! Tem todo o direito a ter

esta posição! Estando os notários sujeitos, enquanto oficiais públicos, ao limite do vencimento do Sr Presidente da República, considero legítimo que queiram passar a ser profissionais liberais para poderem auferir ilimitadamente como gostariam.

É legítimo que as pessoas queiram ganhar mais dinheiro, o que me parece muito pouco legítimo é que um Sr Deputado assuma as dores de uma classe profissional, numa lógica puramente corporativa, e que abastarde, de forma indignificante, os interesses fundamentais do cidadão e o interesse público, que é o que cumpre ao Estado e aos órgãos de soberania, como o Governo e a Assembleia da República, salvaguardar

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Muito bem!

O Orador — Esse é o mandato que V Ex^a tem e que devia honrar!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, chegámos ao fim do debate da proposta de lei n° 18/VIII

Passamos, agora, à discussão da proposta de resolução n.º 11/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares Adoptado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996

Aguardamos a chegada do Sr Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que intervirá sobre este tema

Pausa

Tem a palavra o Sr Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para introduzir o debate

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (José Lello). — Sr Presidente, Srs Deputados A proposta em apreço apresenta à ratificação desta Câmara o tratado multilateral usualmente conhecido por CTBT (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty), que foi adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, na circunstância, assinado por Portugal

Trata-se de um documento de primordial importância, que surge na ordem jurídica internacional como mais uma medida destinada a fortalecer o desarmamento e a não proliferação de armas nucleares, resultando de um compromisso assumido por diversos Estados. É, assim, um contributo relevante para a paz, para o controlo «armamentista», para a segurança, para a transparência, para o diálogo e para a emergência de um clima de confiança e de estabilidade entre as nações

Tal como se pode verificar pelas disposições do respectivo preâmbulo, o Tratado pretende ser mais um instrumento de desarmamento nuclear, tendo como «(...) objectivo último a eliminação de tais armas (...)» — armas nucleares — «(.) e o desarmamento total e generalizado sob controle internacional rigoroso e efectivo». O Tratado proíbe toda e qualquer explosão nuclear experimental, seja para fins militares, civis ou com qualquer outro objectivo.

No âmbito deste Tratado, prevê-se a criação de um Sistema Internacional de Vigilância (SIV), o qual estabelece obrigações específicas para os Estados-partes, nomeadamente através da imposição da criação de estações de vigilância, seja de vigilância sismológica, de infra-sons ou

outras. Está também prevista a criação ou designação, por parte de cada um dos países signatários, de uma autoridade nacional destinada a actuar como centro nacional de coordenação

Por outro lado, nos termos do Artigo XIV, o Tratado entrará em vigor 180 dias após os 44 Estados identificados terem depositado os respectivos instrumentos de ratificação junto da Secretaria Geral das Nações Unidas. Esta lista inclui a Índia e o Paquistão, que ainda não assinaram o Tratado, assim como os Estados Unidos e a Rússia, que embora tendo assinado ainda não o ratificaram. Até à data já ratificaram o CTBT 27 Estados, o que ainda mais torna premente este processo de ratificação

O Tratado ainda não entrou em vigor, já que não estão preenchidos os requisitos pré-estabelecidos no mesmo. A não entrada em vigor do Tratado num prazo de três anos estava prevista no seu articulado. Assim, ao fim do referido prazo, é conferido aos Estados que já tiverem ratificado o Tratado o direito de adoptarem medidas destinadas a assegurar a entrada em vigor do mesmo, medidas essas que serão tomadas na conferência dos Estados signatários. Os Estados que tivessem assinado o Tratado sem o terem ratificado seriam convidados a participar na referida conferência com o estatuto de observadores

Sublinha-se ainda que, nos termos do Tratado, é criada a Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e que se consagram mecanismos de verificação global, nomeadamente um Sistema Internacional de Vigilância, processos de consulta e clarificação, inspecções e a implementação de medidas de fomento de confiança. Acrescerá ainda que, estando previstos os órgãos institucionais da organização, ou CTBTO, desde 1997 está em funções o Secretariado Técnico Provisório, em estreita ligação com as Nações Unidas e respectiva Assembleia Geral.

Em relação a Portugal, está prevista a instalação de três estações nacionais de rastreio, todas elas localizadas nos Açores: a estação de infra-sons, em São Miguel, a estação de hidroacústica, na Ilha das Flores, e a estação de radionuclídeos, em Ponta Delgada

Sr Presidente, Sr.^m e Srs Deputados, é tudo o que se me oferece dizer com vista ao melhor esclarecimento de todos relativamente ao Tratado em apreço

Entretanto, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente Narana Coissoró

O Sr. Presidente — Uma vez que não há Deputados inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado, dou a palavra ao Sr Deputado Herculano Gonçalves para uma intervenção

O Sr Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados. Sendo a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia, apresento os meus cumprimentos ao Sr Presidente e, na sua pessoa, a todos os Deputados.

Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Srs. Deputados. Na cimeira realizada em Abril de 1996, os chefes de Estado dos países mais industrializados do mundo apelaram a todos os países para assinarem uma convenção sobre segurança nuclear e um tratado proibindo todos os testes nucleares.

Voluntariamente, a Rússia e os países do G7 adoptaram a «opção zero» no que respeita aos testes nucleares, manifestando a vontade de concluir e assinar um tratado

de interdição completa dos ensaios nucleares. Foi este o consenso decisivo para o surgimento do Tratado que o Governo hoje nos apresenta para ratificação, o qual foi adoptado por resolução das Nações Unidas de Setembro de 1996.

Quando a «guerra fria» terminou, já lá vão mais de 10 anos, o mundo respirou de alívio com aquilo que parecia ser o fim da ameaça de destruição nuclear.

As potências atómicas ocuparam-se a desmontar os seus arsenais nucleares, que previamente se tinham comprometido a não acumular quando assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares assinado em 1967, em vigor desde 1970, mas, entretanto, os acontecimentos su-plantaram as vontades.

Em Setembro de 1995, a França iniciou uma série de ensaios nucleares na Polinésia francesa, gerando uma onda de protestos internacionais, entre os quais se contou o voto de protesto aprovado por esta Assembleia em De-zembro de 1995.

Em 1996, a China levou igualmente a cabo ensaios nucleares, o que lhe mereceu a repreação do Parlamento Europeu, que aproveitou a ocasião para relembrar à China que violava a moratória decidida a nível internacional sobre a realização de ensaios nucleares.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, em 1998, cinco detonações no deserto de Rajhastan, na Índia, no início de Maio, que originaram igual resposta do lado paquistanês ainda no mesmo mês, marcaram a entrada destes dois países no clube das potências nucleares.

O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos considerou mesmo os testes nucleares indianos «um importante movimento estratégico» que projectou a Índia de virtual potência nuclear em potência nuclear declarada, possuidora de um arsenal estimado de cem armas com a capacidade de facilmente serem transformadas em armas nucleares.

Aos paquistaneses, pelo seu lado, não será difícil instalar as suas ogivas nucleares na nova geração de mísseis Ghauri, tornando-se, assim, capazes de facilmente atingirem as principais cidades indianas, como Nova Deli ou Bombaim.

Refira-se que estes países, paupérrimos que são, investem cerca de 13 bilhões de dólares anuais na defesa, com maciços investimentos em pesquisa, ao ponto de ambos os países terem prémios Nobel da Física.

A disputa nuclear entre os dois países assume aspectos caricatos, com o líder paquistanês a afirmar que igualou o «marcador» com a Índia e o Ministro da Defesa indiano a referir-se às «bolas de pingue-pongue» paquistanesas.

Existe, contudo, uma diferença acentuada entre a estratégia de dissuasão nuclear Paquistão/Índia e a que existia durante o período da «guerra fria». Nenhuma comparação pode ser feita, com efeito, entre arsenais nucleares geridos por países amarrados por sistemas de alianças rígidas e arsenais de países pouco estáveis, permeáveis a líderes nacionalistas e que não manifestam qualquer intenção de se vincularem internacionalmente através de instrumentos como aquele que hoje será ratificado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há sinais acentuados de mudança da atitude dos países em relação à estratégia de dissuasão nuclear. Num momento em que o próprio

Parlamento israelita iniciou um debate sobre o armamento nuclear do país, pondo fim a meio século de silêncio sobre o assunto, a ameaça nuclear continua hoje, infelizmen-te, a revestir-se de alguma actualidade.

Ainda recentemente, foi detectada a existência de um centro de testes de mísseis nucleares na Coreia do Norte por um satélite de uma empresa privada, o mesmo que permitiu comprovar que os principais centros de armamen-to do Paquistão — o reactor de produção de plutónio em Khushab e a base de mísseis de médio alcance de Sargodha — continuam em plena laboração.

Quanto à Índia, aquando da recente visita ao Presidente Clinton, recusou terminantemente a assinatura do Tratado que aqui hoje vamos ratificar, mesmo que isso signifique o não levantamento total das sanções impostas pelos Estados Unidos após os ensaios nucleares de 1998.

Tal como se pode ler na Posição Comum do Conselho, de 29 de Julho de 1999, a rápida entrada em vigor do tratado de proibição completa de ensaios nucleares constitui um passo decisivo para a não proliferação das armas nucleares e para o desarmamento, factores de confiança, de estabilidade e de paz a nível internacional.

Por isso mesmo, Sr Presidente e Srs Deputados, cum-pre dar o nosso assentimento à respectiva resolução de aprovação, o que certamente faremos aquando da respec-tiva votação.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Cirilo

O Sr Luís Cirilo (PSD). — Sr Presidente, Srs Deputados Gostaria de aproveitar esta oportunidade, uma vez que é a minha primeira intervenção no Plenário, para sau-dar respeitosamente o Sr Presidente e, em si, todos os Srs Deputados

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Dirigiria uma muito particular saudação ao Sr Deputado do Partido Popular cuja intervenção antecedeu a minha, o qual, curiosamente, tal como eu, se es-treia hoje no Hemiciclo, o que é a prova inequívoca da maturidade democrática deste Parlamento, que não receia deixar questões nucleares na mão de principiantes.

Risos

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados O que nos traz hoje a esta Câmara é uma matéria à volta da qual é fácil conseguir consensos, pois vem dar, de alguma forma, sequência a vários tratados internacionais com vista ao desarmamento nuclear, explora uma situação internacional propícia a dar passos importantes em prol desta matéria, desde logo face ao desanuviamento que se tem registado nos últimos anos, mas também — e im-porta não esquecê-lo — em relação à sensibilização, à motivação e à exigência da opinião pública no que toca a estes assuntos.

Cremos que a ratificação deste Tratado implicará, num prazo que se deseja muito curto, o impedimento da criação de novas armas nucleares, do desenvolvimento ou da melhoria das já existentes e, num prazo que se deseja

tão curto quanto possível ou quanto menos longo melhor – estamos certos –, a eliminação total dessas armas nucleares.

Entendemos que tal passo só é possível através de um tratado internacional e universal como aquele que nos podemos ratificar e ao qual já aderiram cerca de 150 países, sendo desejável que muitos mais a ele adiram.

Cremos que este Tratado tem vantagens inquestionáveis, desde logo políticas, porque contribui para o desanuviamento entre as nações, especialmente num tempo como o de hoje, em que a lógica de blocos está esbatida. Do nosso ponto de vista, tem também importantes consequências económicas, porque, com o fim dos ensaios nucleares e o desejável fim das armas nucleares, permitirá que as nações, nomeadamente as que recorrem a este tipo de energia, possam, de alguma forma, afectar estes recursos, que são vultuosos, como todos sabemos, a carências, como é o caso do combate à fome, à pobreza ou à doença, que são seguramente muito mais importantes para a Humanidade do que as armas nucleares.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Permitirá também, e de outra forma, contribuir para uma causa, que é de nós todos e é cada vez mais premente – com o que o Sr. Deputado de Os Verdes estará, com certeza, de acordo – que é a da defesa do meio ambiente. Para nós, passados estes anos todos, Chernobyl continua a ser um fantasma, infelizmente, bem presente.

Finalmente, a razão mais importante deste Tratado é a contribuição para algo fundamental, que é o reforço da paz e da segurança internacionais.

É certo que na altura em que o Tratado foi elaborado e discutido entre os países, ao ser sediada a organização que o tutela em Viena de Áustria, não havia os inconvenientes que hoje se colocam, provavelmente, face a algumas «azias» temporárias, que se esperam rapidamente curadas, em relação a esse país da Comunidade Europeia. Contudo, estamos certos de que os elevados fins que o Tratado prossegue permitirão o pequeno sacrifício de tolerar que a sede seja num país que tanta confusão tem causado a algumas pessoas.

Sr Presidente, Srs Deputados Portugal não é um país nuclear – nesta matéria, felizmente, noutras, se calhar, nem tanto – e, por isso, é um país altamente interessando e largamente motivado para esta matéria. Desta forma, embora apenas na Região Autónoma dos Açores, como o Sr Secretário de Estado referiu, Portugal contribui, à sua medida e na medida das suas possibilidades, com estações de detecção de radionuclídeos para a detecção de partículas pertinentes na atmosfera, que todos sabemos o que é, pelo que me dispenso de explicar, com laboratórios para análise dos referidos radionuclídeos e com estações infra-sónicas. É, de facto, um contributo dado dentro das nossas possibilidades mas constitui, sem dúvida, um sinal claro do empenhamento de Portugal na ratificação deste Tratado e no combate aos ensaios nucleares.

Estamos crentes, Sr Presidente, Sr Secretário de Estado e Srs. Deputados, que a ratificação deste Tratado contribui decisivamente para a defesa do interesse nacional e, por isso, merecerá o apoio do Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Sr.^m e Srs Deputados Até chegarmos hoje, aqui, ao exame do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, adoptado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996, passaram-se muitos anos. A humanidade correu muitos e graves riscos e, sem a perseverança de todos aqueles que, nos quatro cantos do mundo, acreditaram que, nesta matéria, era necessário pautar as suas acções pela garantia da paz e da segurança internacionais, que constituí um dos principais objectivos da Organização das Nações Unidas, este percurso não teria sido feito sem incidentes graves.

Na verdade, a descoberta da energia nuclear e a sua utilização militar pôs em risco a segurança dos países e a própria existência da Humanidade. tão poderosa é a sua força destruidora.

A deterioração das relações entre as duas superpotências a que se assistiu, no fim da II Grande Guerra Mundial, não permitiu chegar, nessa época, a um acordo para o desarmamento em matéria de armas nucleares, afastando, assim, o perigo da sua utilização, e empregar os fundos, assim libertos, no desenvolvimento económico e social de todos os países.

A Sr.^a Celeste Correia (PS) — Exactamente!

A Oradora — Foi necessário fazer a experiência da utilização da energia atómica e participar numa corrida aos armamentos para chegar à conclusão de que estávamos no caminho errado. Os riscos aumentavam cada dia que passava, pois cada vez mais era maior a potência destruidora e maior o número de candidatos a membros do «clube atómico».

Felizmente, a partir do fim dos anos 50, foi possível encetar uma lista de decisões, que hoje já é longa, as quais, pouco a pouco, avançaram na direcção certa.

Organizações internacionais, relações bilaterais, movimentos populares, tudo foi utilizado para conseguir progressos nesta área da maior importância para o futuro da Humanidade a proibição da energia atómica para fins militares.

Vozes do PS. — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr.^m e Srs Deputados: Em cada etapa resolveram-se alguns problemas e apareceram outros, mas foi sempre possível caminhar na direcção certa, com o apoio da maioria dos Estados e da população mundial.

Entre os progressos registados, podemos citar as zonas livres de armas nucleares, como, por exemplo, os Tratados da Antártida, da América Latina e do Espaço Extraterrestre e dos Corpos Celestes. Os arsenais nucleares diminuíram imenso e têm tendência para continuar a diminuir. Também foi possível proibir alguns ensaios nucleares e estamos hoje aqui para dar o nosso contributo no sentido da sua proibição total.

A aprovação do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares enquadra-se não só no cumprimento de

objectivos inseridos na Constituição da República Portuguesa como constitui também o cumprimento de obrigações internacionais do Estado português, contraídas livremente aquando da sua adesão à Organização das Nações Unidas

O Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares vai permitir, quando entrar em vigor, pôr termo, de modo eficaz, a todos os ensaios nucleares. Na verdade, está prevista a criação de uma organização cuja principal missão será a verificação do respeito das disposições do Tratado, a qual terá, à sua disposição, os meios técnicos apropriados para a sua execução. A criação de um sistema internacional de vigilância, que será composto por estações de vigilância utilizando as mais sofisticadas tecnologias, faz prever um elevado grau de eficácia e rigor na detecção de qualquer incumprimento do Tratado.

A possibilidade de privar os Estados-partes do direito de voto, por pagamentos em atraso, e a possibilidade de restringir aos membros os seus direitos e privilégios, para garantir o cumprimento das duas disposições do Tratado, mostram bem o empenhamento e a determinação que vão ser utilizados para atingir este objectivo.

Vozes do PS. — Muito bem!

A Oradora — O Tratado preconiza que os seus membros utilizem o consenso como processo de decisão e o recurso a meios não judiciais para a resolução de diferendos resultantes da aplicação ou da interpretação das suas disposições, estando ainda previsto que os assuntos controvertidos possam ser submetidos ao Tribunal Internacional de Justiça.

O sistema de denúncia do Tratado inclui a explicação do acontecimento extraordinário que põe em perigo os seus interesses supremos, no entender desse Estado-partes, introduzindo um momento de reflexão prévio.

Sr Presidente, Sr. "e Srs Deputados: Também o sistema de entrada em vigor prevê que, quando no prazo de três anos, a contar da data da abertura à assinatura, as respectivas condições não estiverem reunidas, seja convocada uma conferência para facilitar o preenchimento dessas condições, em vez da habitual espera inativa até ser atingido o número necessário de ratificações. E em boa hora o fez, na medida em que três Estados, cuja ratificação é necessária para a entrada em vigor do Tratado, ainda não procederam à sua assinatura. Essa conferência já teve lugar em Viena, de 6 a 8 de Outubro de 1999, com apreciáveis resultados. Na verdade, dos quatro Estados não signatários do Tratado — a Líbia, o Paquistão, a Arábia Saudita e o Zimbabué — que assistiram à conferência, o Zimbabué já procedeu à sua assinatura. Relativamente aos três Estados cuja ratificação é necessária foi-lhes pedido que procedam à sua assinatura o mais rápido possível.

Para terminar, parece que nada obsta, pela parte de Portugal, a que ratifiquemos este Tratado. Neste ano 2000, Ano Internacional da Cultura, da Paz e da Não Violência, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, esta ratificação será uma das muitas contribuições do nosso País para o sucesso desta iniciativa. Ao mesmo tempo, servirá para encorajar os Estados, que ainda o não fizeram, a ratificarem este Tratado, contribuindo, assim, por sua vez, para a paz no mundo e o progresso da humanidade.

Aplausos do PS

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho.

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Sr. "e Srs Deputados: Esta intervenção é curta e serve, sobretudo, para reafirmar, perante esta Câmara, se é que tal é necessário, a nossa firme oposição à realização de testes nucleares. Aliás, o voto aprovado por esta Assembleia em 1995, a que o Sr. Deputado do CDS-PP, há pouco, se referiu, teve origem na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes». Isto significa, desde logo, o nosso apoio e a posição firme de contribuirmos para a ratificação que nos é proposta.

Pena é que este contributo que agora nos é pedido acabe por surgir de uma forma algo tardia. Mas é um contributo inestimável, porque se tenta, através deste Tratado, acabar com um flagelo enorme para o planeta e para a vida humana. É mais um passo, talvez pequeno, mas é um passo, esperamos nós, no sentido daquilo que desejamos, ou seja, de uma mais global desmilitarização que preconizamos desde sempre nos ideais ecologistas.

Todavia, a realidade parece contrariar, um pouco, a nossa expectativa de um desarmamento global e o nuclear, quer na sua vertente militar, quer noutras vertentes, continua, infelizmente, a ser uma ameaça. No entanto, talvez seja com pequenos passos que conseguiremos eliminar, de vez, a ameaça do nuclear do nosso planeta e das nossas vidas. A ratificação deste Tratado talvez seja um desses passos, e dai o nosso apoio.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Sr. "e Srs Deputados: O Bloco de Esquerda exprime uma posição favorável à aprovação e à ratificação do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e gostaria apenas de comentar, em traços largos, alguns aspectos que se prendem com o problema da paz e da guerra no mundo.

Ouvimos, atentamente, os Srs Deputados referirem-se a esta matéria de forma convergente, mas, não obstante, parece-me importante pontualizar, neste momento, que é estranho os Estados Unidos da América não terem ainda procedido à ratificação do Tratado, pois daria outra credibilidade, outra sustentabilidade a esta iniciativa, porque os Estados Unidos têm sido a potência nuclear dominante, desde há muitos anos, não diminuíram o seu investimento na tecnologia nuclear e o Presidente Clinton permitiu-se, ainda há poucos dias, «puxar as orelhas» quer ao Paquistão, quer à Índia, quando não têm esse exemplo de si próprios para dar ao mundo.

Um segundo comentário que me parece importante frisar é o de não podermos abrandar, de qualquer forma que seja, a iniciativa pela paz e pelo desarmamento no mundo, por quanto, mesmo que este Tratado venha a ter efectividade e resultados, estamos ainda longe de, em matéria nuclear, se proceder ao desarmamento total e à abolição das armas nucleares, das que operam em superfície, em subterrâneo ou no espaço, e da diminuição da despesa militar no mundo e daquilo que são os arsenais de guerra.

Se hoje, felizmente, há algum retrocesso em matéria de utilização do nuclear para fins bélicos, não podemos esquecer que estão em desenvolvimento programas para a utilização, com fins bélicos, das biotecnologias e da bioquímica, que são as armas do futuro.

Creio que dar pequenos passos na direcção da paz é importante, mas são passos muito curtos, porque o projecto ainda é longo, e não podemos sossegar, na medida em que aqueles que se arrogam de ser as potências do mundo não estão a diminuir o seu investimento militar, estão a «puxar as orelhas» aos outros mas não tomam isso como exemplo e não têm ainda uma política de paz.

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Srs Deputados: Pela nossa parte, votaremos favoravelmente o instrumento de Direito Internacional cuja ratificação nos é proposta, considerando que é um instrumento positivo, no sentido do estabelecimento de um clima de paz e no percurso para a limitação do uso e da própria existência de armas nucleares.

No entanto, por muitas razões, não partilho do optimismo que aqui se registou.

Em primeiro lugar, este Tratado é um instrumento que diz muito, diz tudo, é um Tratado de aplicação integral, a quem não tem armas nucleares nem faz tenção de as ter, mas o problema coloca-se precisamente em relação a quem tem armas nucleares. E se formos ver os países que têm armas nucleares, isto é, aqueles que são potências nucleares, concluímos que não ratificaram este Tratado os Estados Unidos, como já aqui foi assinalado – e realizaram, inclusivamente, o seu debate no Congresso, não tendo o Senado formado a maioria necessária para a ratificação –, a China, a Federação Russa e a Ucrânia. Por outro lado, das potências que não eram nucleares e que passaram a ser, o Paquistão e a Índia nem sequer assinaram o Tratado e uma outra potência que toda a gente sabe que é nuclear, aliás, já foi aqui dito que vai agora discutir abertamente esta questão no Parlamento, também não o assinou nem ratificou, que é Israel. Esta é a situação!

Isto é, quem tem armas nucleares não mexeu uma pálha, excepto, e honra lhes seja feita, dois países a França e o Reino Unido. A França, o Reino Unido e o conjunto dos países europeus tomaram a decisão, em relação a este Tratado, inclusivamente em sede de Conselho Europeu, de incentivar e apelar à sua aplicação integral. Aliás, a França fez mais do que subscrever o Tratado, desmantelou uma parte do seu aparelho de ensaios e, deste modo, deu um passo para mostrar a vontade necessária para executar este Tratado. Quanto aos demais, não é isso que se verifica.

Mais qual é o quadro em que este Tratado nasce? Este Tratado proíbe os ensaios e, tal como o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, tem, seguramente, a vantagem de, em relação aos países que não dispõem, hoje, de armamento nuclear, os vincular a não se meterem em aventuras, concretamente na aventura nuclear, que é, como se sabe, uma aventura de morte para a Humanidade.

Mas o que é que verdadeiramente resulta deste Tratado para os países com um brutal arsenal nuclear, à

cabeça dos quais se encontra os Estados Unidos? Resulta que mantêm sossegadamente o seu arsenal nuclear e como, ao longo do tempo, fizeram todos os ensaios de que necessitavam, hoje, podem, tranquilamente, não fazer os ensaios reais substituindo-os por simulações, utilizando para o efeito as novas tecnologias, o que está totalmente vedado a qualquer País que queira entrar no «clube nuclear».

É evidente que um País que queira entrar no «clube nuclear» terá de fazer ensaios nucleares reais, enquanto que para um País como os Estados Unidos, que tem um arquivo vivo de tudo o que necessita, desde 1945, altura em que fez detonar a primeira bomba num deserto qualquer dos Estados Unidos, incluindo os ensaios, mas não só, pois também tem aplicações reais da bomba, como as ocorridas em Hiroshima e Nagasáqui, a situação é totalmente diferente.

Ora, o que se pede, cada vez mais, à opinião pública, aos parlamentos, à comunidade internacional, é que se continue a fazer força no sentido de se ir muito mais longe, de se ir à questão central que é a do desmantelamento do arsenal nuclear. É esta a questão nodal!

Achei graça à formulação utilizada pelo Partido Ecologista «Os Verdes», ao falar em problema ecológico. Aqui não há um problema ecológico! Isto ultrapassa aquilo que consideramos um problema ecológico, de equilíbrio ambiental, o qual tem, a médio prazo, reflexos na sobrevivência, este é um daqueles problemas de resolução ecológica total, já que basta meia dúzia de segundos para o problema terráqueo terminar e, provavelmente, até algumas coisas à volta. Basta termos em conta um relatório de 1990 das Nações Unidas que calcula que a potência TNT média por habitante existente na terra em armamento nuclear é de 2 t/habitante, isto é, cada um de nós tem, para seu proveito e utilização pessoal, 2 t em TNT, em armamento nuclear. É esta a realidade! Esse armamento foi desmantelado? Não foi, logo, esta é a questão central que tem de ser abordada! Mais este armamento não só não foi desmantelado como o que se está agora a verificar, ou se verificou muito recentemente, são posições que, ao contrário do que disse o Sr Deputado Luís Fazenda, em nada são animadoras neste caminho pela paz. Por exemplo, o conceito estratégico da Aliança Atlântica, acabado de aprovar o ano passado, reafirma o uso da arma nuclear pelos países da Aliança Atlântica por iniciativa própria, nem sequer se adopta a doutrina da resposta, ou seja, a utilização contra qualquer ameaça. Não! O conceito estratégico da Aliança Atlântica define a utilização da arma nuclear, admitindo que seja a própria Aliança a tomar a iniciativa de o fazer. Isto é o caminho da paz!¹ O caminho da paz não é, seguramente, este!

Mais o que é que está, neste momento, em discussão no conjunto dos países europeus? É aumentarem o seu nível de despesa armamentista para 1,8% do PIB¹

Pode haver aqui muitas declarações gloriosas acerca daquilo que se podia fazer se não se fizessem tantas armas nucleares, mas, provavelmente, não é isto que está na cabeça de quem está, neste momento, a governar o mundo. O que está na cabeça de quem está a governar o mundo neste momento é exactamente o contrário, é aumentar o nível da despesa militar. Os Estados Unidos acabaram de fazê-lo, aliás, os Estados Unidos retomaram, de alguma forma, a iniciativa de defesa estratégica do Presidente Reagan, numa versão diferente, e a resposta dada pela federação russa não é em nada animadora, porque a

realidade é que o START II continua congelado. Esta é a situação que está como pano de fundo em todo este problema.

Nós, vamos votar favoravelmente este Tratado. Tenho pena que o Governo português tenha sido o último dos governos da União Europeia a trazer ao seu Parlamento este documento para ratificação, pois todos os outros países já o ratificaram em 1998 e 1999.

Para concluir, até digo mais o Governo português só aprovou este Tratado em Conselho de Ministros para ser presente ao Parlamento quando já todos os outros países da União Europeia o tinham ratificado e depositado no órgão respectivo a respectiva nota da ratificação. Significa isto que vamos tarde, embora estejamos a ir bem porque é importante ratificá-lo, mas temos de fazer muito mais no caminho da paz, para além do problema que aqui está colocado.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Deputado João Amaral, é sempre um prazer ouvi-lo com o gosto de quem já esteve tantos anos aqui a ouvi-lo e agora já perdeu essa oportunidade. Mas faço-o com gosto. Para provar o meu contributo para a paz e para a estabilidade, cedo-lhe as minhas 2 t de armas nucleares para juntar à suas duas.

Risos do PS, do PCP e de Os Verdes

e serão, pelo menos, 4 t na panóplia nuclear que V. Ex.^a tão bem referiu

Em relação à última referência que fez, gostaria de dizer que, naturalmente, dos países que pertencem à União Europeia, apenas Portugal ainda não completou o processo de ratificação. Sem querer, de modo algum, pôr em causa as suas referências em relação à data de aprovação, gostaria de dizer que o processo de agendamento, aqui, nesta Câmara, coincidiu com o fim da legislatura e que, no ano passado, por exemplo, a Holanda ratificou em Março, a Noruega fez-o em Julho,

O Sr. João Amaral (PCP) — A Noruega não pertence à União Europeia!

O Orador — Mas pertence à NATO, pertence a um espaço que, para estas questões, tem muita importância.

O Sr. João Amaral (PCP) — Mas fomos os últimos, sem dúvida alguma!

O Orador — Se calhar, Sr. Deputado, não é tão importante invocar aqui uma fraseologia tão cara ao Sr. Prof. Cavaco Silva, que é a de não estarmos na cauda da Europa. O que interessa, de facto, é ratificarmos para provarmos, como lhe provei através das minhas 2 t, que estamos a favor de algo que é essencial para a paz e para a estabilidade.

Como V. Ex.^a referiu, em relação às notórias potências nucleares que ainda o não ratificaram, designadamente a China, a Índia, o Paquistão, a Rússia, a Ucrânia, Israel e os Estados Unidos.

O Sr. João Amaral (PCP) — A Coreia do Norte!

O Orador — — a Coreia do Norte, exactamente! — haverá outras que nem sequer subscreveram o Tratado e outras ainda que se suspeita terem-no subscrito, mas não se tem a certeza.

A perspectiva que referiu é verdadeira e não é estimulante, mas esperemos que o mundo acorde para essa realidade e que se possam dar passos sucessivos. Mas este é um passo extremamente importante!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral

O Sr. João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, gostaria de interpelar a Mesa no sentido de saber se V. Ex.^a me poderia ceder o cofre da Assembleia para guardar as 2 t do Sr. Secretário de Estado!

Risos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró). — Sr. Deputado, nesse caso, será preciso um cofre para 4 t, mas como eu também lhe cedo as minhas 2 t já são 6 t

Risos.

Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, declaro encerrado o debate da proposta de resolução n.º 11/VIII.

A nossa próxima reunião plenária terá lugar quarta-feira, às 15 horas, e terá como ordem do dia a discussão conjunta da proposta de lei n.º 2/VIII e dos projectos de lei n.º 24/VIII, do PSD, 7/VIII, do CDS-PP, 10/VIII, do PCP e 116/VIII, do BE.

Está encerrada a sessão

Eram 20 horas e 05 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Jorge Freire de Brito Calvete
Carlos Alberto Dias dos Santos
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
João Rui Gaspar de Almeida

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Carlos José das Neves Martins
David Jorge Mascarenhas dos Santos
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Durão Barroso

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luisa Raimundo Mesquita
Maria Natália Gomes Filipe
Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados.

Partido Socialista (PS)
António Bento da Silva Galamba
António José Gavino Paixão
José Carlos das Dores Zorrinho
José da Conceição Saraiva

Rui Manuel Leal Marqueiro
Vítor Manuel Caio Roque

Partido Social Democrata (PSD):

Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Pedro Manuel Cruz Roseta

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 460\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios classificados do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 16095-012 Lisboa.